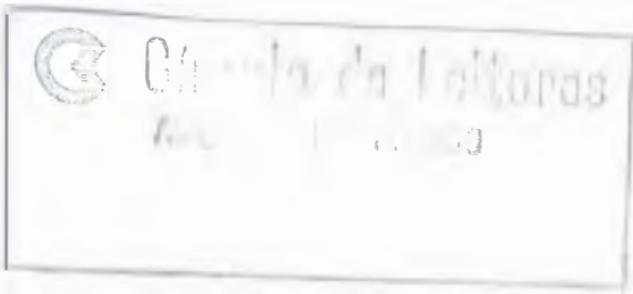


A GERAÇÃO DE 70

RAMALHO ORTIGÃO

AS FARPAS II

Décimo primeiro volume



CÍRCULO DE LEITORES

Capa de: Antunes
Impresso e encadernado por Printer Portuguesa
no mês de Março de mil novecentos e oitenta e oito
Número de edição: 2255
Depósito legal número: 18 255/87

À SAUDOSA MEMÓRIA
DO
CONDE DE ARNOSO

— heróica personificação da amizade, espelho de fidalgos e de homens de bem, modelo de honra, de valor, de coerência e de fidelidade, lição dos seus contemporâneos, glória da sua raça —

piedosamente consagra as seguintes páginas, sobre algumas das quais esvoaça melancólico e benigno o derradeiro sorriso de companheiro, de camarada e de amigo.

RAMALHO ORTIGÃO.

I

A REVOLUÇÃO DE OUTUBRO

Vítor Hugo, regressando a Paris do seu exílio de Guernsey, depois da queda do Império e da proclamação da Terceira República, reuniu a jantar alguns amigos e camaradas de letras. Depois do jantar, que Edmond de Goncourt diz ter sido uma farta e succulenta refeição de abade, o pai Hugo, encostado à chaminé do salão, tendo instalado em auditório os seus convivas, e dispondo-se a ler os últimos versos que escrevera, como de costume, em grandes folhas de incorruptível papel de linho — impávido, quase insolente de saúde, de resistência e de mocidade, principiou por este breve exórdio: «*Messieurs, j'ai soixante quatorze ans et je commence ma carrière*».

Ao pegar na pena para de novo me dirigir, depois de tão larga e saudosa ausência, aos meus antigos leitores da *Gazeta de Notícias*, alegra-me que uma leve analogia — puramente cronológica apenas — me permita encetar auspiciosamente esta página por palavras idênticas às do mais glorioso mestre:

«Meus senhores, tenho setenta e quatro anos e recomeço a minha carreira.»

A história do meu regresso de velho filho pródigo à modesta e calma laboriosidade do meu antigo ofício conjuga-se estreitamente com a dos últimos acontecimentos políticos.

De volta de dois meses de férias nas doces margens do lago Léman, cheguei a Lisboa na véspera da revolução.

Poucas horas depois de um breve tiroteio de barricada no alto da Avenida e de um lacónico bombardeamento proveniente de uma insubordinação de marinheiros a bordo de um navio de guerra, proclamava-se, perante Lisboa atônita e,

imediatamente depois, perante a passividade do país inteiro, o triunfo dos revolucionários.

Este desenlace quase incruento é em sua aparente superficialidade o trágico desmoronamento instantâneo de todo um velho mundo. É o reviramento, com o de dentro para fora e com o debaixo para cima, de uma sociedade inteiramente desarticulada. É uma nação ferida de morte na continuidade da sua tradição e da sua história. Assim o afirmam os triunfadores, principiando expressivamente por arrancar do pavilhão que cobria a nacionalidade portuguesa a coroa real, mais da nação que de qualquer rei, pois que foram os nossos antepassados, ricos-homens e filhos de algo, fundadores das cinco grandes gerações da nossa linhagem — os Sousões, os Braganções, os da Maia, os de Baião e os de Riba Douro — os que puseram essa coroa na cabeça de Afonso Henriques para assim assegurarem inviolavelmente, perante o respeito do mundo, a autonomia e a independência da pátria que eles, com o seu braço, edificaram.

Pobres homens, mais dignos de piedade que de rancor, os que imaginam que é com um carapuço frígido, talhado à pressa em pano verde e vermelho, manchado no lodo de uma revolta num bairro de Lisboa, que mais dignamente se pode coroar a veneranda cabeça de uma pátria em que se geraram tantos grandes homens, a cuja memória imperecível, e não aos nossos mesquinhos feitos de hoje em dia, devemos ainda os últimos gestos de consideração a que podemos aspirar no mundo! Pobre gente! Pobre pátria!

Ao antigo reino, assim desfeito com o mesmo leviano descuido com que as meninas de Lisboa desmanchavam *puzzles* num jogo à moda no Inverno passado, sucedeu-se o regime de um Governo Provisório, ao qual, creio que unicamente por serem republicanos os indivíduos que o constituem, se chamou «da República».

A indiscutível evidência é que em tal Governo não concorre por enquanto nenhuma das cláusulas que assinalam e caracterizam um regime democrático. Falta-lhe como base essencial a anuência prévia da maioria das vontades; falta-lhe pacto fundamental; falta-lhe estatuto regulador da sua acção dirigente e falta-lhe sobretudo, nas suas formas de proselitismo, de apostolado e de conciliação patriótica, o íntimo sentimento de simpatia, de indulgência, de bondade, de li-

berdade, de fraternidade e de igualdade, que é a chave de todo o poder popular.

A segurança de um Governo do povo pelo povo consiste em criar e educar nos mais altos exemplos de civismo um número preponderante de bons patriotas. Assim o proclama Numa Droz, o glorioso democrata suíço, autor do catecismo intitulado *Instrução Cívica*, ao qual alguém chamou o Evangelho da educação democrática.

Há patriotas bons e patriotas maus. «*Bom patriota — diz Numa Droz — é aquele que, ao mesmo tempo que serve fielmente o seu país, exerce com assiduidade a sua profissão, procede sempre honradamente, se dedica à sua família e a mantém e educa segundo os preceitos da mais pura moral. Mau patriota é o que, sob pretexto de se ocupar dos negócios públicos, se esquece da sua casa, abandonando o trabalho, menosprezando a família, desleixando a educação dos filhos, para consumir a vida na estéril agitação do clube e da rua. Péssimos patriotas são os tribunos de botequim, que entre libações declamam como possessos contra as coisas mais dignas de respeito: a ordem, a família, a propriedade, e não sabem apelar senão para os sentimentos mais vis do coração humano, para as paixões mais degradantes, para o espírito de rancor, de violência e de sedição.*»

Que diremos da propaganda republicana de jornais oficiais ou officiosos do nosso actual Governo Provisório senão que eles parecem ser outras tantas aulas de um seminário de decomposição, de animosidade e de rancor, destinado a criar os maus patriotas a que com tão simples e familiar bonomia se refere Numa Droz!

Onde e quando se viu jamais, como em Lisboa, sob o novo Governo, um tão grande número de cidadãos despegados das suas profissões e *ocupados dos negócios públicos?* Quanto *abandono de trabalho!* quanto *menosprezo da família!* quanto *desleixo de educação!* quanta *estéril agitação de clubes!*

Em vez do jejum federal que o Governo da República Helvética decreta em cada ano para que, em determinado dia, todos os cidadãos se reúnam num pensamento religioso e patriótico de humilhação perante Deus, dir-se-ia que o Governo da República Portuguesa, depois de abolir os dias santos, promulgara o dogma do regabofe nacional, para que, não perante Deus, mas perante a nova instituição, temulentos de entusiasmo e de retórica, se prostrem de indigestão todos os patriotas portugueses.

Por toda a parte e todos os dias pululam os *tribunos de botiquim*, espumam as *libações* e estoiram as *declamações dos possesos*.

Depois de se rodear de pátriotas bons conviria talvez que a República procurasse estabelecer entre eles um mútuo acordo sobre o modo de conceber a noção de liberdade. Da incompreensão deste princípio e da inaptidão mental de um povo para adquirir essa noção resulta fatalmente a anarquia demagógica.

O modo como o Governo está principiando a iniciar na compreensão da liberdade democrática a vazia inteligência de uma população, composta de quatro milhões de analfabetos sobre cinco milhões de habitantes, figura-se-me antinómico com os fins que o mesmo Governo — quero crer que nos mais ingénuos intuitos — se propõe atingir. As duas leis com que ele abriu a era da desopressão nacional, a lei de imprensa e a lei das congregações religiosas, são das mais impróprias para fundamentar a educação de gente livre. Ambas elas são por atropelamento a denegação das mais sagradas das liberdades públicas, a liberdade de palavra e a liberdade de reunião, da qual é natural dedução a liberdade religiosa. No catecismo suíço lemos: «*A liberdade religiosa representa uma das maiores conquistas dos tempos modernos. A religião dirige-se aos mais íntimos sentimentos do ser humano: corresponde à irresistível necessidade que muitas criaturas ainda sentem de elevar a alma à origem de todo o bem, e nessa fonte haurir energia e consolação para a vida presente, assim como animadora esperança de uma vida futura. De que serviria a um grupo de indivíduos acharem-se de acordo sobre um certo número de princípios políticos, ou terem a mesma maneira de compreender a divindade e de render-lhe culto, se o Governo pudesse proibir que tais indivíduos se reunissem e trocassem uns com os outros ideias e sentimentos?*»

Assim se pensa na República Suíça, que os republicanos invocam como modelo de todas as repúblicas, e onde, só em Friburgo, entre numerosas escolas oficiais, há uma Universidade católica, um grande pensionato de Ursulinas, uma Escola Normal protestante e mais de vinte conventos de freades e de monjas, sob a égide do preceito constitucional que estabelece a liberdade de pensamento e a liberdade de reunião. Enquanto à religião na escola é de notar ainda que o ensino primário suíço é geralmente regido pela lei Siebler, a qual, nos seguintes termos, define os fins dessa instituição:

«*A escola primária destina-se a formar crianças de todas as classes sociais, criando homens socialmente utilizáveis e providos de uma sólida moralidade, baseada no sentimento religioso.*» Na América do Norte, outro modelo do género, a Igreja é oficialmente considerada como inviolável e oficialmente protegida. Os legados com fins religiosos são isentos de imposto; os mais altos funcionários da República, os seus mesmos presidentes, não se dedignam de sancionar com a sua presença as pacíficas solenidades escolares dos institutos confessionais; e Roosevelt opina que é para o Estado um crime recusar a cooperação daqueles que a oferecem em nome de Deus e a bem do próximo, qualquer que seja a religião que professem.

Fora do campo da aplicação política, na transcendente esfera da especulação mental, é o Sr. Anatole France — aquele mesmo que, recentemente ainda, trocou com alguns dos chefes republicanos portugueses o ósculo da confraternidade filosófica — quem formula este conceito aos livres-pensadores: «*É faltar ao sentimento da harmonia tratar sem piedade aquilo que é piedoso. Eu dedico às coisas santas um respeito sincero. Sei que não há certeza fora da ciência. Mas considero pensamento pouco científico o de supor que a ciência possa jamais substituir a religião. Enquanto o homem se amamentar do leite da mulher ele terá de ser consagrado num templo e iniciado num divino mistério.*»

Desdizendo radicalmente os princípios fundamentais da política e da administração suíça e americana, a recém-nascida República Portuguesa empenha-se a dar ao mundo a mais eloquente lição sobre o modo como se não deve educar um povo.

Infelizmente a imprensa estrangeira está-nos em cada dia demonstrando que o mundo, a não ser na limitada zona geográfica da rua que em Lisboa lhe tomou o nome, se mostra assaz desinteressado das lições que Portugal lhe propina.

Não me parece, portanto — repito —, que o Governo Provisório de Lisboa seja mais autenticamente o prefácio de uma liberal República que o da mais despótica tirania.

Não é por isso — está claro — que ele desmerece a minha estima porque, molecularmente rebelde a todo o sectarismo, eu não posso ser senão muito moderadamente e muito condicionalmente monárquico, e não sou nem nunca fui republicano, apesar de frequentemente me acusarem de prófugo e de renegado os jornais desse partido, ligando a tal invectiva um tão

grande desdouro do meu carácter como se fosse para mim um opróbrio ter acamarado com eles.

A razão desse equívoco dos meus biógrafos está certamente na indiferença que as formas de governo me inspiram, consideradas como factores do progresso, da civilização ou da felicidade dos povos. Entre monarquia constitucional parlamentar e república parlamentar constitucional não distinguo diferença, nem considero que ela sequer exista, a não ser historicamente, entre o princípio da eleição e o da hereditariedade, tendo eu por tão precários os acasos do voto como os do nascimento.

O que me repugna num e noutro dos dois regímenes é a embusteira tirania do sufrágio em que ambos eles se baseiam, e a consequente interferência da néscia razão da urna na solução de problemas tão melindrosamente científicos como o da governação dos homens.

O votismo e o parlamentarismo são, em Portugal pelo menos, os agentes mais perniciosamente destrutivos de toda a competência administrativa. Desde 1836 até hoje, toda a história do liberalismo português subsequente à ditadura filosófica de Mouzinho da Silveira, o último dos nossos estadistas que teve ideias próprias e soube governar manejando-as, é a flagrante demonstração da nossa incapacidade governativa dentro de um regime absorventemente parlamentar. Dessa estagnação do pensamento nacional na esfera governativa nasceu a progressiva corrupção dos caracteres poluídos e dos costumes progressivamente rebaixados, dando em resultado final, à míngua de intercorrentes ditaduras da inteligência ou do asco, que de quando em quando sacudissem e purificassem a massa, a podridão profunda em que nos afundimos. Daí as estupendas flores de fermentação que em cada dia estamos vendo desabrochar num fulgor de gangrena à superfície do pântano.

Assim foi que, ao ler inesperadamente num jornal da manhã a notícia da formação tumultuária do actual Governo — por que o não confessarei? — houve no meu espírito doloridamente desencantado um bruxuleante vislumbre de esperança. A vitória da revolução havia-lhe sido em grande parte ministrada pela tenebrosa cumplicidade do último dos quatro ou cinco ministérios monárquicos, que se sucederam ao assassinato impune do pobre rei D. Carlos, eliminado da

existência ao primeiro passo que dava para sair do atoleiro do mais viciado rotativismo e estabelecer extraparlamento, nem de outro modo poderia ser, um árduo regime de honestidade na política do seu reinado. Os supervenientes ministérios do reinado novo idearam do modo mais inepto uma política de *acalmação*, exercida pela sugestão do exemplo, e produzindo assim o absurdo fenómeno de uma sociedade em profunda e efervescente desordem, no meio da qual só firme e inabalavelmente persistiam *calmos* o rei e os seus ministros! O erro boçal de quererem ser da opinião de toda a gente deu naturalmente a esses homens o resultado lógico de não haver ninguém da opinião deles. Assim, no seio da monarquia se criou, em opposição aos governos, um partido enorme, apático, perigosíssimo de inércia — o partido dos descrentes.

O estrangeiro via claramente o perigo da situação portuguesa. Três semanas antes da revolta da Avenida, pessoais relações de amizade me fizeram tomar parte num jantar de diplomatas, realizado no Royal Hotel de Lausanne. Depois do café, fumando num recanto do *hall*, um estadista, bem conhecido e devidamente amado no Brasil, dizia-me, resumindo familiarmente a moralidade das opiniões trocadas ao jantar: — «*Ou em Portugal se constitui prontamente uma forte ditadura inteligente, patriótica, íntegra e ousada, ou Portugal é um país irremissivelmente perdido no concerto da civilização*».

Ainda que fundamente compenetrado da razão história que torna incompatível com o presente estado da mentalidade portuguesa o regime de uma equilibrada república democrática, uma vez dado o advento do actual Governo Provisório, eu perguntei a mim mesmo se ele não poderia ser, como salutar e indispensável ditadura, um transitório encaminhamento para novos e prósperos destinos.

Aí tínhamos, com efeito, uma espécie nova de ministério, que não provinha aleijado à nascença da sórdida indicação parlamentar bestialmente expressa a murros desconjuntadores da mobília, da gramática, da decência e do senso comum. Não resultava constitucionalmente de nenhuma prévia argumentação de injúrias, de aleives e de cartas roubadas. Nem junto do trono se engendrara de torpes e empesstantes mexericos vertidos estrategicamente e em marcha de um de fundo pelos marechais dos partidos no ouvido virginal de um crédulo e inocente rei.

O novo Governo constituíra-se muito mais decentemente, ainda que de assalto, pela intervenção esporádica de uma *élite* de intelectuais, que entre si distribuíram o exercício das funções pela especialização das capacidades. Nada mais satisfatoriamente irregular e mais picantemente aprazível para expectativa de filósofos.

Ao interessante areópago presidiu, para maior satisfação, o meu antigo amigo e camarada de estudo Teófilo Braga, o qual às altas regiões do poder levaria o prestígio do seu talento, da sua grande obra literária e da sua inconcussa honradez, bem como — temerariamente antecipada talvez — a resolução de todos os problemas da governação indicados em dois ou três verbetes das suas enciclopédicas notas. Com esse esquema das reformas essenciais não deixaria também S. Ex.^a de se fazer acompanhar da preciosa colecção zoológica daquelas baratinhas que, com tão sinuosa e subtil arte, ele sabe oportunamente lançar, a uma por uma, na sopa dos seus antagonistas.

Os resultados práticos dessa curiosa experiência governativa surpreendem por muitos títulos. A mim especialmente me comovem e me desorientam, dada a esclarecida intelectualidade do Governo, pelo carácter anticientífico que os assinala.

Toda a obra legislativa do regime vigente é desastrosamente contraditória da doutrina positivista que o ilustre Chefe do Governo teria forçosamente incutido nos governantes, a não ser que nos seus Conselhos de Ministros ele prefira cautelosamente guardar para si as ideias e não repartir pelos parceiros, de todo o seu pecúlio opulento e admirável de erudição, senão exclusiva e desacompanhadamente, as carochas que acima especifiquei.

O fim da política científica, segundo os sociólogos, é favorecer, coordenando-os, os esforços da progressão social. Tudo que não houver sido sancionado pela Ciência se deve pôr de parte. Não é possível acordo entre o Governo e a opinião sobre pontos insuficientemente definidos pela maioria dos espíritos. A política é uma obra exclusivamente prática, que não pode exercer-se sobre teorias ou sobre hipóteses. Somente quando os pontos em litígio chegam a soluções universalmente adoptadas é que o domínio político se alarga na proporção desses resultados. É incompreensível que doutos

revolucionários, como os que estão no Poder, ignorem, por exemplo, que o alto carácter científico da política de Danton se manifesta na necessidade, que ele superiormente compreendeu, de renunciar a uma reconstrução total da sociedade, mantendo-se deliberadamente em uma obra relativa, tendo por intuito permitir a espontânea elaboração e a vulgarização dos elementos que por si mesmos gradualmente produzem a reconstituição que se tem em vista.

À luz da mais simplificada e mais sucinta exposição que se possa fazer dos mais rudimentares elementos da moderna filosofia política, quem é que imediatamente não vê o erro, fundamentalmente grosseiro e funestíssimo, de promulgar arbitrariamente, sem espécie alguma de respeito pelo consenso público, leis que tão gravemente e tão profundamente implicam com o que há de mais litigioso, de mais problemático e de mais incertamente definido na inteligência, na consciência, no coração e na alma de um povo, como são as leis da família, da religião, da justiça, do trabalho e do pensamento — lei do divórcio, lei do ensino, lei das greves, lei do inquilinato e lei da imprensa?

Vai longe de mais esta minha primeira epístola aos leitores da *Gazeta de Notícias*, meus amigos nesse generoso Brasil, sagrado e bendito paládio, a que felizmente pode recorrer ainda das perturbações do seu ninho o foragido e alado pensamento de um escritor da minha língua.

Não terminarei, porém, sem uma breve nota de carácter puramente anedótico e doméstico.

Dois dias depois de aclamado o Governo Provisório, achando-me ausente de Lisboa, na quinta de uma das minhas filhas, em Linda-a-Pastora, fui distinguido com uma busca policial na casa do meu domicílio, na capital. Sob o anúncio formal de que a minha casa seria arrombada, a pessoa depositária da chave abriu obedientemente a casa, acompanhando na sua visita os oito cidadãos encarregados desta diligência por expressa determinação de S. Ex.^a o Sr. Eusébio Leão, digníssimo Governador Civil. Eram oito cavalheiros vestidos à paisana e armados de revólver, sob o comando de um bravo e honesto sapateiro, meu conhecido da antiga Rua de S. Roque, hoje do Mundo. Não sei se todos os outros eram igualmente artistas de sapataria. Sobre este particular Suas Ex.^{as} não me quiseram dar a confiança de se pronunciar.

O que eu posso e devo consignar é que todos me deixaram penhoradíssimo pela afabilidade das suas maneiras e pela benigna lhanesa do seu trato. Vindo por ordem do Sr. Governador com a missão especial de averiguar se nos meus aposentos havia jesuítas armados e escondidos, Suas Ex.^{as} teceram tocantes elogios ao estilo da minha mobília, à escolha das minhas obras de arte e à perfeita ordem em que encontraram as minhas camisas, as minhas gravatas, as minhas luvas, os meus papéis e os meus livros. Mexendo conscienciosamente em tudo, não destruíram nem desarrumaram nada.

De parte do Sr. Governador, uma única coisa me penaliza. É que S. Ex.^a não conheça suficientemente o que em fisiologia chamaríamos a idiossincrasia dos homens de bem. Se a conhecesse, S. Ex.^a facilmente descobriria, sem necessidade de incomodar os seus meirinhos, que se alguém me tivesse feito a honra de procurar refúgio sob a protecção das minhas telhas e da minha honra, eu não teria ido vilegiaturar no campo; ficaria na minha casa, para nela defender contra qualquer espécie de violência, compreendendo a da força bruta, a inviolabilidade do meu lar e o meu direito de asilo.

Dizem-me que o Sr. Governador é também médico. Se assim é, que S. Ex.^a não mais incorra no giro da sua clínica em erro de diagnóstico igual àquele em que caiu na malograda operação a que me submeteu! Tais são os meus sinceros votos de bom ano, a bem de S. Ex.^a e, ainda mais, a bem dos enfermos que tenham o infortúnio de o consultar. «Saúde e fraternidade». E para que o digno Governador não vá entrever uma subentendida praga ao exercício da sua actividade médica na fórmula regulamentar do cumprimento que afectuosamente lhe dirijo, especificarei ainda: «Saúde» a S. Ex.^a, «fraternidade» aos seus doentes.

E ao leitor benigno, até breve.

Janeiro de 1911.

II

PORTUGAL ANTIGO

Na precedente carta tentei, ainda que muito abreviativamente, esboçar a fisionomia do Governo. Procurarei hoje, pela compilação de alguns dos seus mais característicos gestos, delinear o aspecto dos governados.

O génio heroicamente aventureiro, confiado e audaz do povo português encheu de glória o mundo durante perto de quatro séculos, desde a fundação da nacionalidade pela aclamação da dinastia afonsina até à perda da independência pela derrota de Alcácer Quibir e pela subsequente dominação castelhana.

Durante esse glorioso período combatemos, vencemos, navegámos, conquistámos, colonizámos, civilizámos, aprendemos, ensinámos. Pela força do nosso braço e da nossa fé, pela progressiva cultura do nosso espírito e pela poderosa coesão da nossa disciplina hierática fundámos no continente europeu e através dos mares uma das mais vastas, das mais fortes, das mais ricas e das mais civilizadas nações do mundo.

Estabelecemos no reino sobre sólidas bases tradicionais e étnicas as nossas primeiras instituições administrativas: direito público e direito consuetudinário, poder central, nobreza e milícia, forais, inquirições, cortes, corporações de artes e ofícios, regime do trabalho, regime da propriedade, admissão do povo nas assembleias gerais do reino, fundação do ensino.

Ao interior da África, à América, à Ásia enviámos os nossos grandes portadores de ciência e de civilização mundial: Afonso de Albuquerque, Vasco da Gama, Pedro Álvares Cabral, Bartolomeu Dias, Magalhães, Pêro da Covilhã, Diogo Cão, S. Francisco Xavier, Mendes Pinto, o padre Anchieta e o padre Manuel da Nóbrega.

De volta das navegações oferecemos à Europa assombrada, sem falar pomposamente da conquista de um novo mundo e do pleno conhecimento do globo, os mais lindos presentinhos que jamais a Europa recebeu da mão de um só povo. Demos-lhe os leques, os guarda-sóis, as laranjas doces, a porcelana, as especiarias, a seda da China e as tapeçarias da Pérsia, o almíscar de Ormuz, as pérolas de Manaar e de Kalckar, os rubis do Peru, o ébano e o marfim.

No exíguo torrão paterno se haviam no entanto gerado e desenvolvido homens de uma grandeza lendária como Egas Moniz, D. Fuas Roupinho, Gonçalo Mendes da Maia, Mendo de Sousa, Gualdim Pais, Martim de Freitas. E todos estes nomes soam hoje em nosso apoucado ouvido como outras tantas badaladas de um dobre de finados, ao som do qual se levantam, do Campo Santo da nossa história, doces, ternos, elegíacos e formidáveis fantasmas, vaporizados na infinita e misteriosa escuridão da morte.

A língua, esse poderoso alicerce da nacionalidade, principia a constituir-se pelas arcaicas tentativas dos clérigos e jograis do século XII e desenvolve-se com o despontar da poesia lírica portuguesa nas trovas dos cancioneiros do ciclo de D. Dinis. No cancionero da Ajuda figuram cinquenta e quatro poetas. D. Sancho I era já um trovador, assim como o foi o rei D. Dinis.

Mais tarde surge a deslumbrante plêiade dos maiores escritores da nossa língua, cronistas, naturalistas, contemplativos e poetas: Fernão Lopes, João de Barros, Damião de Góis, Garcia e André de Resende, Garcia de Orta, Bernardim Ribeiro, Sá de Miranda, Gil Vicente, Luís de Camões.

As artes chegam então a uma perfeição de técnica, de sentimento e de expressão moral que os tempos modernos não têm feito mas que procurar impotentemente atingir.

Foi na primitiva época do nosso estilo românico, quando não havia ainda nem palácios solarengos nem paços reais, que, em honra de Deus e para amável junção dos homens, cavaleiros e peões, mesterais e letrados, ricos-homens e mendigos, a nossa terra se cobriu das mais grandiosas catedrais e das mais interessantes e delicadas das nossas igrejas e ermidas.

Aviventada pelas penetrações da arte flamenga, borgonhe-

sa, florentina e catalã, a nossa pintura nacional assume nos séculos xv e xvi um lugar que nunca mais depois disso tornou a ocupar no mundo.

As Coplas do Infante D. Pedro imprimem-se em Portugal, segundo a afirmativa incontestada do conde da Ericeira, seis anos apenas depois das primeiras impressões tipográficas de Basileia. As nossas tipografias de Lisboa e de Leiria, fundadas por judeus portugueses, são das primeiras na Europa. Princípios a imprimir antes da França, da Inglaterra e da Alemanha.

Como expressivo padrão de tolerância religiosa funda-se a famosa *Junta de Cosmógrafos*, em tempo de D. João II, com um bispo e dois judeus.

Os pilotos e cartógrafos portugueses Jorge e Pedro Reinel assentam nos seus portulanos as bases técnicas de toda a navegação do novo mundo.

Com o alvorecer da Renascença o espírito dos nossos humanistas entra na mais íntima convivência com o dos primeiros sábios da Europa.

O infante D. Pedro, o das Sete Partidas, enfileira-se em Florença com os representantes da mais alta cultura italiana, como Cosme e Lourenço de Médicis, Ambrogio Traversari, Nicolo e Paolo Toscanelli. D. Pedro é, pelas suas relações com os sábios estrangeiros, o principal colaborador de seu irmão, o infante D. Henrique. O doge Francesco Foscarelli ofereceu-lhe em Veneza uma cópia em vulgar das *Viagens de Marco Pólo*. Na primeira biblioteca real, estabelecida na casa chamado do Forte nos paços da Ribeira, figuram as obras de D. Duarte e do infante D. Pedro. Este, consumado latinista, oferece ao irmão a sua versão portuguesa do livro de Cícero *De amicitia*. Traduz igualmente *De officiis* Vegesio. D. Pedro é ainda, como se sabe, autor de várias obras originais e de poesias soltas. Ambrogio Traversari dedica-lhe a sua tradução de Giovanni Crisostomo *De providentia Dei*.

Durante o século xv vários outros portugueses ilustres habitam Florença. Paolo Toscanelli cita, por exemplo, os seguintes:

Velasco di Portugal, jurista, canonista, grande orador, de cuja biografia, escrita por Vespasiano, consta que tinha milhões de florins empregados em livros magníficos, vestia-se

de veludo e zibelina e montava os mais belos cavalos de Florença;

Gomezio de Lisbona, abade de Santa Maria de Florença, com a sua biografia escrita por Plácido Pucinelli e Tommaso Salvetti. Foi geral dos Camaldollesi, colabora na reforma dos mosteiros, e é por Eugénio IV encarregado de várias legações apostólicas. A obra de Salvetti é dedicada ao príncipe D. Pedro, então regente. Era riquíssima e famosa em toda a Itália a coleção de objectos de arte sacra reunidos por esse nosso compatriota Gomes de Lisboa.

A esse tempo trabalha em Portugal por espaço de nove anos o architecto e escultor André Contucci (Sansovino), enviado a D. João II por Lourenço de Médicis.

Damião de Góis é o amigo e camarada intellectual de Erasmo, de Lutero e de Melancton.

Jerónimo Osório viaja na Itália, estuda em Salamanca, em Bolonha e em Paris, onde convive com Fabre e com Santo Inácio.

Pedro Margalho, formado em filosofia pela Universidade de Paris, é professor de direito canónico em Salamanca.

André de Gouveia é reitor do Colégio da Guienne em Bordéus, onde tem por discípulo Montaigne.

Aires Barbosa, um dos primeiros filólogos e dos primeiros helenistas do seu tempo, depois de haver estudado em Salamanca, viaja largamente na Itália, e tendo por condiscípulo aquele dos Médicis que ouvindo em Florença as lições de Ângelo Policiano mais tarde se chamou Leão X.

Diogo de Gouveia, principal do famoso Colégio de Sainte Barbe, tem aí a alcunha de *Sinapivorus*, que lhe foi posta pelo seu discípulo Rabelais, parece que em consagração da incondicional tolerância do seu alto espírito: *engolia mostarda*.

Setenta estudantes portuguezes, segundo o autor da *Monarquia Portuguesa*, frequentam a Universidade de Paris subsidiados por D. João III, que igualmente mantém pensionistas na Itália.

Francisco de Santa Maria, no *Ano Histórico*, cita os nomes de portuguezes lentes nas mais famosas universidades da Europa. Essa lista compreende cento e quinze nomes.

Quase todos, senão todos, os soberanos da dinastia de Avis são retratados pelos mais afamados pintores da época, desde D. João I até D. Sebastião.

A colecção das obras de arte trazidas a Portugal por Damião de Góis, que Alberto Dürer retratou, formaria ela só um preciosíssimo museu.

As relações de parentesco e de amizade da rainha D. Leonor com o imperador Maximiliano enriquecem copiosamente o nosso tesouro artístico.

Francisco de Holanda, português de Lisboa, subsidiado por D. João III, vive em Roma na intimidade de Miguel Ângelo e de Vitória Colona.

O mesmo D. João III que para reformar a universidade reúne em Coimbra os primeiros humanistas do tempo, os Teives, os Gouveias, Brás de Barros, Jorge Buchanan, Nicolau Clenardo e outros, manda cinzelar por Benvenuto Cellini uma das suas espadas, que ao presente se conserva no Museu de Munique.

D. Manuel encomenda esculturas ao famoso Veit Stosse e manda fabricar as sumptuosas tapeçarias da História da Índia, todo um compêndio iconográfico, perante o qual talvez se inspirou Camões ao delinear o canto x dos *Lusíadas*.

Por encomenda do mesmo rei desenha Leonardo da Vinci o cartão de um tapete que em Flandres se devia tecer a seda e ouro.

A infanta D. Maria é retratada em Lisboa pelos pintores estrangeiros que em seu tempo frequentavam a corte e trabalharam para várias famílias nobres de Portugal, António Moro, Sanchez Coelho e Cristóvão de Utrecht, nomeado cavaleiro de Cristo.

Sem embargo das frequentes epidemias originais no completo desconhecimento da higiene, apesar da falta de estradas, do desconforto das habitações, da imundície das ruas e da diuturna rusticidade da alimentação pública, o requinte da nossa educação artística e do nosso culto da arte transparece brilhantemente do testemunho de inúmeros factos.

Assim Portugal é talvez de todos os países da Europa, exceptuada a Bélgica, aquele em que mais obras dos primitivos pintores flamengos hoje se encontram nos preciosos depósitos de Lisboa, Coimbra, Viseu, Setúbal, Tarouca. Um dos mais autorizados críticos, o professor alemão Carlos Just, afirma que só a colecção de Évora é o mais considerável depósito que ele conhece da antiga pintura de Flandres.

É inexcelsível o primor de muitos dos nossos *Livros de*

Horas, da nossa architectura religiosa, militar e civil do século XVI, da nossa escultura decorativa, do nosso mobiliário, da nossa ouriversaria sacra e profana e da nossa indumentária da mesma época.

Em 1515 o pintor Jorge Afonso dirige em Lisboa uma grande oficina de pintura, onde trabalham Grão Vasco, talvez Frei Carlos, e vários outros depois espalhados pelo País e procedentes de uma escola comum.

A vida de sociedade na corte de D. Manuel e ainda na de D. João III, cujo embiocamento beato tem sido muito desmedidamente caricaturado por alguns historiógrafos, revela um brilho de espírito e uma elevação de cultura com que está muito longe de ombrear a democrática educação mundana do nosso tempo. Perante o claustro pleno da Universidade, em Coimbra, fazendo o elogio do reformador dos estudos, André de Resende diz poder apontar senhoras portuguesas que rivalizam em saber com os varões mais eruditos sem por isso se despirem da sua gentileza. A Sr.^a D. Carolinã Michaëlis de Vasconcelos, no seu erudito livro *A infanta D. Maria de Portugal e as suas damas*, dá uma relação daquelas a quem Resende se referia. Além das mais conhecidas, Joana Vaz, Luísa e Ângela Sigeia, Paula Vicente e Hortênsia de Castro, figuram na intimidade literária da infanta, falam correctamente três ou quatro línguas, o latim, o castelhano, o francês, cultivam a música, a poesia ou a pintura, e convivem com os poetas palacianos do *Cancioneiro* e com os mais afamados humanistas do tempo senhoras das primeiras linhagens do Nobiliário, Guzmanes, Coutinhos, Meneses, Noronhas, Portugais, Silvas, Silveiras e as sobrinhas da infanta, a princesa Maria de Portugal, a duquesa de Parma e a duquesa de Bragança.

Luísa Sigeia corresponde-se em latim com o papa Paulo III, e na mesma língua se trocam cartas íntimas da infanta com a rainha Maria Tudor.

No estrangeiro os vestígios da nossa antiga cultura e da fama que tínhamos assinalam-se ainda hoje em numerosos documentos.

A árvore genealógica dos nossos reis, iluminada por Simão Bening sobre debuxos de António de Holanda, é uma das mais finas jóias do *British Museum* em Londres.

A catequese e a civilização dos índios por efeito dos desco-

brimentos dos Portugueses é celebrada por Miguel Ângelo num dos episódios do Juízo Final, no fresco da Capela Sistina, como o demonstra a interpretação recentemente dada pelo eminente escritor e arqueólogo Costa Lobo a uma conhecida frase do nosso agente diplomático em Roma, Baltasar de Faria, a propósito de uma questão pendente entre Miguel Ângelo e os agentes de D. João III.

A legenda portuguesa da vida milagrosa do nosso conterrâneo Santo António é artisticamente consagrada em torno do túmulo do Santo em Pádua pelos baixos-relevos de Donatello.

Uma das mais belas e mais comoventes estátuas do pórtico setentrional da Catedral de Chartres é a da nossa princesa D. Teresa, filha de Afonso Henriques, a qual com o título de condessa de Flandres tomou o nome de Matilde. Tal era o envolvente encanto desta nossa compatriota que os cavaleiros belgas, companheiros no Oriente de Balduino de Constantinopla, tinham por amor dela adoptado esta expressiva fórmula diplomática: *Ob reverentiam Dei ac Mathildis reginae* — em reverência a Deus e à rainha Matilde.

Uma das nossas conterrâneas cuja memória se consagrou na simpatia da arte é a duquesa Isabel de Borgonha, a qual, pelo seu casamento com Filipe o Bom, tão intimamente estreitou as nossas relações affectuosas com a Flandres, merecendo do seu volúvel marido, quando para celebrar o seu consórcio se fundou a Ordem do Tosão de Ouro, o amoroso protesto contido na divisa conjugal que ele por essa ocasião adoptou: *Autre n'auray*. A esta doce princesa coube a invejável honra insigne de ser retratada por João van Eyck e por Memling em quadros de cavalete, por Rogério van der Weiden num políptico do hospital de Beaunne, e por Rogério Stoip numa vidraça da colegiada de Sainte Pharailde. Em Amesterdão, na colecção do Hotel de Ville, existe ainda uma estátua em bronze da princesa Isabel toucada com um chapéu de tira como o que usavam os cavaleiros do Tosão de Ouro e tendo no braço um carneiro.

Em Sienna é Pinturicchio que, fixando a sua obra-prima nos muros da livraria da Catedral, comemorando a vida do pontífice Pio II, consagra um dos seus maravilhosos frescos a um episódio da história dinástica de Portugal: os esponsais da princesa Leonor, filha de D. Duarte, com

Frederico III, imperador da Alemanha. A admirável composição representa a princesa em sumptuoso traje de corte, acompanhada da sua comitiva portuguesa, no acto de ser apresentada a seu esposo por Enéas Sylvio Piccolomini, mais tarde papa.

Em Antuérpia e em Bruges honrosos documentos lembram ainda numerosos e ilustres portugueses que aí residiram, uns como nossos feitores em Antuérpia, outros como representantes da sua família e da sua pátria junto da duquesa Isabel, em Bruges.

Sinto fugir-me o espaço para fixar alguns característicos detalhes.

O luxo português em Antuérpia assumiu por vezes o mais nobre e alto carácter. A entusiástica hospitalidade conferida a Alberto Dürer pela colónia portuguesa de Antuérpia ficou célebre pelas ruidosas e elegantes festas a que deu origem. Dürer retribuiu esses favores com presentes de quadros e de gravuras aos feitores e aos negociantes portugueses. Muitos dos nossos compatriotas cultivavam as ciências e as letras, contando-se entre eles professores, médicos e escritores célebres como Amato Lusitano, Rodrigo de Castro, Garcia Lopes, Diogo Mendes.

Os negociantes portugueses em Antuérpia eram proprietários de cento e doze casas de comércio.

Em 1954, por ocasião da entrada triunfal de Filipe II, como herdeiro de Carlos V, a cavalgada dos portugueses ficou memorável. Compunha-se de vinte senhores, acompanhados de dois criados cada um e todos montados em cavalos peninsulares, ricamente ajaezados. Os senhores vestiam de brocado e seda cor de púrpura, bordada de ouro e de rubis com colares, passamanes e botões de ouro. Todos os gorros eram guarnecidos de brilhantes. Os criados, igualmente a cavalo, equipados de couraça e espada, vestiam librés de seda verde e branca com as bainhas das espadas de seda branca, o que era, segundo o cronista Cornélio Grapheus, «*chose moult riche et triomphant à voir*». Diogo Duarte, filho de Gaspar Duarte, possuía uma das primeiras galerias de pintura da Flandres. Foi há poucos anos ainda publicado na Holanda um catálogo dessa galeria. Entre as obras de Brueghel, de Dürer, de Quintino Matsys, de Maubeuge e doutros, figura nesse catálogo um Rafael que constava ter

sido adquirido pelo infante D. Manuel de Portugal a troco de diamantes no valor de 2200 florins.

Tendo em vista dar-lhe um quadro da mentalidade e da civilização de Portugal durante os primeiros séculos da sua história, acabo de fazê-lo de um modo excessivamente jornalístico talvez, isto é: a simples traços de noticiário. Desse rol de acontecimentos creio eu que o leitor deduzirá mais intuitivamente que por meio de qualquer outro processo a noção do que fomos durante o período a que me refiro. Pelo cotejo desse tempo com o tempo que se seguiu ao fim da dinastia de Avis — época a que me referirei na próxima carta — o leitor compreenderá o que é a fatal decadência de uma grande raça delida naquela *apagada e vil tristeza* em que Camões previu o fim da sua pátria.

Janeiro de 1911.

III

O SEBASTIANISMO NACIONAL

A restauração de 1640 restituiu à nação portuguesa a sua autonomia política, mas não reconstituiu com igual facilidade as energias do seu organismo profundamente depauperado e deprimido pela saudosa sangria de Alcácer Quibir e pela subsequente intoxicação moral de sessenta anos de servidão sob um domínio estrangeiro. O cérebro português fora gravemente abalado pelas mais dolorosas comoções: a angústia da incerteza sobre os sucessos da grande expedição de Marrocos, a fulminante notícia do desastre em que irreparavelmente se submergiram tantas vidas e tantas riquezas, a perda das possessões ultramarinas, a completa ruína da fazenda pública, o aniquilamento de milhares de famílias, o luto geral do reino, todas as cruciantes torturas da derrota, da vergonha e da miséria.

A esse temeroso abalo — dos maiores que podem fulminar um povo — correspondeu um acesso de delírio bem característico pela aberração do sebastianismo.

Paralizadas na sua psicologia todas as faculdades e todas as virtudes que dão a um agregado humano a posse colectiva de si mesmo e a consciência de um fim que justifique — como em todos os organismos — a sua existência, perdida a fé, perdida a coragem, perdida a alegria, o povo português apela para o milagre, absorve-se no messianismo, subordina todos os seus actos e todos os seus pensamentos ao regresso do «Rei desejado» ou do «Rei encoberto».

Apareceram durante a primeira metade do século xvii quatro aventureiros como sendo cada um deles o prometido D. Sebastião e o povo acreditou na identidade de todos quatro.

No século XIX, mais de trezentos anos depois da trágica jornada de África, havia ainda milhares de sebastianistas em Portugal e Brasil.

Segundo os antigos alienistas seria este um estranho caso de delírio parcial colectivo. Os psiquiatras modernos rejeitam esse diagnóstico, considerando as vesânicas e as monomias não como formas autónomas e distintas espécies mórbidas, mas sim como fases clínicas de um delírio crónico iniciado por um acesso de hipocondria geral.

Hoje mesmo — talvez pela razão de que Portugal restaurado não acabou por enquanto de se restaurar completamente — persistem resíduos depressivos e taras ancestrais que, ao mínimo abalo na elaboração cerebral dos motivos que determinem os seus actos, tornarão o povo português tão genuinamente sebastianista como no tempo dos seus antigos agitadores e profetas, o Bandarra e o sapateiro Simão Gomes.

É evidente que ele cessou para sempre de esperar que D. Sabastião regressasse, como o cavaleiro do Cisne, portador do Santo Gral, despregando-se de uma matutina e aérea nebulosa para baixar à terra e descer o Chiado, espectral e benigno, rutilante como um astro, na sua esmaltada armadura de guerra, sob o elmo de ouro polido, empenachado de branco.

Não é, porém, menos certo que, descrido, fastiento e desdenhoso, como de uma velha cautela branca, da alforria com que o brindavam os restauradores do 1.º de Dezembro, tendo-se por insuficientemente remido, na servil passividade da sua impotência para melhorar por si mesmo as condições do seu destino, ele ainda hoje aspira a uma redenção nova, e aceita, segue a vitória, com uma credulidade inverosimilmente fanática e servil, de todo o redentor que lhe apareça palavroso e profético, bandarrista e sapateiral.

Tal é no presente, segundo se me afigura, o seu caso mórbido.

Tendo por influência do seu sangue amouriscado a noção lazarónica de que todo o trabalho é uma condenação, uma iniquidade, ou — em mais consagrada e corrente metáfora — uma tremenda espiga, ele não vê nem jamais viu com bons olhos que outros lhe passem pela porta passeando-se de carruagem enquanto ele, como eu, trabalha ao seu tear, ao

seu torno ou na sua tripeça; e a sua augusta e longínqua visão de uma justiça social resume-se filosoficamente nisto: — que ele passeie de carruagem e que trabalhem os outros.

Para se aproximar quanto possível da realização desse ideal, a que por decência o ensinaram a chamar o «ideal socialista», acreditou por algum tempo na coadjuvação da Providência, e invocou-a piedosamente em ladainhas e novenas, em promessas e romagens. Não se deu bem com isso, e ficou contentíssimo quando num recente comício político, em que lhe deram excelência e lhe apertaram efusivamente a mão, um sujeito, que ele nunca vira mais gordo, sorridente e melífluo, com o meneio de dedos, mimoso e percuciente, de quem estivesse picando com um bico de agulha invisíveis problemas adejantes no ambiente, lhe explicou, de cima de um palanque, que a Divina Providência não existia pela razão muito simples e categórica de que a República tinha abolido Deus. E, como o numeroso e conspícuo auditório, em que havia, principalmente no palanque, muitas pessoas de alto lá com elas, como antigos ministros, guarda-livros, conselheiros e doutores, cobrisse com frenéticos aplausos aquele orador desconhecido, espinífico e suado, o povo, não querendo ser mais burro do que todos aqueles senhores, convenceu-se de que Deus cessara com efeito de existir, e, tendo, ainda que vagamente, a ideia de que Deus era padre, passou daí por diante a correr à pedrada ou a cascudos, como vil impostor, todo o indivíduo suspeito de ter coroa e de dizer missa: — Não existe, casca-se-lhe.

Assim como, libertado de reis, ele não quer mais ser escravo senão de charlatães, assim também, uma vez descarregado do sofisma divino e precisando de algum outro símbolo a que se apegar, encomenda-se devotadamente ao acaso, ao desconhecido, ao inescrutável, e filia-se na política, bajula o cacique e compra cautelas de três vinténs.

Insanavelmente beato pelas fatalidades atávicas da sua raça, sente a necessidade espiritual de iniciar-se em algum mistério que substitua o dogma e pede então à maçonaria um novo pão eucarístico e um cerimonial litúrgico parecido com o baptismo, com a primeira comunhão e com a crisma. E a sua alma de cândido neófito exulta com a posse dos variados sacramentos dessa religião nova, a que ele será tão fiel como foi à antiga, seguindo-lhe os preceitos e os ritos com a mesma

compenetrada unção com que outrora ia à missa, ao sermão e à desobriga.

Quando ninguém precisa da cooperação da sua força chamam-lhe Zé-Povinho, figurando-o com uma albarda às costas, e é o lobo manso de quem todos mofam. Quanto aos filósofos em desinteligência convém açulá-lo, chamam-lhe o Povo Soberano, onnipotente e absoluto.

Por sua parte ele acha-se no seio da civilização que o explora como o touro em tarde de corrida no meio do redondel. É puro, bravo, boiante e claro. Está aí para o que quiser dele o capinha, o bandarilheiro e o espada. Acenem-lhe com o trapo encarnado e ele arrancará sempre com lealdade e braveza, entrando pelo seu terreno, acudindo ao engano e indo ao castigo de todas as vezes que o citem para atacar, para escornar, para estripar e afinal para morrer, o que tudo para ele é unicamente marrar.

Como o boi puro, o povo não se desilude nunca, nunca se desengana da lide. Um dos seus lidadores, num desses comícios suburbanos a que o povo fielmente concorreu em quase todos os domingos da propaganda revolucionária durante os últimos dois anos do regime monárquico, pôs-lhe mui hábil e graficamente diante dos olhos este argumento aritmético demonstrativo da fome da nação originada do escândalo da lista civil no Orçamento Geral do Estado. O orador somou, a parcela por parcela, o que recebiam o rei e as demais pessoas da família real; dividiu o total, em réis, por 80 e demonstrou pelo quociente que cerca de quatrocentas mil famílias receberiam de graça dois pães de pataco desde o dia imediato ao do advento da República, em que se distribuisse pelo povo o que devorava a realeza.

Outro retórico, em outro comício, explicou, por meio de processo igualmente matemático, que o custeio de cada cavalo de luxo nas reais cavalariaças importava em tanto como o sustento de quatro famílias.

Ora sucede que, abolida a monarquia, e achando-nos nós no mês 5 do ano I da República, nenhum pão de pataco dos oitocentos mil que ingeria o rei foi por enquanto distribuído ao povo, e que o mesmo povo, outra vez transferido de «Povo Soberano» a «Zé-Povinho», com indício de estar mudado o Governo da Nação, não largou ainda o regozijo gratuito de ver passar em dia de gala, dos paços do Governo para o Paço

da Ajuda, em vez do rei antigo, o presidente novo em coche real puxado a quatro por dezasseis relinchantes famílias aristocraticamente engatadas à Grand-Daumont.

É certo que nunca as classes dirigentes se divertiram tanto em excursões de recreio, nem se banquetearam tão rapidamente como hoje em dia. Na casa, porém, de cada cidadão, nem o imposto diminuiu nem o passadio embarateceu. Unicamente da nota oficial que tenho presente consta que durante os dois primeiros meses da era republicana — Outubro e Novembro — a dívida flutuante aumentou, regular e consoladoramente para o nosso crédito, em 1163 contos.

Enquanto à prometida barateza a que seriam reduzidos os víveres, ao proporcional aumento a que seriam elevados os salários, ao desenvolvimento que teria o ensino e à perfeição que atingiria a disciplina da sociedade uma vez sacudido da cerviz do povo o inconfortável jugo ominoso do regime extinto, observa-se que nunca se comeu mais caro, nunca foi mais numerosa a legião dos operários sem trabalho, nunca se fizeram tantas greves e tantas propriedades foram impunemente assaltadas e destruídas, como agora as redacções e as tipografias de cinco jornais e de não sei já ao certo quantas associações de inofensivo carácter extrapartidário e extrapolítico; nunca foram tão frequentes os conflitos de hierarquia entre subordinados e superiores e as rebeliões do trabalho com o capital, dos operários e dos caixeiros com os patrões e dos alunos com os mestres. A Universidade está abandonada e acham-se expatriados vários cidadãos, alguns escritores ilustres, de indiscutida probidade e de relevante mérito, condenados ao ostracismo sem culpa formada e sem nenhuma forma de processo.

Ao contrário do que a respeito da improbidade congénita das democracias se tem escrito desde as mais remotas experiências até os mais recentes estudos, desde Platão, Xenofonte e Aristóфанes até Montesquieu, Renan e Faguet, disseram ao povo os seus tribunos que todas as prevaricações, subornos, nepotismos e desleixos inerentes a todos os serviços públicos do regime monárquico desapareceriam da terra desde que a República se estabelecesse em Portugal, como desapareceram, ainda que incompletamente, sob as sucessivas camadas geológicas de milhões de séculos, as espécies zoológicas e vegetais das primeiras idades do globo.

E o povo, a princípio talvez vacilante e duvidoso sobre o prognóstico de um tão estupendo fenómeno cósmico, rendeu-se à evidência da prometida transformação social desde que presenciou as decisivas medidas tomadas para sanear e moralizar tudo subitamente, refreando a natureza e sustando o curso dos fenómenos.

A República principiou energicamente por condenar igrejas, conventos, hospitais, asilos, colégios, bibliotecas, escolas e associações de beneficência, como, por exemplo, a das *Cozinhas Económicas* que em dezassete anos despendeu na sua obra mais de mil e cem contos de réis; como a das *Damas de Caridade*, as quais no último ano da sua gerência, de que tenho presente o relatório (1906-1907), visitaram nos seus domicílios em Lisboa 4327 doentes, pelos quais foram distribuídos 16.406\$865 réis; como a da *Irmadade das Senhoras Viúvas*, presidida pela Rainha a Senhora D. Maria Pia, distribuindo em esmolas nas suas visitas às casas e às enfermarias cerca de dois contos de réis por ano; como finalmente, para não me alongar mais, a das *Irmãzinhas dos Pobres*, as quais, com o exclusivo produto de esmolas, edificaram um vasto palácio em que mantinham confortavelmente e carinhosamente, sem subsídio algum do Tesouro, trezentos velhos inválidos.

Para compensar tão enormes desfalques no ensino e na assistência pública, criou-se uma instituição nova, o *Museu Republicano*, estabelecido no extinto colégio do Quelhas. Nesta casa, primeira e por enquanto creio que única fundação pedagógica do novo regime, existe, segundo detalhados documentos fotográficos publicados pela *Ilustração Portuguesa*, a famosa sala apologética do regicídio. Nela figura, com os retratos dos regicidas e versetos dos *Lusíadas* dedicados ao culto dos heróis e e inscritos nas paredes, um trofeu central composto de um pedestral de veludo, sobre o qual, ao lado de um busto da República, de uma coroa de flores e uma longa palma, a palma dos mártires, se vê o gabão e o chapéu do Buíça e a clavina com que foi assassinado no dia 1 de Fevereiro de 1908, aos 19 anos de idade, num *landau* descoberto, em frente de seus pais, o inocente e imaculado príncipe D. Luís Filipe de Bragança. Junto da clavina do Buíça vê-se também o revólver de que se serviu Costa para matar, à queima-roupa, com um tiro na nuca, o rei D. Carlos.

O museu inaugurou-se solenemente com um almoço a que

assistiram todos os membros do Governo, com excepção do seu Presidente e do ministro do Interior. Houve pela mesma ocasião um banquete de crianças. Fizeram-se, segundo os jornais, entusiasticamente brindes e o Sr. ministro dos Negócios Estrangeiros falou com o mais terno e paternal carinho aos meninos que assistiram à festa.

O mesmo número da *Ilustração Portuguesa*, consagrado à inauguração do Museu da República, dá-nos ainda em successivas fotografias o aspecto de diversos trâmites da fabricação de bombas explosivas. Informa o interessante magazine que em Lisboa se fabricam *por centenas* bombas de dinamite, mas que este trabalho não reveste carácter mercenário. Parece ser apenas um passatempo de delicados amadores.

Abstenho-me de toda a espécie de comentário. O meu único fim, reproduzindo a série de alguns fenómenos narrados por toda a imprensa republicana de Lisboa, é simplesmente consignar qual a impressão por tais fenómenos produzida no espírito do povo.

Cabe-me dizer, concluindo, que essa impressão é excelente. O povo gosta, o povo exulta, o povo rejubila. Há trezentos anos à espera de um D. Sebastião qualquer, verdadeiro ou falso, legítimo ou espúrio, antigo ou moderno, mais uma de tantas vezes ele se acha convencido de que enfim as profecias se cumpriram e que o *Desejado* chegou.

Fevereiro de 1911.

IV

A COMÉDIA POLÍTICA

Debalde a pavorosa hidra da reacção, por todo Portugal, e por boa parte do Brasil, segundo rezam os papéis, arrebita quotidianamente os tentáculos e espirra conspirações, rabecendo nas ervas, sinistra, molanqueirona e estupenda. A Polícia, olheira e vigilante, segue em bicos de pés o sinuoso frago da bicha, e, já familiarizada com ela, toma-lhe o pulso, despiolha-a, assoa-a, amamenta-a e trá-la pela mão.

Está portanto salva a situação — o que com júbilo me cabe participar, para sua quietação e remanso, aos meus leitores do Brasil em geral, e muito especialmente ao digno representante de Portugal no Rio de Janeiro, o qual, apoderando-se magistralmente de todos os trincafios da tramóia, tão gloriosamente contribuiu para a feliz descoberta desse par de botas, o mais importante talvez de quantos lhe tenham passado pelas mãos durante todo o giro da sua missão diplomática.

O Governo Provisório da Nação continua pois provisoriamente governando mais firme, mais intemerato e mais prazenteiro que nunca.

Os sete sábios do Terreiro do Paço, actuais detentores dos sete chapéus altos, das sete peliças e dos sete automóveis, símbolos e atributos adstritos à investidura e à legitimação dos altos poderes públicos, aureolados agora pelo clarão propício da mais perenal bonança, sorriem e legislaturam com portentoso e nunca visto ardor.

Seus sorrisos de satisfação desenham-se cândidos, borboleteantes, suaves, heróicos, líricos ou bucólicos, segundo as conveniências do assunto, em todos os actos da política. Para o efeito de registar e coordenar tais sorrisos, constituiu-se uma espécie de secretaria ambulante e chouteira, a que po-

deríamos chamar do *Contencioso Exibicionístico*. Esta suplementar repartição pública compõe-se de repórteres, de fotógrafos, de uma filarmónica que toque desembaraçadamente a *Portuguesa* e da menina Deolinda Alves.

A cada automóvel governativo cabem um *chauffeur* e um fotógrafo.

Desde que se apeie do automóvel até que torne a entrar nele, o Governo toma uma expressão agradável e natural e o fotógrafo opera.

A este sábio melhoramento de exibição devemos a felicidade invejável de poder contemplar o Governo através de todos os episódios da sua vida pública e particular, porque nada do que lhe diga respeito pode ser indiferente à opinião do País.

Assim, uma vez definitivamente rasgado o antigo véu de hipocrisia que, sob o nefando regime extinto, encobria os peculatos, os subornos, as depredações e as tranquibérnias do Governo, a todos os contribuintes é hoje dado a contemplar a ilibada e inconcussa pureza de cada um dos ministros, seja na praça pública, seja no interior do seu tugúrio — já em casa almoçando, fumando o seu cigarro, lendo o seu periódico ou metendo debaixo do braço o seu chapéu-de-chuva, já em sua repartição ou no gabinete de trabalho empunhando a pena ou cogitativamente debruçado sobre montes de papéis, com a frente apoiada a um dedo, meditando a lei; já na rua, de pé em carruagem descoberta, saudando as turbas com o chapéu alto numa das mãos e a outra mão aberta, energicamente espalmada, estendida para diante, no espaço, como que apontando o futuro com uma naturalidade espantosa.

Na rua, entre as multidões entusiásticas, a expressão fisionómica do Governo é toda de fora e ao léu, desfraldada, expansiva, iluminada e triunfadora. Só, no recesso do gabinete, vê-se que o envolve a amarga melancolia que no ermo acomete o sábio avezado ao aplauso das gentes, a considerar que não tem aí assim mais ninguém fogosa e unânimemente da opinião dele, pela razão cruel de se encontrar só.

Reduzindo-se tão prolificamente por meio da fotografia, e associando assim a humanidade inteira às intimidades da sua existência, é indubitável que está o Governo, dia a dia, conquistando um considerável relevo de simpatias aos olhos do mundo e sobretudo aos seus próprios olhos. É este, sem

questão alguma, um dos mais relevantes serviços prestados à causa democrática, ao ressurgimento da nacionalidade pelo gabinete verde e encarnado do novo contencioso anexo às instituições vigentes.

Além das felizes inovações introduzidas nas artes decorativas e sumptuárias, devo acrescentar que ao gabinete a que me refiro cabe ainda a glória de estar, por meio de labor intenso da reportagem, enriquecendo copiosamente a cacologia nacional com preciosos neologismos, entre os quais não quero perder o ensejo de registar o vocábulo *homenagear*, verbo activo, tanto quanto possível regular, do qual é sempre sujeito o povo (ou quem suas vezes faça) e complemento objectivo o Governo.

Nas cerimónias públicas a menina Deolinda Alves (doze a catorze anos de idade) vai na frente, imediatamente depois da música e ao compasso dela, ricamente fantasiada de República, em veludo, cetim e ouro, gorro frígio de veludo em zimbório sobre os longos cabelos esparsos nos ombros, meias de seda em borzeguins de cetim verde, a bandeira da República na mão esquerda, e uma espada nua, com a ponta virada para baixo, na mão direita.

Foi nesse mimoso e bem ideado traje de Joana d'Arc da Rotunda que Deolinda compareceu em casa do ministro do Brasil em Lisboa, por ocasião da manifestação de público apreço de que recentemente foi objecto esse illustre diplomata. Dizem-me ter sido sumamente tocante perante tal homenagem o embaraço do *homenageado*, entre respeitoso e familiar, não sabendo, apesar de todo o seu tacto profissional, se deveria pôr Deolinda sobre uma mesa ou deixá-la no chão, fazer-lhe um discurso ou dar-lhe uma boneca, conversando-a como República ou como menina Deolinda, perguntando-lhe pelos negócios públicos ou pelos seu jogos de prendas.

Em outra não menos solene manifestação ultimamente prestada à memória de Cândido dos Reis e Miguel Bombarda, não no cemitério, como fora de reccar, mas, muito mais apropriadamente por certo, no Coliseu dos Recreios, depois de haver orado com o mais entusiástico e juvenil arreganho o illustre ancião Manuel de Arriaga, Deolinda, segundo as gazetas, deu três passos à frente e recitou alguns versos, dos quais aqui recolho, como mais dramaticamente expressivos e com o maior acatamento e admiração, os seguintes:

*Simbolizando aqui a Igualdade,
Em traje despido de ouropéis,
Derramo uma lágrima de saudade
Por Bombarda e Almirante Reis.*

Nunca, em minha vida, à memória de dois mortos vi prestar homenagem mais catita.

Em traje despido de ouropéis parece-me algum tanto confuso e desapropriado em menina tão rica e tão caprichosamente vestida. Seria talvez mais conforme à verdade dos factos que Deolinda Alves, por exemplo, dissesse:

*Simbolizando aqui a Igualdade,
Ricamente vestida de República a troco de um dinheirão que gastou meu
[papá no Grandela,
Derramo uma lágrima, etc.,
Por Bombarda e Almirante Reis.*

Poderá Deolinda objectar-me que o *verso* que proponho é um tanto comprido de mais talvez. Não o nego. Desde, porém, que Deolinda, antes de consagrar a lágrima, experimenta a necessidade de nos dizer como está vestida, acho que, tratando-se de facto concreto e histórico como esse, o dever de Deolinda seria calcar aos pés todas as sofisticações métricas e contar as coisas como elas são. Só depois de prestado esse devido tributo à veracidade histórica é que Deolinda teria jus a tirar o lenço do bolso ou a pedir uma urna e a derramar a lágrima.

Outro público sorriso angelicamente consolador e inefável é o que desliza nos lábios de um membro do Governo discursando há dias no teatro do Conservatório por ocasião de um concerto oferecido pelo pianista Viana da Mota à comissão organizadora do IV Congresso Internacional do Turismo, que brevemente se efectuará em Lisboa. Do *Diário de Notícias* recorto com mão respeitosa as textuais palavras do S. Ex.º:

«Não se trata das vantagens de dar hospitalidade em Portugal aos membros do Congresso do Turismo ou de formular o elogio do Turismo. Os Portugueses foram nos tempos modernos, como todos sabemos, os maiores turistas. Portugueses eram os que fizeram, pela primeira vez, *le tour du monde*.

«Deve porém chamar-se a atenção para o facto de que podemos agora, e só agora, receber com desafogo e dignamente, receber com verdadeira hospitalidade nacional os estrangeiros que nos procuram e atrair os viajantes a uma terra enfim livre. Até há pouco era uma família que recebia os hóspedes: agora é a nação inteira.

«O país mesmo, nas suas condições físicas, nas próprias encantadoras paisagens que os turistas tanto vêm admirar, aparece transformado com o saber-se que um povo, que deixou de ser explorado por uma classe e uma casta, o habita agora cõscio de direitos novos; com o saber-se que capitais, antes desviados para destinos inconfessáveis, irão, daqui para diante, fecundar as terras, alentar os miseráveis, tornar mais viçosas as plantações, mais abundantes as colheitas, mais abastados, felizes e pitorescos os camponeses que os turistas vieram de longe admirar, sob um céu que parecerá, ele também, duma cor mais opulenta, à luz dum sol que por muitas formas parecerá recamá-lo agora do mais esplêndido ouro.»

Tal é o poder suggestionador e evocativo que se desprende do verbo prestigioso e patético do Governo que, em minha pobre e arrefecida imaginação, eu mesmo completo em todos os seus episódios o quadro prodigioso de que tão mágicas perspectivas se abrem a meus olhos.

Eu as estou vendo, as viçosas plantações encantadas, os doces e vaporosos grupos de louções camponeses, tão pitorescos e galãs entoando ditirambos e madrigais ao Governo da Nação e tangendo seus instrumentos rústicos, adufes e avenas, para fazerem bailar suas pastoras, enquanto Anarda e o Melibeu, sob a faia umbrosa, vêm mansamente pascer no prado os seus alvos cordeirinhos, frisados e perfumados como chichis, ao passo que eles ambos reciprocam castas finezas sponsalícias, ele tocando-a de boninas, ela atando-lhe meigamente ao cajado nodoso de zagal simbólicos e falantes lacinhos verdes e vermelhos.

— Mas, meu Deus, onde estou eu? — como nos antigos dramas exclamavam as ingénuas ao acordarem dos seus delíquios.

Estou na minha velha pátria? Acho-me em Terras de Bouro, nas alturas de Barroso, em Celorico de Basto? Ou é nas Fábulas do Cavalheiro de Florian que me encontro?

As paisagens de que o Governo me fala são da serra da Estrela, de Monchique, do Marão, ou são dos romances pastoris de Honorato de Urfé?

É no meu torrão paterno que estas cenas decorrem ou é num leque de Watteau?

É um carrascal alentejano, é uma enchida minhota, ou é uma *bergerie* de Boucher, tecida numa tapeçaria de Gobelins, o que meus olhos enxergam?

É à minha querida serra da Falperra ou ao meu bom pinhal da Azambuja que a eloquência governativa me transporta, ou é aos bosques de Arícia onde Numa Pompílio ia ouvir a ninfa Egéria?

Estou vivendo na idade de ouro de Astreia ou na era estanhada de Deolinda Alves?

É pela *Carte du Tendre* que me governam ou é pela legislação de Afonso Costa?

São as éclogas de Bernardes que mandam ou são os editais de Eusébio?

Que o Governo me esclareça e me guie, porque o meu critério de governado vacila.

Perante a fala do trono proferida no Conservatório junto do madeiro sonoro de Mota e contendo o *menu* das delícias prometidas aos turistas que nos visitem, eu descubro através de um rutilante neveiro de ouro e de maná a transformação miraculosa de toda a natureza rural da minha terra instantaneamente operada, como na *Pêra de Satanás*, no *Rabo da Caçarola* e nas *Três Cidras do Amor*, pelo guarda-chuva mágico do meu amigo e presidente Teófilo.

Nas bacias dos pântanos, em que outrora medravam mefiticamente terçãs e arrozais, fumegam hoje, como em outras tantas terrinas faraónicas, as saborosas canjas rodeadas de penças de manjar branco e de travessas de arroz-doce carimbado a canela pelos almotacés da República.

À superfície dos trigais afloram e ondulam ao sabor da brisa os pãezinhos frescos e abiscoitados, ensanduichados de presunto ou de marmelada.

Da copa dos soutos caem nos pratos das merendas as castanhas assadas com manteiga.

Nos montados alentejanos unicamente esperam que vão por eles os bacorinhos tostados ao espeto com o seu competente limão na boca.

Das sebes dos marmeleiros e dos silvados minhotos pendem sobre o viandante as tigelinhas de marmelada e as tortas de amoras.

É, se assim ousou exprimir-me, o *reinado* venturoso e indestrutível da paz, da abundância, da riqueza, da cordialidade e da alegria. Somos (ainda que mal pareça o elogio em boca própria) a realização, única no orbe, da perfectibilidade paradisiaca antes do desfalecimento de Eva. Somos a objectivação prática dos mais altos sonhos da humanidade. Somos, em edição popular e barata impressa no *Diário do Governo*, e em folhetos soltos de cordel, a *República* de Platão, a *Utopia* de Morus, a *Cidade do Sol* de Campanella, a *Oceana* de Harrington, a *Nova Atlântica* de Bacon, a *Salento* de Fénelon, a *Descoberta Austral* de Rétif de La Bretonne.

Que os estrangeiros venham! Que tomem os seus bilhetes porque está a principiar a função!

Não esqueça trazerem canhenhos para tirar cópia das instituições e das paisagens, e bilhetes de visita para agradecer. Se for possível tragam também talheres. Aqueles de que dispúnhamos para tomar parte no bródio augusto e pantagruélico da civilização nova foram distribuídos todos pelos amigos, parentes e aderentes da casa. Acabaram ontem.

Março de 1911.

V

EM TRÂNSITO

Fazendo parte de um júri de arte nomeado pelo Governo Federal suíço e devendo em desempenho dessa missão achar-me em Berna no presente Verão, delibero partir de Lisboa para Boulogne-sur-Mer no vapor holandês *Frísia*, o qual, em regresso da América do Sul, faria escala por Lisboa no dia 5 deste mês.

Achando-me com outros passageiros no cais à hora para esse fim designada, 7 horas da tarde, só às 10 horas da noite pudemos embarcar. Eis aqui, como viemos a saber, a razão dessa demora:

A Polícia precedera os viajantes a bordo do *Frísia*, e lá se achava funcionando zelosamente na investigação de um crime, enquanto nós esperávamos submissa e agradecidamente que ela acabasse de escarafunchar e de desenxovalhar condignamente o bojo infestado do navio em que tínhamos de penetrar, e cujas luzes, ao longe, assumindo então a nossos olhos um clarão imprevisto, se espalhavam trepidantes nas águas glaucas da baía.

Tendo recebido o Governo da República Portuguesa a providencial denúncia telegráfica de que entre os passageiros do *Frísia* navegava com a sua família um perigoso malfeitor, acusado de não menos odioso crime do que o de ser no Brasil presidente de uma associação afrontosamente intitulada *Liga Monárquica*, deliberou desde logo o mesmo Governo engastar mais um florão no diadema da jovem democracia a cujos destinos ele se conferiu a honra de presidir, e assim determinou apoderar-se da fera e de sua esposa, aliás sob a protecção do pavilhão holandês, engaiolando em uma das jaulas de sua *ménagerie* esse interessante casal de

monstros para honesto recreio do público e escarmento de malvados.

A Polícia, em desempenho de tão honroso encargo a bordo do *Frísia*, começou metodicamente por consultar a lista dos passageiros e, encontrando nesse rol o nome alarmante do viajante Adolfo Freire, imediatamente lhe deu voz de preso.

É certo que tal nome não era inteiramente o que a denúncia do Rio de Janeiro atribuía ao perverso presidente da *Liga Monárquica*. Sucedia igualmente que Adolfo Freire nunca presidira a nenhuma espécie de liga e que, assaz desligadamente de interesses ou de curiosidades políticas, ele nem sequer desembarcava em Lisboa, e seguia por Boulogne o seu caminho de Itália, onde ia ver as exposições de Turim, de Florença e de Roma. Neste sentido teve Adolfo Freire a santa paciência de fazer à Polícia todas as declarações que ela pediu.

Que valor pode porém ter em causa própria o depoimento carinhoso de um réu que uma denúncia telegráfica do Brasil tão seguramente punha como refém de uma temerosa conflagração nas mãos reivindicadores da alta Justiça portuguesa? Um facínora de tal magnitude seria naturalmente capaz de todas as trapaças e embustes. Com fígados para presidente de uma liga monárquica no Brasil ele teria artes rocambólicas para tudo mais, para mudar de nome, de profissão, de idade, de rumo e até de sexo. Quem sabe — pensaria atiladamente a Polícia — se com efeito é ele, ou a sua consorte, ou um e outro rotativamente, quem preside à nefanda e abominável liga? Quem sabe se verdadeiramente é ele ou ela quem vem deitar abaixo a nossa república, regendo a banda de trombetas destinada a passear em torno dos muros da nova Jericó, ou, qual outro Lúcio Júnio Bruto (ultramarino), abatendo os Tarquínios e investindo directa e sacrilegamente com a pessoa augusta de César Teófilo para lhe arrancar das unhas, unguidas pelas vestais da Rotunda, o guarda-chuva litúrgico, símbolo supremo da majestade do mando na *mise-en-scène* das instituições vigentes?

Como quer que seja, com relação ao caso ambíguo de Adolfo Freire e de sua esposa, ei-los ambos, à cautela, catrafilados e presos. *São ordens!*

Em seguida a tão discreta determinação passa a Polícia a revisar miudamente todas as bagagens da família Freire, os volumes miúdos da cabina assim como as malas grandes do porão.

Averiguado, ao cabo de dilatadas e minuciosas pesquisas, que nem nas malas, nem nos sacos de noite, nem nas chapelarias, estojos e bolsas dos delinquentes, se encontravam papéis subversivos, armas brancas ou de tiro, matérias explosivas, mocas, venenos, receitas, cordas, gazuas, brocas, desaparafusadores, ou qualquer outro instrumento ou utensílio que se possa considerar de guerra, de rebelião ou de assalto, a Polícia dá por finda a sua investigação a bordo e remove para a presença da competente autoridade em Lisboa, sob prisão, os dois criminosos, acompanhados de todas as peças do seu corpo de delito — malas, maletas, chapeleiras, trouxas e embrulhos.

Grande comoção entretanto no convés do *Frísia*. Os passageiros assistem confrangidos e atónitos à cena de pública desautoração infligida ao cidadão Freire como a um soldado desonrado, a quem se arrancam os vivos e os botões da farda em frente do seu regimento em forma. Um leve sopro de drama parece perpassar rapidamente através do cordame da embarcação, das conversações do tombadilho, dos líquidos do *bar* e dos cinzeiros do *fumoir*.

O matrimónio Freire despede-se enfim dos seus companheiros de viagem, e, envolvido pelos alguazis da República, desce as escadas do portaló para abicar a Lisboa.

Foi depois deste episódio de ordem pública que eu e os meus companheiros do Cais do Sodré conseguimos finalmente licença superior de penetrar no *Frísia*. Não se falava a bordo senão da ocorrência que acabava de se dar. Estremecia-se de horror perante a monstruosidade dos Freires, que todos nós a tal hora entrevíamos em Lisboa, pálidos e algemados, na carreta dos condenados, a caminho do suplício; e mostrava-se já com lúgubre curiosidade histórica o camarote esvaziado e tétrico em que por dias haviam habitado os facínoras.

Era porém cerca de meia-noite. Um resto de greve dos catraeiros do Tejo tinha demorado consideravelmente o carregamento do carvão de que o *Frísia* ordinariamente se provia em Lisboa. O comandante, vendo comprometido o seu horário regulamentar, resolvia ir concluir em Vigo a sua provisão de combustível e dispunha-se a levantar ferro quando, inesperadamente, o rebocador da Polícia outra vez se aproxima, veloz e arquejante, atraca por bombordo e despeja precipita-

damente no nosso convés os cônjuges Freires, são e salvos, com tudo que lhes respeita — vidas, bagagens e miudezas.

A República perdoara-lhes.

Apesar de Freires... ainda que não de Cristo, ditosamente para eles, apesar de presos, de inquiridos, de revistos, de conduzidos sob custódia de Herodes para Pilatos e de Pilatos para Herodes, apesar de réus convictos e confessos de um pavoroso crime, que pouco lhes faltou para cometer, o Governo Provisório da República, generoso e magnânimo, perdoara-lhes tudo, absolutamente tudo, tudo o que eles não fizeram e tudo o que a Polícia lhes fez e ei-los aí ambos em nossos braços, jubilosamente restituídos à liberdade, à família, ao convívio social, à pátria, à humanidade e ao *Frisia* — ele, Adolfo Freire, terno, agradecido, prazenteiro, óptimo com o chapéu um tanto atarantado na cabeça, uma bengala e um guarda-chuva debaixo do braço, uma maleta e uma manta em rolo na mão; sua esposa igualmente muito bem, de *trotteur* e chapéu *cloche*, longo véu azul flutuante à brisa da noite, e apenas com um *en-cas* e um estojo de marroquim como carreto. Ambos amnistiados, ambos libertos da palha húmida do cárcere e da garra adunca do algoz.

Que mais pedis, bicos de ouro? Que mais exigis da Providência, almas insaciáveis de gozo?

Aí estais ambos são, escorreitos e feros, generosamente reinvestidos na posse do vosso risonho destino, no caminho marítimo da existência. Tendes saúde, tendes dinheiro, tendes a picante e amena curiosidade dos pitorescos aspectos da vida errante. Passou-vos, a metódicos sorvos de champanhe e de sumo de laranjas, o primeiro enjoo da travessia marítima, e achais-vos na plena posse do estreito mas suave conforto da vossa cabina de luxo, de cuja ampla vigia aberta se descobre da cama fofa a doce imensidade azul do largo mar, que maternalmente vos embala, como a meninos no berço, os bons sonos de bordo.

Tendes as variadas distrações do tombadilho num paquete moderno: o *tennis*, o *bridge*, a valsa, a música, o *flirt*, ou o repouso da leitura ou da contemplação numa flácida *rocking-chair* com uma zibelina aos pés e uma taça de tília ou de camomila ao lado.

Entreabrem-se aos vossos olhos as perspectivas cariciantes de uma vilegiatura na Itália, através de museus e de paisa-

gens, com um ramo de mimosas ao peito e um livro de Ruskin debaixo do braço, sob a macia frescura das excursões matinais no esparso perfume das rosas e dos lírios de Florença, em Sorrento ou em Isquia, em Fiesole ou em Verona, sobre os cochins de uma gôndola por baixo da Ponte dos Suspiros nos canais de Veneza, ou em Roma entre os loureiros do Palatino, nas sagradas ruínas do Forum, ou no alto do Pincio, vendo morrer o sol poente por trás da esbraseada cúpula do Vaticano.

E por toda a parte, em Paris, nas praias, na montanha, nos virentes prados do *plateau* suíço ou dos píncaros nevados da alta Engadine, nos concertos, nas conferências, nas exposições de arte, nos teatros, nos *tea-rooms*, no *hall* ou no jardim dos grandes *Palaces*, nas tribunas de *Longchamps*, nos campos de *golf* ou do pólo, às mesas floridas do *Pré Catelain*, nos jantares do Ritz ou nas ceias espumantes do *Café de Paris*, sob as arcadas frenéticas dos violinistas zíngaros, fardados de vermelho e agaloados de ouro, ireis ver a elegância parisiense de todo o triunfante A B C da América Latina (Argentina, Brasil e Chile) perpassando permanente a vossos olhos, em formas esguias de tanagras, as saias *entravés* das antigas filhas de Sião e das musas do Directório e do Império descobrindo os mais finos artelhos do mundo cingidos de polainas de lona branca lisa e hermeticamente afiveladas a sapatos de verniz preto com esbeltos tacões altos.

E, nesse devoto desfilar de ladainhas mundanais a *Notre Dame du Sleepingcar*, quanta imaginação de génio, quanta fantasia de arte e quanto talento estético nos *tea-gowns*, nas *toques*, nos chapéus, nas *robes charmeuses*, nos vestidos e nas capas de baile, nos colarinhos de Veneza transparentados de musselinas, nos ornatos de aljôfares e de contas de prata e de alumínio, nas harmonias de rubi e topázio, de verde-pavão e azul-marinho, nas sinfonias de peles e renda, e nos maravilhosos tecidos e bordados de uma policromia preciosa e nova, de estilo bizantino, de estilo grego, de estilo egípcio, em que, fabulosamente, entre vegetações e penachos persas, bicos recursos de íbis se conjugam com pétalas de lótus!

De tudo quanto há de novo e de lindo a ver por essa Europa dentro, uma só coisa talvez, amigos Freires, vos não estivesse prometida e assegurada. Faltava-vos no vosso programa de viagem a comoção dramática da aventura, da

perseguição, da flagelação e do assalto, regalo de espírito e acepipe dos nervos, extintos desde que desapareceram os salteadores da Calábria, da Sierra Morena e do nosso saudoso Pinhal da Azambuja.

A mórbida idiossincrasia do nosso tempo reclama o pungimento dessa comoção antiga entre os prazeres hodiernos. Na arte contemporânea, na pintura, na escultura, na literatura e na música, principia a manifestar-se a aspiração que tem o artista a realizar esse anómalo desejo do público. O público, com efeito, o público elegante particularmente, o público supercivilizado, requintado e fastioso, requer que, de quando em quando, a arte lhe aplique um enérgico e tonificante pontapé àquela parte do físico em que o dorso muda de nome para pior, constituindo o hemisfério oposto ao ventre.

É para saborear o gozo vertebral desse golpe que a gente pára em frente de várias telas e vários mármores do *Salon d'Automne*. É para o mesmo efeito que se vai às exposições dos artistas independentes, desvairados discípulos *in absentia* de Courbet, de Manet, de Degas, de Carrière, do próprio Puvis de Chavannes e de Rodin, os quais entendem que uma nova e independente visão ou simplificação da natureza se há-de admirar neles através da mais cerrada e obtusa incompreensão da sua arte e da sua técnica. É em cata desse estranho e novo prazer de espírito que ainda ontem, sexta-feira, noite de gala, eu fui a *Luna Park*, por cinco francos de entrada, refocilar-me nas diversas atracções suplementares com que aquele famoso estabelecimento se propõe perante *tickets* de sobretaxa arrasar os nervos, desconjuntar os ossos e contundir os músculos de quem tiver esse apetite.

Propondo-me entremear o divertimento físico com o imoral, parei em frente de um reposteiro por cima do qual se lia *Le déshabiller d'une parisienne*. Ao lado o preço de entrada, relativamente módico — dez *sous*. Hesitei. Um dos meus companheiros perguntou indeciso ao funcionário agalado encarregado de nos dar acesso:

— *Est-ce vraiment raide, est-ce indécent, est-ce cochon?*

O funcionário pareceu ter um afirmativo aceno de cabeça. Entrámos. Não prestou. Era quase pudico. No final uma das senhoras sós, que faziam parte do público, perguntou enérgica e repreensivamente ao mesmo respeitoso funcionário que havíamos encontrado à porta:

— *Est-ce tou, Monsieur!?!*

E, como aquele varão prudente nem sequer ousasse repetir o mesmo gesto elucidativo com que nos obsequiara à entrada, a dama escandalizada teve apenas como comentário à insulsa pudicícia da exibição uma única mas expressiva palavra, que tão justificadamente se poderia aplicar ao espectáculo como aos apresentadores. Por vergonha minha a não reproduzo.

Ao sair do *déshabiller* da parisiense examinei se no programa das atracções contudentes, que são muitas, não haveria propriamente a *sova*. Não se imagina o apetite que nesse momento me sobreveio de que, por mais um suplemento de dois ou três francos, a imaginosa empresa do *Luna Park* me quebrasse uma bengala nas costas.

No índice dos deleites dessa noite não estava ainda consignada a flagelação pela tunda. É natural que no elenco aperfeiçoado da *Magic City* se ache a estas horas preenchida essa lamentável lacuna.

Refiro-me a este caso pessoal porque ele define e caracteriza bem a crise por que está passando a arte.

A seguir ao romantismo vieram primeiro os *realistas*, vieram depois os *naturalistas*, apareceram há meia dúzia de anos os *deformistas*, e surgem vitoriosamente agora os *contorcionistas*.

Ora o Governo Provisório da República Portuguesa, nos seus assíduos e engenhosos processos de acelerar a civilização, de estabelecer a paz e de captar a simpatia e afecto dos nacionais e dos estrangeiros, dos contemporâneos e dos pósteros, é esteticamente do género *contorcionista*. E acho que lhe está muito bem isso. Ou bem que se é moderno e à francesa, ou bem que não.

Os amigos Freires, aproximando-se inadvertidamente de nós e penetrando discuidados na zona planetária da governação portuguesa, foram simples e naturalmente atingidos pelo nosso contorcionismo de Estado.

Uns acharão que é muito. Outros porém acharão talvez que é pouco. E não faltará proventura na história uma voz que, quebrando os calmos silêncios da tebaida governativa do presidente Teófilo, como a dama de *Luna Park*, tremendamente, lhe pergunte:

— *Est-ce tout, Monsieur?!*

Maio de 1911.

VI

BREVE RECAPITULAÇÃO

Um dos publicistas da República Portuguesa formulava, mui judiciosamente, poucos dias depois da vitória da Avenida, esta proposição inicial: — «A República vai constituir-se em Portugal segundo o tipo francês ou segundo o tipo suíço? Da resposta que houver de ter esta pergunta depende o futuro da pátria e o destino das instituições novas.»

Efectivamente, a questão primordial a discutir e a resolver não pode, em verdade, ser senão essa, uma vez dado o advento de uma república de fins puramente negativos, a qual não sabe bem o que quer, ou antes verdadeiramente não quer nada senão aniquilar a coisa existente para a substituir por outra coisa imprecisa e vaga — a coisa que não existe.

O problema mudaria inteiramente de aspecto se os republicanos portugueses tivessem tratado de organizar uma democracia antes de proclamarem uma república, para sobre essa república edificarem depois uma democracia. A democracia é a coluna de que, nem sempre, mas algumas vezes, a república é o capitel. Os republicanos, por um lamentável erro de construção, fizeram uma república com os capitéis para baixo, e tratam agora de lhe pôr as bases em cima.

Para que se não diga que uma república assim construída é obra de curiosos e basta, para que os menos polidos não cheguem mesmo, porventura, a alvitrar que é obra de curiosos e bestas, eu sei, de antemão, o que vão retorquir-me os republicanos. É o seu conhecido truque perante todos os erros em que se comprometem. Não foram eles que fizeram a revolução. Foi o povo. A revolução não foi a obra de uma determinação política nem de uma premeditação filosófica. Foi a tremenda e inevitável exploração do rancor popular

perante a esmagadora opressão e a sufocante tirania monárquica.

Essas bombásticas palavras, em que a retórica jacobina se exercita matando mosquitos a tiros de peça, é possível que ainda inflamem as imaginações e penetrem os espíritos ouvidas em berros nas ruas de Lisboa, ao som da *Portuguesa* e ao clamor dos vivas, entre marchas e contramarchas de batalhões voluntários e de operários em greve ou sem trabalho, na vozzeria estonteadora de lojistas falidos, de caixeiros desempregados, de amanuenses demitidos, de especuladores vorazes e de pretendentes famélicos. Como, porém, tocam a rancho e a oco todos esses palavrões quando ouvidos à distância devidamente perspectivada dos acontecimentos a que correspondem! Como o quadro desincha e se reduz às suas verdadeiras proporções, olhado, por exemplo, daqui assim do ponto em que presentemente me acho, fugindo ao calor do meu quarto e sentado num *fauteuil* de ferro, debaixo de uma árvore, entre familiares pardais, com um *block-notes* no joelho e uma caneta nos dedos, ao pé da estátua de Camille Desmoulins, na matutina e pacata frescura burguesa dos velhos jardins do *Palais Royal*, em Paris, neste culto e espirituoso Paris, onde, tendo-se já sucedido uma à outra três repúblicas, ainda nenhuma delas teve, como a de Lisboa, o reles mau gosto de eliminar, como um perigo para as intuições democráticas, o nome *real* dos palácios, dos jardins, dos teatros e das ruas de tradição régia! Em Lisboa desapareceram como subversivos em denominação de edifícios, de praças e de ruas os ominosos vocábulos Rei, Rainha, Príncipe Real, D. Amélia, etc. Em Paris, além dos nomes do jardim e do teatro do *Palais Royal*, conservam-se os nomes reaccionários de *Cours-la-Reine*, *Reine de Hongrie*, *Roi François*, *Roi de Alger*, *Roi de Sicile*, *Rue Royale*, *Rue Princesse*, *Passage des Princes*, etc.

Debalde, em Viseu, depois da proclamação da República, um ilustre estalajadeiro, nosso benemérito compatriota, trocou o seu nome de Reis pelo mais apropriado apelido de Liberato, decorando, ao mesmo tempo, a sua hospedaria com o título de *Hotel Democrático*. A Europa, que tão depressa adoptou para seu uso os caminhos abertos através do oceano por Vasco da Gama, por Bartolomeu Dias e por Magalhães, não fez caso nenhum do caminho novo rasgado por Liberato na história revolucionária das tabuletas no continente europeu.

São, ao contrário, por dezenas os novos hotéis chamados *hotéis reais* nas repúblicas da França e da Suíça. *Hotel Democrático* é que não me consta haver mais nenhum fora dos domínios de Liberato em Viseu.

A democracia, que falou na Grécia e em Roma e que de novo se está experimentando agora com duvidoso êxito, não dá, por enquanto, suficientes garantias como fórmula de agasalho doméstico e de gosto culinário. A sua cozinha, afinada pelas mais avançadas receitas dos seus jacobinos, sindicalistas e *saboteurs*, é suspeita de conservas dinâmicas, de molhos incendiários e de zurrapas explosivas. É certo que a democracia é de muito comer. Por isso Gambetta prevenia a França de que a república lhe não sairia barata. Come já muito, mas por enquanto ainda come mal. Enche de mais a boca, põe os braços em cima da toalha, dá cotoveladas no vazio das pessoas que lhe ficam à ilharga, quebra palitos, faz bolas com o miolo do pão, limpa os dentes com a língua, e, quando se faz representar pelos seus *leaders* mais retintamente radicais, não desdobra o guardanapo, come com faca as ervilhas e com o garfo da carne assada penteia o bigode ao pedir a sobremesa. Veste-se geralmente mal e pior ainda se vestirá em Lisboa agora que se lhe foi embora para o Brasil o Amieiro.

Para a governação está muito bem — não serei eu que o conteste. Para a sociabilidade, a democracia — creiam-no os hoteleiros da Propaganda de Portugal — é, por enquanto, de uma companhia indesejável.

Ponto, porém, nas considerações digressivas (que vagabundo que estou hoje!) e *revertamos*, como nas antigas novelas se dizia, à nossa Rotunda da Avenida e ao pretendido carácter popular da sua famosa revolução.

A simples e pura verdade é que a parte que teve nesse movimento a sincera e espontânea indignação do povo é inteiramente nula. Na superfetação do seu furor belicoso, o povo não tinha realmente nada que punir, nada de que se enraivecera, nada de que se vingara. Pretender equiparar o espírito revolucionário da Rotunda com o espírito revolucionário da Revolução Francesa é incorrer perante a sociologia e perante a história em tão imbecil equívoco como seria em zoologia o de confundir uma lombriga com uma cobra cascavel.

No dia 5 de Outubro, em Portugal, não havia despotismo, não havia opressão e não havia fome. Os princípios proclamados à custa de tanto sangue pela Revolução Francesa, há mais de um século, ninguém precisava de os tornar a proclamar na Avenida agora, precisamente no período histórico em que quase todos esses princípios se acham refutados pela crítica experimental e científica do nosso tempo. Os famosos princípios da Revolução Francesa, *leit-motiv* de toda a cantata revolucionária de Outubro último, são, precisamente, os que vigoram em toda a política portuguesa desde o advento da revolução liberal de 34 até aos nossos dias. A que vem agora, estafado e fora de moda, esse ronco de *Liberdade, Fraternidade e Igualdade*, expectorado a todo propósito pelos nossos modernos revolucionários de tão retardatária mentalidade, tão infantilmente senis? Pois que tem sido todo o regime liberal do caduco constitucionalismo português, de que tem ele vivido e de que é que ele morre senão de uma assombrosa borracheira de liberdade, de uma indecente timpanite de igualdade e de uma tossiquenta e cuspinhosa delinquescência de lírica fraternidade?!

Não temos agora nem os protestos dos filósofos nem as reivindicações dos economistas do fim do século XVIII.

Os filósofos actuais têm ditosamente como seu representante no Parlamento o meu erudito amigo Teófilo. Este sábio acha-se de tal modo em desacordo com o regime da política revolucionária portuguesa que, em sessão da Assembleia Constituinte, de 24 deste mês de Julho, sessão de que tenho presente o extracto officioso do *Diário de Notícias*, ele afirmou peremptoriamente que o projecto da nova Constituição republicana *atabalhoadamente* redigido *era imbecil e estúpido*. Mais disse que a República, tal como a actual Constituição a define, *é uma república de fábrica coberta*. Lamentou ainda que uma questão tão grave como a discussão do código fundamental da República se vote *sem que muitos deputados saibam o que votam*, observando que nesta assembleia se *ouviam coisas curiosas se cada um fosse obrigado a explicar o seu voto*. Terminou, enfim mandando para a mesa uma série de emendas ao projecto da Constituição. A Assembleia rejeitou-as todas.

Este leve incidente parlamentar parece-me demonstrar com o mais indiscutível rigor de hermenêutica que não há relação alguma de causa e efeito entre a propaganda filosófica

da escola de que Teófilo é o representante e a índole do Governo de que o mesmo Teófilo é o chefe. Isto pelo que diz respeito à intervenção dos filósofos na obra da revolução.

Enquanto às reivindicações dos economistas li com porfia-da atenção e grande aproveitamento do meu espírito os três excelentes livros que recentemente publicaram, como teses de concurso à cadeira de economia política da Escola Politécnica de Lisboa, os Srs. Afonso Costa, Lino Neto e António Osório. Em nenhuma destas três obras, de relativa desigualdade de valor mas de absoluta e considerável autoridade científica, pude perceber a mais leve indicação de que a metafísica diferença entre a forma monárquica e a forma republicana de um Governo representativo possa de algum modo influir para que, mais ou menos lentamente e evolutivamente, se reduzam às exigências da realização os mais altos ideais ou os mais quiméricos sonhos do progresso moral e do progresso económico de um povo.

Fora de Portugal, nem um só pensador opinou que a revolução pudesse, em alguma maneira, contribuir para melhorar a precária situação da política portuguesa.

Um dos mais ilustres membros da benemérita *Société Internationale de Science Sociale*, o Sr. Poincard, no seu erudito livro *Le Portugal inconnu*, aparecido pouco depois da revolta de 5 de Outubro, exprime-se nos seguintes termos:

«Se se quer pôr a charrua diante dos bois e reconstituir a situação política antes de reconstituída a vida particular e as instituições locais, se se quer lutar contra os abusos e as baixezas da política por meio da mesma política, a falência é inevitável. Nunca, em tal terreno, os homens probos e justos, naturalmente ciosos da sua reputação, prevalecerão contra os intrigantes e os ambiciosos que fazem da política uma profissão. Os primeiros serão constantemente derrotados pelos segundos, e todas as tentativas futuras encalharão como encalharam as experiências do passado.»

Prosseguindo no desenvolvimento da sua profunda e rigorosa argumentação, o Sr. Poincard conclui assim:

«Em todo o país centralizado basta, por meio de um audacioso movimento, deitar a mão às administrações centrais para subjugar o país inteiro, qualquer que seja nele a maioria da opinião. Não é só em Portugal que se tem visto isso. Não basta, porém, mudar um rótulo político, nem remodelar uma

Constituição, para renovar um povo. Socialmente, Portugal continua hoje a ser o que era antes de 5 de Outubro, e não tardarão as mesmas causas a produzir os mesmos efeitos. Os quadros políticos mudarão de tabuleta mas não de pessoal, o qual passará em massa e instantâneamente para o lado do mais forte. Conservar-se-ão os mesmos apetites e os mesmos processos, e o resultado será o mesmo. Com a única diferença de que os violentos e os exaltados tomarão mais campo do que tinham, aumentando assim a desordem e o perigo. Cruelmente se desenganarão em pouco tempo os que a este respeito possam manter uma ilusão.»

Assim desprovido de toda a indicação científica, o problema para os republicanos no dia 5 de Outubro não era, por conseguinte, nem social, nem económico, nem político. Era pura e exclusivamente pessoal. No conflito das ambições políticas em que, por antiga tradição do rotativismo constitucional, incessantemente se digladiam os jovens intelectuais e os velhos *ratés* do bacharelismo português sucede, periodicamente, que aqueles que podem menos se enfastiam. Daí as revoltas como a de 5 de Outubro.

A intervenção cenográfica do povo nestes acontecimentos, determinados pela iniciativa retórica dos bacharéis, facilmente se explica. Sem *jugo que sacudir*, sem *algemas que despedaçar* e, em perfeita realidade, sem fome que satisfazer, o povo, unicamente estafado de puxar a nora em que giram os alcatruzes da pública governação, tende sempre pelas peculiaridades da sua psicologia a obedecer servilmente a todos os que o incitem a desobedecer.

Qualquer motivo de rebelião é para ele, destituído de toda a educação cívica e de toda a noção de solidariedade — uma aprazível pausa, um compasso de espera, um sorriso de desforra por desigualdade de fadiga e como que um alegre princípio de greve. Chamado a capítulo pelos retóricos revoltados, que o não podem dispensar porque não há revolta sem povo mandante, ele julga então mandar e tem por um momento a ilusão de levar consigo os destinos públicos, e efectivamente os leva como o boi cabresto, de chocalho ao pescoço, leva a manada dirigida pelo aguilhão do boieiro.

Assim, na revolução, o procedimento do povo, supostamente exasperado, foi perfeitamente correcto e ordeiro,

dando azo a que os boieiros seus chefes subseqüentemente o citassem como exemplo, único na história, da cordura e da pacatez com que os revoltosos podem tratar o queijo tendo a faca na mão.

Uma vez senhor da situação, o generoso povo de Lisboa apenas sombriamente usou da vitória matando dois ou três padres, atirando abaixo o escudo real do pórtico do Terreiro do Trigo, espancando alguns *talassas* peripatéticos e destruindo as redacções de todos os jornais desafectos às instituições novas. Mas tudo isso fez o povo cordata e disciplinadamente, em regra, debaixo de ordem e à ordem e à voz dos seus superiores hierárquicos da Carbonária ou da choça maçónica. Honra lhe seja! Miraculosamente o vimos multiplicar-se por si mesmo, como os peixes da Bíblia, depois da gloriosa noitada da Avenida. Um no perigo, cem no triunfo; onze na Rotunda em fogo, dezenas de mil no Terreiro do Paço aos vivas. Foi nessas repetidas e calorosas manifestações de entusiástico aplauso aos ministros requisitantes de apoio que o povo de Lisboa mais destemida e heroicamente se patenteou como partidário da República.

A noite, ao recolher a casa nos dias em que não havia na ordem de serviço manifestação nocturna, o operário de Lisboa, transferido do seu antigo ofício de fogueiro, de oleiro, de tecelão ou de serralheiro para o ofício mais leve e airado de *homenageador* da República, satisfazia, com voz enrouquecida pelas berratas, a justa curiosidade política da mulher ansiosa e dos filhos boquiabertos:

— E então? Governa já a República? Menos décima? Menos renda de casa? Mais férias? Bacalhau mais barato? Pão e carne a meio preço?

— Não, por ora; mas acabaram já os malandros, e temos quem governe como deve ser... ali, à preta! Vai-se dando cabo da padralhada e da talassaria, que é o que importa. *Homenageamos* hoje o Afonso, o França Borges do *Mundo* e o Graça do *Século*. O Bernardino e o Teófilo contaram aos estrangeiros todas as patifarias da monarquia. Os estrangeiros deitaram todos a correr para casa a fim de irem proclamar também a república nas suas terras, como lhes aconselhou o Teófilo. Mas, para a causa, a melhor de todas é esta: Lá mandamos o Chagas para Paris, o Augusto Vasconcelos para Madrid e o Junqueiro para Berna... o nosso Junqueiro,

grande homem, de barbas até à cinta, que teve uma questão com o Padre Eterno e deu cabo dele!

— Ih Jesus! E foi com o nosso, dos Passos da Graça, que ele teve a questão?

— Não. Foi com o da terra dele. Foi-lhe para cima e esborrachou-o.

Tal é o operário tipo português. Singularmente inteligente e habilidoso, discursador, imprevidente e bom rapaz, pavorosamente desorientado pelas mais confusas e contraditórias teorias de jacobinismo socialista e ateu com que os profetas da República lhe enchouraçaram o crânio por meio da mais reiterada propaganda durante os últimos dois anos do regime monárquico.

É este operário, junto com todos os seus congéneres, o que presentemente exerce em Portugal as funções de povo, chamado a comparecer em todas as formalidades em que a entidade povo tem de intervir no metafisismo do Governo.

Em tais condições compreende-se bem que, a exemplo do jornalista republicano a quem principiei por me referir, todos os moralistas perguntem sobre que modelo estranho se constituirá a República Portuguesa. Seria manifestamente impossível que, com os elementos que tem, ela criasse um tipo de Governo próprio original e autóctone. Resta-lhe, pois, escolher um figurino. À francesa ou à suíça? Eis o caso.

Julho de 1911.

VII

BOM ANO!

Acabamos de entrar, nós, portugueses, no ano 2.^o da República. Felizes entradas e muito boas festas, como outrora se dizia.

Felizes entradas aos que neste momento, por incompatibilidade política, por incompatibilidade moral, por incompatibilidade estética, ou por simples repulsão epidérmica, vagueiam expatriados em forçado ou voluntário exílio. Que a sociedade portuguesa não deprecie essa diminuta legião de nómadas. Pelo seu amuado excesso de susceptibilidade partidária eles serão talvez considerados os caturras do nosso tempo. Como tais, algum serviço prestam ao decoro nacional. Numa sociedade que neste momento se desmorona corroída nos alicerces pela dissolução dos caracteres é útil, para honra da raça ao menos, que o caricatural exagero da feição duns em algum modo compense a ausência de feição nos outros. Os *caturras* são na ordem moral a negação e o contrapeso dos *safados*.

Vagamente consta que alguns emigrados portugueses esperam, ainda, armados, na fronteira, o momento de se repatriarem à força. Esperam — diz-se — há muito tempo, não porém há tanto quanto esperaram os sete mil e quinhentos que, afinal, recobriram a pátria, desembarcando no Mindelelo.

Aos que estão em Paris é grato recordar que da geração dos seus avós, muitos, que então não aderiram aos poderes novamente constituídos, aqui lutaram, esperançada e alegremente, com a indigência e com a fome. Aqui, para ganhar duramente o pão de um exílio de quatro anos, o marquês de Nisa, o perdulário e o estroina da *Sociedade do Delírio* em Lis-

boa, tocou rabeça, por ofício, na orquestra de um teatro, e Garrett foi caixeiro nos escritórios de Lafitte, o que o não impediu de, pelo mesmo tempo, tão gloriosamente entrar no culto das letras pela mão de Filinto Elísio, seu velho mentor e amigo na agasalhadora casa literária dos pais de um dos maiores escritores da nossa história, o meu antigo e saudoso amigo Ferdinand Denis, o octogenário bibliotecário de Sainte Geneviève.

Não é pela força bruta das armas, é pela força dos princípios, pela coerência das ideias e pela rijeza dos caracteres temperados na fé de aspirações imperecivelmente espirituais que as grandes causas da humanidade se liquidam, segundo os desígnios de uma justiça providencial e suprema. Eugéne Melchior de Vogue, um dos maiores mestres do moderno renascimento idealista e psicológico da literatura francesa, numa dessas belas páginas que depois de sua morte eu não releio sem que a vista se me turbe da mais comovida admiração, conta-nos que, prisioneiro em Sedan na noite da trágica derrota, vendo através das suas lágrimas de vencido as fogueiras inumeráveis do enorme acampamento do exército vencedor, ele ouviu de repente elevar-se do interior das barracas, num coro formidável e uníssono, o cântico sagrado de Lutero. O eco imenso da prece preencheu o céu e alastrou-se no horizonte até onde tremeluziam fogueiras e respiravam homens. Imediatamente depois da porfiada e sangrenta batalha, cem mil soldados alemães, extenuados de força, rendidos de cansaço, rezavam. «Então — concluiu De Vogue — um prisioneiro, a esse tempo muito moço e mal amadurecido de reflexão, viu, repentinamente, qual era a força que nos havia esmagado. Não era o círculo das bocas de aço nem o peso dos regimentos. Era a alma superior feita de todas essas almas temperadas na fé nacional e divina».

Pudesse ainda Portugal, por um dia, por um só dia que fosse, reaver em si essa *alma feita de tantas almas*, alma que outrora foi a sua nos acampamentos de Ourique e de Aljubarrota! Embora estivessem já contados os seus dias e ele tivesse de morrer enfim, não de contágio vergonhoso e de deliquescência pútrida, mas de uma morte limpa, cavalheirosa e bela como a daqueles dos nossos antepassados que no tempo antigo, no tempo das lendas de ouro, caídos no campo, de olhos abertos para o céu, derramavam a última

gota de sangue pela sua Pátria, pelo seu lar, pelo seu Deus e pelo seu rei.

Com as *boas entradas* aos ausentes, *boas festas* nestas linhas aos que na Pátria, escorraçados da igreja, onde uma ignara plebe à solta foi este ano, em nome da liberdade de cultos, vomitar o seu vinho e a sua obscenidade imbecil sobre a sagrada poesia da tradição e da fé, puderam ter ainda o refúgio doméstico de ternura nalgum cantinho de lar obscuro, esquecido e inviolado.

Possa o lar ao menos sobreviver recluso e sereno à grosseira e implacável devastação corrente!

Possa a família, por meio do culto recôndito dos penates, manter no sacrário das virtudes domésticas o tesouro das virtudes cívicas, único penhor da prosperidade e da grandeza de um povo!

É na lição maternal da família que reside o núcleo moral de todo o saneamento dos costumes e de toda a reeducação de uma sociedade.

Não desejo nesta página, consagrada a votos de amizade, entrar na análise da política portuguesa e proceder ao estudo da regressiva influência civilizadora que a actual forma de governo está exercendo na índole e nos costumes do nosso povo. Há poucos dias, num patamar de escada do Museu Vítor Hugo, na linda e antiga *Place des Vosges*, tive ocasião de tornar a ver, feita pela pena dum mestre, a descrição de uma República. Vou simplesmente transcrevê-la em versão portuguesa. Os que me lerem julgarão em que proporção é cópia desta a que em Portugal nos rege.

«Duas repúblicas são possíveis — diz Vítor Hugo num manifesto aos eleitores que o fizeram deputado ao primeiro congresso celebrado depois da queda do Império. — Uma arriará a bandeira tricolor para a substituir pela bandeira vermelha; fará dinheiro vendendo a coluna Vendôme; atirárá abaixo a estátua de Napoleão para levantar a de Marat; destruirá o Instituto, a Escola Politécnica e a Legião de Honra; acrescentará à augusta divisa: *liberdade, fraternidade, igualdade*, a opção sinistra: *ou a morte*; fará bancarrota; arruinará os ricos sem enriquecer os pobres; aniquilará o crédito, que é a fortuna de todos, e o trabalho, que é o pão de cada um; abolirá a propriedade e a família; encherá as prisões pela suspeita e pela delação; porá a civilização em cinzas; fará da

França a pátria das trevas; degolará a liberdade; estrangulará as artes, decapitará o pensamento, e renegará Deus; fará a frio o que fizeram ardentemente os homens de 93; e, depois de termos visto o horrível no grande, ela virá mostrar-nos o monstruoso no pequeno.»

A educação pública de que Vitor Hugo nos dá esse eloquente sumário é a educação com que os governos perversos brindam os povos amolecidos. Por meio dela se criam os escravos e os facínoras.

Negar Deus nos comícios populares, no Parlamento, na lei e na escola, arrancar assim um povo à religião em que ele nasceu e em que se criou, é a maneira mais capciosamente segura de o reduzir à servidão. Dará tudo a César o que desprende de dar alguma coisa a Deus.

À superstição religiosa imediatamente se sucederá a superstição política. Ao onnipotente divino corresponderá o onnipotente humano. O que se pedia a Deus irá pedir-se ao Estado. Daí a lei psicológica de que, em todas as zonas da mentalidade popular em que o sentimento religioso se extingue, imediatamente a teoria socialista se apodera das consciências esvaziadas. Ora, na sua moderna evolução latina, o que é o socialismo, deificação fetichista do Estado, senão, como diz um dos mais lúcidos psicólogos do nosso tempo, *a mais dura forma do Cesarismo*, porque, sendo uma forma pessoal, nela não actuam os motivos de receio que refreariam os impulsos do maior déspota.

À súplica, à humildade, à resignação e à esperança no céu substituir-se-á a imposição aos homens pela força, pela astúcia, pela revolta, pelo crime, em nome do supremo direito que cada um terá, não à bem-aventurança no céu, mas à felicidade de que na terra gozam os outros. E, como a felicidade no mundo é um bem que todos buscam e ninguém encontra plenamente realizado em si mesmo, os cobiçosos do bem dos outros serão todos nesse mundo novo que a irreligião nos fabrica.

Será o absoluto e despótico reinado da inveja, do rancor, do ódio insaciável e inextinguível, servido pela espionagem, pela delação, pelo roubo e pelo homicídio entre os famintos e os fartos, entre os pobres e os ricos, entre os desesperados e os satisfeitos.

Leio nas folhas mais oficialmente bem informadas de Lis-

boa que um dos nossos mais populares e prestigiosos governantes predissera numa assembleia pública que, sob a égide das suas benéficas leis, ao cabo de mais duas gerações não haveria em Portugal um único crente. E é perfeitamente raciocinada e muito logicamente deduzida essa profecia. O que não sei se o profeta chegaria a ver é que da mesma substância psíquica de que se fazem os crentes igualmente se fazem por analogia de origem os poetas e os artistas. E quando com a materialização geral do sentimento a arte se abastarda e a poesia fenece fica extinto o culto do desinteresse, da abnegação, do sacrifício, do entusiasmo, da alegria e da bondade humana. Assim defraudadas e empobrecidas, as nações recaem na selvajaria e morrem na abjecção, porque nelas seccaram as fontes ideais da vida.

Há onze anos quando em Lisboa, sob um ministério presidido por Hintze Ribeiro, a chamada questão religiosa se debatia numa das mais agudas crises que ela atravessou durante a monarquia, o grande estadista e grande diplomata que foi Leão XIII dizia-me numa audiência do Vaticano estas textuais palavras: *«Puisque vous êtes son bibliothecaire, invoquez mon nom et priez le roi d'être bon envers ses congrégations religieuses. Ce sont elles qui lui assurèrent devant la chrétienté et devant la civilisation la légitime possession de ses colonies»*. Abstraindo, porém, de todas as considerações que possam envolver as nossas relações diplomáticas com a Santa Fé e a alta questão do Padroado Português no Oriente e na África, quando em Portugal a religião católica não seja mais que a ilusão dos simples e dos humildes, essa ilusão é sagrada.

Que, impelidos pela transcendente e dolorosa nevrose da certificação científica, os que perscrutam o insondável mistério da criação e do destino humano sejam assaltados pela dúvida e sintam baquear a fé entre os elementos constitutivos da sua mentalidade, compreende-se. É um caso sem mais importância que a de um acidente de estudo na formação de uma inteligência. É um imponderável fenómeno pessoal a mais perdido na fenomenalidade geral do Universo. Perder a fé herdada quem tem muito mais que perder em compensadoras noções adquiridas é um incidente banal na biografia de filósofos. Roubar a fé a quem não tem mais nada que se lhe roube é o mais monstruoso dos atentados. Que se puna o faminto que rouba um pão ao saciado e se glorifique o refor-

mador dos homens e das sociedades que por desfastio filosófico arranca a milhares de deserdados e de infelizes a divina esperança que para eles era a única flor da vida, eis a mais horrorosa das incoerências em que creio que possa incorrer a justiça humana.

Tal é em Portugal o fecho dos acontecimentos ao terminar o ano findo.

Possa o novo ano não ser ainda o do ocaso de uma civilização que tão cientificamente se prepara para acabar entre deuses mortos, sob céus vazios!

Janeiro de 1912.

VIII

O NATALÍCIO DA REPÚBLICA — A MENINA-DEUSA

Nas regiões oficiais portuguesas, das quais se banuiu como reaccionária a tradição cristã, foi o Natal da República o que este ano se celebrou. Chamo-lhe de preferência *natalício* para não desgostar, pelo emprego de um vocábulo clerical, a illustre Associação dos Lojistas, a qual ainda ultimamente mais uma vez nos fez o favor de intervir, por meio de uma desenvolvida mensagem dos seus corpos gerentes ao ministro da Justiça, a fim de que imediatamente se suprima, com hombridade e firmeza, a nossa embaixada junto do Vaticano, a qual os ditos corpos gerentes consideram *contraproducente, dispendiosa, vexatória e deprimente* para a democracia portuguesa.

Alguém dirá, talvez, que os senhores lojistas estão mettendo um pouco de mais o nariz em questões para que ninguém invocou a competência da sua pituitária. Não perfilho de nenhum modo essa opinião, antes a tenho também por vexatória e deprimente da moderna mentalidade democrática. Entendo por minha parte que os dignos lojistas estão perfeitamente no seu direito e cumprem talvez mesmo uma alta missão liberal, dentro do regime de científica igualdade em que vivemos, dignando-se de resolver as questões religiosas, diplomáticas e políticas que se ventilem nas regiões do poder. Contanto que — como é rigorosamente lógico — por seu turno se encarreguem os prelados, os diplomatas e os estadistas de nos ministrarem os géneros de primeira necessidade: as carnes ensacadas, os vinhos, a bebida branca, o doce de calda e de sequeiro, os retroses, as linhas, os panos, as camisolas, os palitos e o mais de que a Nação precise para sua decente sustentação, indispensável agasalho e honesto recreio. Não se procedendo com o devido escrúpulo à regula-

mentação dessa nova distribuição de trabalho e permuta de funções, ocorre-me que poderia, porventura, o negócio de retalho vir em breve a ressentir-se do absentismo político dos patrões. Tenho medo de que, quando, numa aflição e numa pressa, a gente tenha de ir às lojas a fim de saber, por exemplo, se conviria desde logo mandar prender o Papa e meter em processo a Cúria, se encontrem inesperada e repentinamente fechados os estabelecimentos, à ordem do respectivo juiz, não certamente por incompetência política da parte, mas por simples incidência do desarranjo comercial denominado falência.

Piamente creio que são mais as luzes e as letras da culta sociedade lojista que as do inexperto Parlamento, fazenda de refugio, avariada e cara. O meu único receio — francamente o digo — é que, por efeito dos inevitáveis e contrapostos vaivéns da pública governação e do tráfego mercantil, as luzes do comércio se lhe apaguem e as letras se lhe protestem.

Mas, como vínhamos dizendo, foi o aniversário natalício da República que neste Natal se solenizou em Lisboa.

Foi essa menina-deusa a que este ano se expôs à adoração dos fiéis, sobre os altares da Pátria. Não compareceram no presépio, por os terem posto fora aos empurrões, nem os Reis Magos com a mirra e o incenso, nem os pastores com as suas oferendas. Mas formaram em círculo, por sua ordem, estaticamente embasbacados em torno do prodígio, todos os astrólogos do aerópago, juntamente com os seus competentes animais domésticos, tal qual como na Bíblia. O presidente, de Padre Eterno, com a sua formosa cabeleira branca, esteve muito próprio. Parecia vivo. E todos os jornais são concordes em afirmar que foi uma função suave e deveras comovedora.

A criança está muito interessantezinha e assaz desenvolvida para a idade. Ainda se não tem bem nas pernas e fala uma língua de tatibitate, que dá muita graça aos seus infantis jogos parlamentares em estilo de farsa de cordel antiga, *Mendes Enxúndia* ou *Vilão em Casa de Seu Sogro*, tendo por interlocutores divertidos lapuzes, inteiramente broncos, mas foliões e jocosos. Já botou as presas, já tem caspa e mostra muito jeitinho para se coçar e para morder. Há-de medrar e crescer depressa, porque mama muito.

A Carbonária, sua ama de leite e moça de voltas, vela-lhe o sono, canta-lhe a *Portuguesa*, embala-a, atiça-lhe a lamparina, cuida-lhe do bebedouro e, de pêlo na venta e mangas arregaçadas, vai aos queixos em três tempos a todo aquele que meta medo à menina ou ministre lambarices que lhe façam doer o ventre.

A feição mais predominante e característica na fisionomia da infantil República é a da sua cada vez mais flagrante semelhança com a República Francesa. Parecem-se como duas gotas de petróleo ou como duas pitadinhas de dinamite.

Como lema político poderia desde já na fachada do novo regime suspender-se uma tabuleta assim formulada:

«A França na Betesga. — Parceria política de irresponsabilidade ilimitada. Especialidade de cabidela de rei e de tripa de padre *à la mode* de Paris — Empadinhas de escândalos todos os dias. — Há *tea-room* oficial e estão-se a armar as roletas. — Serviço especial aos domicílios — Viva a República!»

Este expressivo chamariz faria talvez inveja aos Armazéns Grandela, mas seria altamente proveitoso à causa. Contribuiria poderosamente para fomentar a nova indústria do turismo, atraindo velozmente ao Rossio os estrangeiros neste momento errando fastientos pelo Egipto à cata de dispendiosas comoções romanescas e elegantes, de que gratuitamente lhe encheriam o papo insaciável as comissões paroquiais, as lojas maçónicas, os centros republicanos e os clubes democráticos recreativos da nossa emancipada, florescente e redi-viva capital.

Assim também se daria justa satisfação aos democratas janotas que, de guedelha anediada, calças arregaçadas, chapéu para trás, casaca nova, flor ao peito, lenço na manga, luvas desembainhadas, há catorze meses berram agudamente por mundanismo e por chique como esteios de uma república em que eles até hoje debalde esperam que o indigno capital e a corrupta aristocracia lhes proporcionem ocasião de estrear-se nos salões do novo regime, valsando com duquesas, fazendo olho de conta a princesas, mordendo reivindicativos e gulosos a *mousse de jambon à la crème chantilly* do abolido regime, e finalmente empiteirando-se a fundo com o *Royal Selery*, extra-seco, das instituições mortas.

Sossegai, rapazes, e dai tempo ao tempo, que o vosso dia há-de chegar. Do que se precisa por enquanto é de propaganda, muita propaganda para a frente! As artes hão-de ter pouco que fazer agora, os carpinteiros andarão a monte e a pintura há-de estar barata: mandai fazer a tabuleta de que vos dou o modelo e encaraí com serenidade o futuro.

A vossa menina há-de acabar de crescer e ser mulher, ordinária, bigodenta e de faca e calhau, é evidente — mas vestida pela Paquin, com as antigas jóias da Coroa ao peito e com a custódia de Belém no chapéu, ela poderá vir a passar por pessoa de estimação em *rendez-vous* de sociedade elegante, nos cinematógrafos da Baixa. Daquí a quarenta ou cinquenta anos, se tiver propósito, se se portar bem, se não atirar por cima dos moinhos com o chapéu e a custódia, poderá ser que venha a ter como visitas uma dúzia ou dúzia e meia de pessoas competentes para organizar uma contradança decente em palácio.

Nós, lisboetas, desinteressemos-nos de saber se o que em 1912 se dançará na Europa será o *tango argentino*, o *Songo Boston*, o *Double Trot*, o *Thiken Trot* ou o novíssimo *Grizzly Béar*. Como danças em Lisboa teremos, no novo ano, de contentar-nos com as da Bica no Entrudo e com as dos bailes campestres pelo Verão.

O ciclo histórico em que entramos não é de mundanismo coreográfico. É de mocada. As pernas para o que nos hão-de servir não é para bailar. É para dar terra para feijões sempre que o regime funcione, isto é, sempre que o povo, assumindo democraticamente o governo de si mesmo, se explique na rua ao tabefe, ao cachação e à cartolada, pedindo desculpa de se não servir de expressões mais amenas pela razão de não saber ler, nem escrever, nem contar senão pelos dedos e de assinar de cruz em dois simples movimentos, zás-trás, e é como passastes.

Se há porventura na assembleia quem desaprove, que tenha a bondade de se manifestar, levantando o seu braço direito. Corta-se-lhe o braço, e pronto! Está tudo aprovado por unanimidade. Passa-se à ordem do dia e tem a palavra o carinhoso Sr. Bernardino Machado, que, com lágrimas na voz e uma infinta ternura no olhar, se assoa de comoção e principia assim: — «Amigos, irmãos, filhos, meninos! Reina enfim a mais perfeita e absoluta concórdia entre a amorável

família portuguesa. Abracemo-nos todos.» (Frenéticos aplausos, muitos vivas. Ministros, deputados e lojistas abraçam-se efusivamente uns aos outros. No dia seguinte os periódicos dizem: Foi a cena mais patriótica e mais enternecedora que em toda a nossa vida temos visto.)

Aos janotas da democracia, a quem o prurido do gozo escandece a imaginação e têm por insípidos todos os grandes espectáculos políticos do seu interessantíssimo tempo, paternalmente aconselharei que, por estes anos mais próximos, como enlevo da sociedade, se restrinjam ao *bridge*. É a moderna forma chique da bisca de família, que, com tanto ardor, cultivaram na velhice os nossos avós. Não puxa muito pela cabeça, não obriga a conversar, nem a ler, nem a escrever, nem a andar. É a mais inofensiva, a mais vegetativa, a mais preciosa forma de *estar para aí* sem mortificar a alma e sem amarrotar o físico.

A bisca antiga era para os gagás, para os barrigas de água, para os reumatizantes e para os podragas senis, aos quais a pacata mesa de jogo lícito, de vaza, era, com o seu respectivo tapete, um abrigo propício aos joelhos anquilosados e aos pés entapados e volumosos como trambolhos. Não vos vezeis do confronto. O que sois vós, pobres janotas lisbonenses do ano II da República, senão autênticos decrépitos, mansos, submissos, domesticados, de vir comer à mão como no Campo Pequeno o touro *Capiroto*; sem azougue no sangue e sem nenhum daquele ferro derretido que já no século XIX diziam a Guizot os pedagogos ingleses ser preciso injectar nas veias da mocidade amolecida.

Ferro! força! energia! pulso! Para quê? Para nada. Para coisíssima nenhuma. A todas essas teorias de arranque, de impulso, de resistência opõe-se uma única que sobreleva a todas: — ai! rico corpinho da minha alma!

Ide para o jogo, meninos, ide para o *bridge*, onde as meninas, vossas contemporâneas, vos esperam com reconhecimento e agrado. Ide, como os antigos diziam, *puxar pelo rabo à sota*, proeza de esforço muscular ainda mais leve do que a de levantar pelo rabo o gato morto. E pedi a Deus, de quem vos achais separados, que do outro lado da barricada nunca exemplos em contrário vos perturbem o prazer da tertúlia.

Pelo aspecto exterior das coisas parece que o País se não

acha por enquanto completamente desagradado do modo como o governam. Unicamente, por alguns vagos mas repetidos e frequentes rumores na imprensa, nos clubes, no Parlamento, me parece discernir que os mais satisfeitos dos governados ainda mais um derradeiro e muito especial obséquo desejam dever ao Governo: — o de se ir embora.

Janeiro de 1912.

IX

O FIGURINO FRANCÊS

Quer rindo, quer chorando, de qualquer ponto de vista e em qualquer disposição de espírito em que a consideremos, a República Portuguesa apresenta-nos sempre como fundamental característica a servil imitação política de todos os desvários e de todos os erros em que a República Francesa tem incorrido. A vantagem dos pequenos povos modestos que vão atrás dos outros na marcha da civilização é a de evitar no caminho os tropeções e as quedas dos que vão adiante. A República Portuguesa é a retardatária obtusa para quem essa lição é inútil.

Pelos compromissos da sua proveniência maçónica, pela impulsividade do seu sectarismo, pela cegueira da sua submissão ao apótema gambettiano: *Le cléricalisme voilà l'ennemi*; pela sua fúria de inovação e de modernismo tendente a desassociar todos os elementos ancestrais que constituem a substância moral de uma raça inutilizando-a pela destruição do seu equilíbrio para uma pacífica adaptação ao progresso evolutivo; pela sua já consumada obra, enfim, de restringir à guerra intestina de classes, de seitas e de partidos todas as energias da Nação, os novos governantes portugueses demonstram exuberantemente que, negação categórica de todo o ensinamento que lhes ministram os Estados Unidos e a Suíça, eles não são no exercício do poder mais que os inferiores e agatanhantes discípulos dos Rancs, dos Combes, dos Jaurés, perfeitamente competentes para conduzir a Nação Portuguesa pela mesma senda resvaladiça que há trinta anos precipita a França no medonho descalabro a que neste preciso momento procura acudir *in extremis*, como em junta dos mais abalizados clínicos, o gabinete Poincaré. Esta circuns-

tância reveste presentemente a política da França do mais especial interesse aos olhos de um observador português. Paris é neste particular o original em grande do que Lisboa é em pequeno ponto a cópia reduzida e caricatural. Temos visto o que está sendo a moda em Portugal. Veremos agora o que é em França o figurino por que Lisboa se regula.

Um culminante fenómeno principia por dar na vista: há em França dois partidos. Um composto dos governantes e dos políticos que intermitentemente os rodeiam: é o partido dos satisfeitos. O outro, composto de todos os demais cidadãos franceses, é o partido dos descontentes. A descomunal popularidade de Boulanger, inteiramente inverosímil e inexplicável dada a sua absoluta incapacidade mental, proveio de que, em certo momento, ele conseguiu ser o chefe dos descontentes. Aliou-se-lhe a França.

O regime estabelecido por terceira tentativa, há quarenta anos e tendo até hoje devorado quarenta e dois ministérios, um pouco mais dum ministério por ano, é ainda ao prese te um regime provisório. Faltam-lhe a coesão e a estabilidade de uma fundação definitiva. A República Francesa está por consolidar. A improbidade, a incapacidade e a incompetência resultantes da progressiva decomposição democrática tiraram à expressão República o seu literal e primitivo sentido de *coisa pública* para a converter na propriedade exclusiva de uma oligarquia de profissionais ambiciosos, inquietos e insaciáveis. A legitimidade de uma tal apropriação não deixou ainda, nem por um só dia, de ser vivamente discutida e contestada nos livros, nos jornais, nas revistas dos teatros e das *boîtes* de Montmartre, nas cantigas, nas caricaturas. O Sr. Fallières, na sua qualidade de empresário por sete anos e de representante reponsável de todos os ministérios que se vão sucedendo no tablado sob os apupos da galeria, é o homem mais troçado que hoje existe no mundo. Ele é a cabeça-de-turco de toda a ginástica aplicada à controvérsia política. As artes plásticas nunca se lhe referem senão representando-o cambaleante, de nariz em labareda, chapéu acochichado, suspensórios, presilha da camisa e puxadores das botas sempre ao léu, colete todo esbagachado, grã-cruz à vela e um garraão empalhado debaixo de cada braço. Por ocasião da

queda do gabinete Caillaux, receando-se que a crise envolvesse a presidência, Rochefort serenou os espíritos:

«Ir-se embora o parcimoniso Fallières antes de receber dois milhões que ainda tem que cobrar até o fim do seu setenato, isso sim! Ainda há pouco, vendo que a grã-cruz lhe estava curta, porque ele engorda cada vez mais, o nosso hipopótamo nacional lhe mandou deitar uma emenda para não gastar quinze francos numa fita nova.»

E é sempre assim, de rabo-leva, entre vozes de animais de capoeira, a penantadas na cartola e a palmadas no ventre, que geralmente é tratado um bravo e honesto funcionário correcto e sóbrio, que todos respeitam, mas que tem para cada um o defeito imperdoavelmente grotesco de ser o Presidente... dos outros.

Não, a República Francesa não é por enquanto a expressão de um regime nacional. Segundo uma fórmula consagrada, ela continua a ser apenas a *revolução em marcha*.

Num dos seus discursos provinciais, em excursão nas províncias, o Sr. Fallières pareceu anunciar o ano passado que a fase revolucionária terminara e que a República assumia, enfim, *figure de gouvernement*. A esta afirmação presidencial responde o Sr. Arthur Mayer, no seu recente livro *Ce que mes yeux ont vu*. Não há governo em França — demonstra esse livro. Um governo não governa senão em favor de alguém ou de alguma coisa. A República somente governa contra alguma coisa ou contra alguém. Todo o governo tem indispensavelmente um ideal perante o qual não hesitará nunca em sacrificar o seu interesse próprio ao engrandecimento e à salvação da pátria. Ora, a República Francesa não governa no interesse da pátria; governa num interesse de partido, no interesse exclusivo de si mesma.

A moderna história da terceira República Francesa, depois do seu primeiro período conservador, depois da queda de Thiers e de Mac-Mahon, desde Grévy até Fallières, não é efectivamente mais que uma ininterrompida sequênciade intermitentes recaídas, de sucessivas crises de incapacidade, de indisciplina e de dissolução: assaltos, subornos, espionagens, delações, inconfidências de secretaria, falências, desfalques, calúnias, traições, falsificações, *escroqueries*, furtos, roubos, escandalosos e sacrílegos atentados de toda a espécie — de ordem política, de ordem económica, de ordem social e de or-

dem moral. Assaltam-se comboios, roubam-se vagões de correio, rapinam-se museus, violam-se sepulturas, não sendo mais privilegiadas as coroas dos reis que os anéis das actrizes; assassina-se e rouba-se gente no centro de Paris, na rua, à luz do dia; conspurcam-se crianças em bordéis de menores e na escola laica; esartejam-se mulheres por amor; em pleno Parlamento um presidente de Ministros declara que, em menos de um ano, três mil crimes de *sabotage* — todos impunes — se têm praticado nas linhas férreas de França. Eis aí, em breve e incompletíssimo resumo, o que me contam os periódicos parisienses dos dois últimos meses.

Para a história geral da evolução governativa assinalarei alguns factos mais salientemente expressivos, sem me arriscar a desfigurá-los pela incompetente intervenção pessoal da minha crítica. Apenas para os que não são de carácter rigorosamente estatístico, invocarei uma ou outra vez o testemunho de algum dos mais conceituados publicistas franceses.

O primeiro descalabro do sistema foi cronologicamente o *Panamismo*. Eis os termos em que o grande escritor (republicano) Emile Faguet se refere a este fenómeno: «Como em toda a república democrática os parlamentares, atarefados, sobrecarregados de gastos eleitorais, mal pagos, precipitam-se sobre os milhões da Companhia do Panamá e fazem largamente retribuir o concurso por eles dado ou prometido a essa empresa.»

Segue-se o *Boulangismo*, o que o mesmo Faguet definiu assim: «O *Boulangismo* é a conjugação espontânea de todos os descontentamentos, é sobretudo a reacção contra o regabofê do Panamá. É o sobressalto de cólera contra os processos panamistas a que a nação a *esse tempo* se não tinha ainda habituado. O que uma parte considerável da nação apaixonadamente desejava era uma república consular, uma república governada por um só homem enérgico. *Precisava-se de um homem* — era esta a fórmula de uma *monarquia indeterminada*, de uma monarquia com qualquer monarca que fosse, de uma *monarquia republicana*, se quisessem, mas de uma monarquia, isto é: de um regime em que se não fosse governado por uma quadrilha e por uma quadrilha faminta, intrigante e suspeita.»

O *Boulangismo*, como era inevitável, abortou. Porquê? Porque Boulanger não tinha o estofado de um cônsul, nem o pulso

de um ditador. Desiludiu e desarmou todos os seus partidários. Pedia-se um Napoleão. Ele era apenas um romanesco quinquagenário esfalfado, precocemente atingido pelo abalo psíquico das menopausas viris.

Entre os monumentais escândalos que haviam precedido a explosão do *Boulangismo*, é conveniente assinalar como chave de uma era o tráfico das condecorações, iniciado por Wilson, e dando lugar à demissão do seu sogro, o presidente Grévy. Ambos eles desapareceram há bastante tempo pelos esgotos da história. Mas o tráfico das condecorações continua florescendo nos alegretes oficiais. Mui recentemente ainda um cliente, não querendo dar mais de 3000 francos por umas tristes palmas académicas, foi denunciar à Polícia o seu benfeitor, que se não prestava a condecorá-lo por menos de 6000 francos. Este chamava-se Valensi, e foi preso. O queixoso regressou suavemente ao seio da sua família, é verdade que sem condecoração, mas soberbo e glorioso por haver praticado nobre acto de civismo, entregando à justiça um previcador. Por 3000 francos ele teria sido um cúmplice do réu. Perante a exigência de 6000 ele sentiu-se avassalar pelos mais honrados escrúpulos e preferiu prestar ao saneamento dos costumes esse importante serviço, em remuneração do qual se lhe descobre no horizonte direito de requerer, de graça, as mesmas palmas que num momento de precipitação ele estivera em risco de pagar.

Mas donde provinha a Valensi, simples advogado sem causas, a faculdade de assim dispor de condecorações à razão de 6000 francos por freguês? De quem era genro tal homem? perguntaria Wilson legitimamente susceptilizado.

Eis o mistério que o processo desvendou:

Mademoiselle Juliette, amiga de um ex-ministro da Instrução Pública, obtinha do seu poderoso protector, entre outros mimos, diplomas em branco de rosetas várias. Assim, como contribuição dos seus adoradores (aliás numerosos) ela recolhia no seu cofre, segundo consta dos autos, maços de notas do Banco de França e maços de diplomas em branco do Ministério da Instrução Pública.

Eram corretores dos valores burocráticos de Juliette, além do citado Valensi, os Srs. Guerder, secretário do deputado socialista independente Contant (d'Ivry), Meulemans e Clementi. Meulemans é director e redactor-chefe da *Revue Diplo-*

matique. Clementi é presidente de uma *Liga Humanitária*, constituída por ele, presidente, e por todos os cavalheiros prestantes, suficientemente palermas e gagás que se lhe quisessem associar para o fim humanitário de se fazerem condecorar, tornando-se previamente ilustres e beneméritos por meio de retrato e de biografia na *Revue Diplomatique*, segundo a tarifa da casa.

Conta o *Lokal Anzeiger*, periódico de Berlim, que numerosas pessoas da melhor sociedade da Alemanha receberam de Valensi condecorações pagas a 6000 e a 7000 francos por diploma.

Este caso, que há trinta anos faria um escândalo de abalar o Ministério da Instrução Pública e de fazer estremecer a solidariedade das instituições, caiu agora como um banal *fait divers* na indiferença da publicidade. Porquê? Porque o tráfico das condecorações passou a constituir hoje uma razão de ser da República. O Estado vende as condecorações precisamente como Valensi. Com a única diferença de que o Estado se não faz pagar em francos: paga-se em serviços eleitorais e em votos.

Mas não antecipemos, como se dizia nos romances enredados de Ponson du Terrail e de Paul Féval.

A seguir ao *Boulagismo* veio o *Dreyfusismo*, o *Anti-Semitismo*, o *Anticlericalismo*, o *Antimilitarismo*, o *Anticapitalismo*, enorme e devastadora corrente de continuadas negativas, corroendo e desfazendo dia a dia a afirmação nacional do grande todo que é a pátria.

Politicamente considerado, o *Dreyfusismo* é um dos mais expressivos argumentos em abono da preferência, que, segundo alguns filósofos (evidentemente mais atrasados que o amigo Teófilo), se deve dar à forma monárquica, contraposta como tipo de Governo à forma republicana. Só um rei — pensam alguns — pode governar independentemente dos partidos, porque só um rei existe e governa na absoluta independência do sufrágio, o qual sufrágio, exprimindo o despotismo do número, é a mais imbecil e a mais feroz de todas as tiranias. A diferença que há entre um rei constitucional e um presidente de República é que o rei é o presidente de uma nação, e o presidente é o rei de um partido. Ora, foi o *Dreyfusismo* que deu a Loubet e a Fallières, com mandato imperativo, a Presidência da República. E eis aí o que em fraseologia democrática se chama a expressão augusta da vontade de um povo!

Eis os termos em que Arthur Mayer nos descreve o *Dreyfusismo*: «Foi ele que levou ao poder Loubet e Fallières; foi ele que fechou as fronteiras da França a cidadãos como Déroulède, Buffet e Lur Saluces, e abriu aos socialistas as portas do poder; foi o *Dreyfusismo* que nos desarmou em frente do inimigo confiando a André e a Pelletan um dos ministérios da defesa nacional; foi ele quem envileceu a nossa magistratura; ele que açulou uns contra os outros os cidadãos; ele que violou os santuários e fracturou os conventos; ele que nos trouxe a aliança monstruosa de certos defensores do capital e da propriedade com os seus piores inimigos, para em seguida opor o operariado ao patrão enfraquecido. Foi ele que em Tânger nos humilhou diante dos fortes e em Roma nos exaltou diante dos humildes. Foi o *Dreyfusismo* que, gerando o pacifismo, criou o antipatriotismo e o antimilitarismo, ensinando a indisciplina e o desprezo dos superiores. Foi, enfim, o *Dreyfusismo* que, destruindo a religião e o exército, suprimiu as duas barreiras opostas à revolução. Eis o que foi a obra do *Dreyfusismo*.»

Santo Deus! como a República Portuguesa a estudou bem! e com que engenhoso tacto tão fielmente a soube reproduzir!

Desejaria ocupar-me ainda de alguns dos mais característicos traços fisionómicos da típica e modelar República Francesa, mas fica para amanhã, por que o tempo foge-me. Há um instante que nos sinos da minha terra, segundo a nova contagem das horas recentemente decretada pelo Governo de Lisboa, teriam soado vinte e quatro badaladas em cada sino. Ao todo, no meu bairro, onde há cinco campanários, cento e vinte horas. É tardíssimo. O meu relógio marca neste momento, segundo a nova tabela, horas zero, cinco vírgula trinta e quatro, creio que da manhã. Calculem a pressa com que me acho ontem! Creio que me estou exprimindo bastante confusamente tentando dar-lhes uma ideia aproximada do dia e da hora em que escrevo. Mas são ordens. *Senhor manda, preto obedece.*

X

COMO NÓS ÉRAMOS — COMO ELES SÃO

Como os governos imorais desmoralizam a gente! Como rapidamente eles quebram as energias e corrompem as vontades!

Logo a seguir à famosa batalha de 5 de Outubro na Rotunda, as forças vencedoras marcharam sobre o Terreiro do Paço, e aí se procedeu à chamada geral a fim de determinar qual o exacto número de beligerantes ceifados pela morte sobre o terreno da luta.

Dessa contagem resultou averiguar-se que, das quatro dúzias de heróis que denodadamente haviam derramado o seu sangue e dado a sua vida pela conquista das liberdades pátrias, sobreviviam apenas uns dez ou doze mil!

Sob proposta jucunda de Bernardino Machado começaram os sobrevividos combatentes por se cumprimentarem efusivamente uns aos outros. Depois do que subiram todos em triunfo às secretarias circunjacentes, depuseram no bengaleiro os grilhões da tirania que acabavam de arrancar aos pulsos da pátria libertada, pediram com que molhar a goela do pó mordido pelos agonizantes no campo da batalha, sentaram-se, abriram as gavetas, chamaram a si os bocais dos tubos acústicos, os receptores dos telefones e os cordões das campainhas eléctricas, berraram por tinta, papel e penas, e principiaram com encarniçado zelo a governar a nação.

Teófilo, marcialmente derreado de batalhar, com as cãs revoltas, a face ainda enegrecida pelo fumo dos canhões e da fuzilaria, os agudos ferros das varetas do seu chapéu-de-chuva torcidos e amolgados das cutiladas applicadas ao inimigo, a cartucheira vazia das baratas e das balas de estric-

nina com que vinha de alvejar a sopa dos contrários, ouviu então dizer aos seis companheiros de armas: — *Isto agora é tudo nosso!* E Teófilo, magnânimo, sorriu esfregando as mãos de contentamento filosófico, o que faria despreghem-se-lhe da epiderme mavórcia e espargirem-se-lhe no éter, em esquirolas de matéria cósmica, miríades de constelações novas destinadas a substituir as velhas estrelas apagadas do firmamento pelo sopro da revolução.

Assim, pois — como o dizemos nos mais abreviados termos —, se estabeleceu em Portugal o novo Governo.

Governo, foi ele que, derredor em toda a zona a que se estendeu a sua acção, tudo o que sorria, rutilava e dava flor na psicologia, no sentimento e no carácter nacional, tudo subitamente mirrou ou apodreceu como por efeito instantâneo de uma predestinação apocalíptica.

A Pátria tornou-se comparável a um prédio de que secretamente se houvessem extraído os alicerces. Os muros fendem-se, os pavimentos desnivelam-se, as padieiras desaparecem-se, as soleiras racham, os estuques abarrigam, os travejamentos rangem e os inquilinos fogem com medo da derrocada total.

Nos caracteres deu-se também com o advento do novo regime uma transformação sensível.

Eu, que o digo, eu mesmo que nunca em minha vida pedi nada a Governo nenhum, desarticulei-me até ao ponto de pedir ao da República, metendo empenho, um favor especialíssimo: o de se ir embora.

Era a primeira coisa que lhes pedia. Não ma fizeram. Ingratos! Não lhes ocorrer que eu era quase da casa porque fui para eles como um predecessor!

Quando em Portugal não havia senão conservadores de diversas marcas, que vinham todos da revolução liberal e acabavam como os de agora principiam, isto é por andarem engalfinhados uns nos outros e somente se conservarem a si mesmos e aos seus parentes, aderentes e afins, deixando tudo mais correr à matroca, eu e alguns do meu tempo entendemos que a sociedade portuguesa encharcava e apodrecia na subserviência de um parlamentarismo quase tão oco como o de agora, e como o de agora exercido por ávidos politikeiros de ofício, sem nenhum conhecimento dos interesses e das aspirações nacionais, e deliberámos acordar do seu letargo a

consciência pública, a duches, a ventosas, a pontas de fogo, a busca-pés, a empurrões e a cartoladas.

Com uma irreverência a que sem vanglória poderia talvez chamar profissional, trouxemos à barra da discussão filosófica, a um por um, todos os homens públicos do tempo. Quebrámos-lhes os narizes de cera com que eles discursavam nas assembleias. Metemos-lhes pelos olhos a inópia dos seus direitos à existência. Demonstrámos por *a* mais *b* que eles nem eram homens de ciência nem eram sequer homens do mundo. Nem tinham princípios nem tinham ideias gerais. Pela sua cultura de espírito estavam abaixo do mais corriqueiro leitor da *Revista dos Dois Mundos* e do *Dicionário de Larousse*. Como cultura física, indigência igual à da cultura mental. Se falando metiam os pés pelas mãos, calados metiam os dedos pelo nariz. Não tinham *toilette*, não tinham maneiras, e tinham caspa.

Com esfregas destas, que tão exactamente se poderiam aplicar aos políticos da República como outrora as aplicámos aos políticos do constitucionalismo liberal, vejam lá os revolucionários da Avenida se não fui com efeito eu, se não foram os do meu tempo quem desbravou o matagal e varreu o caminho em que eles agora marcham, ninguém sabe para onde, sarapintados de vermelhão e de azebre, aos berros e aos pinchos, como uma das antigas danças pírricas da Bica do Sapato, com trombones à frente escarrando a *Portuguesa* para cima das multidões desinteressadas e aborrecidas como as de um Domingo Gordo de Lisboa, chuvoso e lamacento.

Não obstante a parte considerável que eu tomei, juntamente com o meu sempre chorado amigo Eça de Queirós, na obra preparatória da revolução em Portugal, eu compreendo no fim de contas que a República ma não agradeça.

Acho natural que ela me não envie o seu bilhete de visita desejando-me *Saúde e Fraternidade*, fórmula protocolar de saudação da qual unicamente depreendo que, verde e vermelha no pavilhão, a República tem o capricho óptico de ser preta, do Bié, na fala.

Considero lógico que em vez de mandar-me os seus cumprimentos fraternais ela preferisse mandar os seus esbirros devassar-me a casa suspeita dos miasmas deletérios que lá teriam perigosamente deixado cinquenta anos de modesto trabalho independente, resignado e alegre.

Igualmente explicável me parece ainda que, em testemunho da sua confraternidade, os jornalistas republicanos de Lisboa sistematicamente me insultem, levem a sem-cerimónia do seu trato até o ponto de me mandarem calar, e peçam ordem de prisão contra o Sr. Vasco Ortigão, negociante brasileiro, de passagem em Lisboa, pelos meus colegas da Imprensa acusado, perante as justiças da terra em que ele nasceu, do crime tenebroso de ser meu filho.

Que admira, quando são esses mesmos escritores os que no Parlamento propõem e conseguem fazer votar que se esbulhe a viúva de Eça de Queirós da pensão de honra que lhe fora votada como testemunho da gratidão nacional ao escritor eminente que dotara a sua pátria com a mais alta obra da arte de escrever produzida durante o seu tempo? E que satisfação de impunidade a de poder ter esse rasgo de uma atrocidade sem nome depois de morto o artista que, mais que nenhum outro no mundo, possuía a especialidade gráfica de fazer aos lapuzes de letras que o molestavam com o ruído dos tamancos, por meio de um simples bico de pena sobre uma página branca, a mesma operação anatómica que fazem aos chibos os magarefes pela Páscoa, tombando-os com um piparote na nuca, escalando-os de cima a baixa, tirando-lhes de dentro os miúdos, e pendurando-os num gancho, bamboleando ao ar, com um caniço no ventre, à porta dos talhos na Praça da Figueira. Os revolucionários das *Farpas* pareciam-se com os da Rotunda na circunstância de tentarem uns e outros a aventura de uma remodelação da sociedade portuguesa. Mas há aventura e aventura, e é bom não confundir o menestrel que vai com uma flor no chapéu cantar a serenata ao luar debaixo de um balcão com o pilho que escala um muro de jardim para furtar galinhas.

Nós nunca pensámos em provocar uma mudança de regime político porque não tínhamos o estímulo da revolta geralmente baseado no apetite de ir cada um cevar-se nas prebendas e nas sinecuras de que pretende enxotar os outros, solução que sempre nos pareceu envolver a mais porca das traficâncias e a mais desafortada daas tranquiabérbias. Figurava-se-nos por outro lado não ser por meio de revoluções mas sim por meio de simples revulsivos, que se tratam as atonias sociais. Não é pela mudança de governantes, sejam verdes e vermelhos, sejam azuis e brancos, extraídos todos da mesma

massa comum de cidadãos de refugio, combatidos e avariados, que se transformam as civilizações. É unicamente pela acção, lenta mas definitiva, da influência das *élites* sobre a obtusidade das massas que tais transformações se realizam. É pelo saneamento dos indivíduos que se consegue a saúde das colectividades. É pelo tratamento paciente, pacífico e melindroso da célula Família que se chega à reconstituição normal do organismo Estado.

Tudo mais que se maquine na esfera política, nas secretarias, nos parlamentos, nos *meetings* sertanejos e nos conciliábulos maçónicos, entre alguns ingénuos e incuráveis basbaques e numerosos aventureiros palavrosos e esfaimidos, é advocacia, é chicana, é galopinagem, é caciquismo, é berreiro, é foguetório, é a requentada e sórdida orgia do antigo carneiro com batatas, mais democraticamente cozinhado agora com almôndegas de dinamite e com iscas de cavalomarinheiro.

Mas vai-se maquinando sempre, e, de ilusão em ilusão, de desengano em desengano, de carrapata em carrapata, dia seguido a dia, melancolicamente, esterilmente, nos foge o tempo...

O dia de Natal vai de novo chegar. Com quanta saudade do doce e risonho tempo da minha infância eu o digo! Vai dar a hora de se retirar do presépio iluminado e florido, do centro do grupo orante dos pastores e dos Reis Magos, a sorridente imagem do mimoso e tenro Menino destinado a padecer e a morrer crucificado para remir os homens.

Com os demais pequenos da minha geração, ao lado da minha mãe, estreitamente aconchegado a ela, eu esperava que o sacerdote trouxesse nos seus braços e aproximasse dos meus beijos os refeguinhos do recém-nascido, enquanto o gemido da gaita-de-foles e o frémito dos pandeiros acompanhavam a melodia dos vilancicos populares e das loas ao Menino Jesus.

A seguir, no lar paterno, ao agasalho da borralheira, na mesa posta com as serpentinas de prata e os talheres de festa, a ceia minhota da consoada da família.

Entre os meus, onde imperturbavelmente se manteve sempre este rito da tradição pátria, duas velhas cadeiras de braços mais uma vez se encontrarão desocupadas — as cadeiras dos avós. Que os meu netos me perdoem não comparecer.

É com efeito bem amargo o pão do exílio, mas mais incomportavelmente amargas seriam as doçuras da consoada saboreadas sob o inclemente céu da Pátria, que neste momento cobre tanta iniquidade e tanta desolação, tantos campos abandonados por tantos milhares de foragidos, tantas prisões atulhadas de vencidos e de mártires de uma opinião, e tantos lares de luto em que mães, esposas, irmãs e filhas regarão a ceia do Natal com as lágrimas choradas por filhos, por pais, por maridos e por irmãos ausentes, no degredo, no exílio ou na prisão.

Poderão velhos, de olhos enxutos, coração leve, sorriso de indiferença nos lábios, conciliar-se com tal destino? Nem todos.

Março de 1912.

XI

EXPERIÊNCIA FEITA

A República Portuguesa continua dando ao mundo o mais espantoso e inacreditável espectáculo: — existe!

Perante a lógica ella cessou de ser uma possibilidade histórica. É um fenómeno de Barnum, como a antiga vitela de quatro cabeças (todas de papelão) ou o moderno homem-prodígio, que engole vivos, de uma só vez, vinte peixes encarnados e vinte rãs, acompanhando esta refeição de trinta copos de água, e passando perfeitamente de saúde com um aquário no ventre. Tal República deixa de pertencer à sociologia, e é para uma barraca da *Foire au pain d'épices* ou da *Foire aux jambons* que é preciso trazê-la numa gaiola. *Glória a Deus! honra às belas-artes!* como bradaria Barnum no seu conceituoso e conciso *boniment*.

Entre nós o bom Antero de Quental, com o qual eu troquei, em duello, duas estocadas e a seguir travei as mais carinhosas relações de amizade, previu profeticamente este prodígio antes de elle haver passado da especulação dos filósofos para o domínio dos charlatães.

Uma noite de Verão, há trinta anos, na minha mansarda dos Caetanos, com as suas venezianas abertas para cima do Tejo, em frente da Via Láctea e do Farol de Cacilhas, entre quatro literatos do tempo, que bebiam chá e queimavam cigarros, conversando divertidamente sobre o que então chamávamos os *jocosos progressos da nossa decadência*, Antero, do fundo da poltrona em que se instalara, de olhos semicerrados, torcendo nos dedos emagrecidos e exangues os fios de ouro da sua barba apolínea, expôs este fantástico plano de applicação pedagógica: obtermos do Governo a concessão de uma das suas ilhas de degradados, e irmos para lá proce-

der a estudos comparativos e experimentais sobre as diversas formas de governo.

— Principiaremos metodicamente — explicou ele — por estabelecer o despotismo com todos os seus pertences e acessórios: escravatura, inquisição, mesa censória, tribunal da inconfidência, ergástulo, pelourinho, algemas, pão e biscoitos amassados nas lágrimas da viúva e no suor do órfão, garrote, força e saturnais da impudica lubricidade para o déspota, seus favoritos e correlativas concubinas.

Queirós, compenetrado cultor de paradoxos, como sendo estes a mais fina flor da ironia e a forma filosófica do argumento mais refractário ao pedantismo e menos propenso à grosseria do erro categórico, esfregava as mãos de satisfação e, a largas passadas pela casa, num iluminante clarão de perspicácia:

— O que urge, menino — observava ele a Antero —, o que urge, como dizia e muito bem o nosso *Diário de Notícias*, é passarmos imediatamente a nomear o pessoal dirigente e o corpo governativo, distribuindo os altos cargos do Estado, com seus concernentes benesses, pelos nossos amigos íntimos e por nós mesmos, como pede a justiça.

E a palavra justiça era por ele vocalizada com especial unição, como por todos nós, discípulos de Proudhon, que a tínhamos na alma impressa em parangona e sempre com J maiúsculo.

Antero, tendo já a esse tempo cerrados os seus olhos cor de turquesa, quase adormecido, obtemperava com maviosidade:

— O tirano já se deixa ver que não posso deixar de ser eu, que tive a ideia. Vocês, em rigor, não podem ser mais nada senão meros vassalos, escrivães da puridade ou oficiais da Coroa. Tereis voto em cortes, cobrareis as rendas do Estado, sereis almotacés, portageiros ou meirinhos, redigireis os forais, escriturareis os livros de linhagens, entender-vos-eis em meu nome com os prestameiros, com os vilões, com os mesterais e com os servos da gleba. Enquanto eu empunho as rédeas do Governo, confio-vos todas as províncias da pública administração, dando-vos plena liberdade de mando com a cláusula única de nunca procederdes senão debaixo das minhas ordens, acatando-as submissamente, quer eu haja por bem dar-vo-las de viva voz, por escrito, por gestos ou por simples jogo de fisionomia.

Queirós atirou então com os braços para o céu, tão alto quanto o permitiu o pé direito dos meus aposentos, e brasmou:

— Infecto aventureiro, que, apenas te encontras no fastígio do poder, imediatamente refilas e mordes a mão do partido a quem deves o trono! Refocila-te na embriaguez do mando como um vil javardo. Conspurca de nódoas de ingratição essa púrpura que te pomos aos ombros, mas adverte que, logo que chegemos à experiência da Convenção e do Terror, logo que ensaiemos a nobre cena do povo, batendo com punhos de ferro à porta dos reais paços, reivindicativo, andrajoso e verminado, a primeira das cabeças a rolar no patíbulo será a tua. Por minha parte não me dementam ambições. Desejo apenas ter, no Estado, uma situação oficial honesta, amena e aprazível. O lugar que desejo e requisito, no vosso governo despótico da ilha, é o de carrasco.

Eu, por minha parte, referindo-me à parte que me caberia no governo de Antero, ponderei que não considerava reunir todas as condições que Queirós expunha como essenciais em candidato a estadista português: ter voz sonora para discursar nos comícios e no Parlamento, ter lido, para coligir chavões, um manual de economia política, e estar encalacrado por impecuniedade pessoal. À falta, porém, dessas condições, eu cultivava despeitos pessoais, tinha rancores, e nada há que mais esporeie o zelo do cidadão no exercício de funções públicas do que dispor de alguma parcela de autoridade que lhe permita ir com vento fresco para cima dos que o desgostam. O bom empregado de confiança de um governo novo quer-se azedado e vingativo. Ora, eu era, a esse tempo, um desgostoso. A arte, a arte principalmente, a arte dessa época, acabara por cavar no meu peito uma cloaca de fel. A oratória política, a literatura dramática, a poesia lírica, os bordados a missanga, as paisagens de cortiça, de miolo de figueira e de escamas de corvina, a recitações ao piano: *Ouves, além no retumbar da serra, a voz do branze que nos causa horror... Lembra-te ainda aquela noite, Elisa?...* Não, eu não podia mais! Sentia que se me esfarelava o fígado, que me cairia a espinheira, que iria ter furúnculos. Não é assim, por despeitos destes, ou doutros que tais, com mais ou menos ferocidade, que principiam sempre os revolucionários e os políticos que a si

mesmo se encarregam de reformar os homens e as sociedades? Tais foram as disposições de ânimo com que requeri e Antero me despachou *corregedor das artes* durante a vigência do seu ideado governo entre degradados na nossa ilha da promessa.

Como pessoal da minha repartição, pedi apenas doze quadrilheiros, que me acompanhariam nas minhas investigações fiscaes, nas reuniões dos três estados, nas livrarias, nos botequins, nos clubes recreativos ou que metessem retórica, às esquinas das ruas, nas escadas dos prédios e nos salões públicos ou particulares, em que se reunissem meninas, poetas, oradores e pianos.

Andaríamos todos, os da minha ronda e eu, uniformizados como os tunantes do Goya, com chapéus de dois bicos atravessados na cabeça, rebuçados em longas capas negras, que nos cobririam a cara, deixando apenas descoberto e arregalado um olho — o da crítica. E, por baixo da capa, à cinta, uma chibata, e, suspensa do pulso por um fiador de couro cru de Salvaterra, uma moca.

Relembrando hoje saudosamente essa picaresca anedota dos desenfastiados dias da minha mocidade, revejo-me na estranha e profunda analogia existente entre a psicologia do nosso funambulesco projecto de há trinta anos e a da revolução republicana de 5 de Outubro de há dois anos...

Mas, grande Deus, é precisamente a mesma coisa! Com a diferença única de que os ideólogos da geração que se succedeu à minha se me figuram de uma mentalidade espantosamente mais atrasada que a dos seus coevos. Nós outros riamos-nos já então — quão desdenhosamente — do arcaico problema das formas de governo, considerado como chave do progresso, da civilização e da felicidade dos povos. Os modernos filósofos de Lisboa têm, a tal respeito, uma dessas *firmes certezas* que só no profundo alicerce da mais vasta ignorância se equilibram e sustentam. A mais perfeita, a mais garantida, a mais afiançada das formas de governo decidem eles que é uma democracia radical, e nesse pressuposto lançam ao mundo, não diremos já a experiência, mas a demonstração de 5 de Outubro, não operada *in anima vili*, numa ilha de condenados, como a do nosso prospecto, mas num país decente e honesto, que não cometeu crime nenhum pelo qual o sentenciam a prestar-se, como um coelho de laboratório,

ao capricho de sábios estonteados ou à vesânia de operadores malucos.

O que bem agradavelmente me comove é a perfeita homogeneidade de processos na república que eles construíram e na farsa que nós imaginámos.

Para o modo de recrutar o seu funcionalismo glorio-me de que fui eu próprio que dei o modelo pedindo a Antero para ser corregedor das artes na nossa Barataria a fim de pôr as mesmas artes em pantana, a arrocho.

Para exercício das funções subalternas, como os amigos da República constituída eram mais numerosos que os nossos, compreendo que inovassem um pouco, procedendo como procederam por sorteio, em dois sacos, tirando de um o nome do emprego e do outro o nome do empregado.

Para o provimento dos grandes cargos proeminentes cingiram-se exactamente ao nosso plano, escolhendo cada um dos da companhia fundadora o emprego em que maior dano pudesse fazer aos outros.

Como atributos do poder consagraram também, para tira-teimas, a capa e a moca.

Nada lhes falta. A farsa, evidentemente, fomos nós que a fizemos, mas eles — honra lhes seja — puseram-na briosamente em cena e representam-na bem. *Plaudite cives.*

Vejam os entrecho da composição.

Lisboa inteira acha-se convertida num enorme teatro sem tecto em que o espectáculo novo de uma democracia improvisada à pressa vai decorrendo feérico, inverosímil, deslumbrante.

O presidente, tomando inteiramente a peito o seu presidencialismo, preside convicta e afincadamente a tudo e a todos, a recém-nascidos e a menores de um e doutro sexo, a adultos de todas as condições, a velhos cacoquimos e gagás; preside às fábricas, às oficinas, aos observatórios astronómicos e meteorológicos, aos laboratórios químicos, aos teatros anatómicos e de zarzuela, aos museus, às bibliotecas, às sociedades de tiro, aos clubes recreativos, e até à própria Academia das Ciências, sentado na mesma cadeira em que a fundadora desse instituto, a Rainha D. Maria I, encarregou os académicos de falarem por ela ao mundo. *Ditelo voi per me* — coisa que fez roer as unhas de inveja a Fallières, o qual nunca teve a hombridade de ir para o Instituto de França

ocupar, como inerente à sinecura presidencial, o *fauteuil* de Richelieu. E assim, invariavelmente, em cada dia que Deus bota ao mundo, nas fotogravuras de todos os periódicos, tem a República Portuguesa a satisfação e o orgulho de ver quotidianamente o seu presidente, entre grandes, entre humildes, entre sábios e entre pacóvios, dentro da sua sobrecasaca de comparecer, com o seu chapéu alto na mão, recostado na sua bengala, presidindo sempre!

O povo, no desempenho do papel que representa na peça, de tal modo entrou na pele do personagem que inteiramente se esqueceu do que ainda há pouco era. Operário, preocupado outrora em ganhar honradamente a sua féria, acabando com escrúpulo a sua obra, é agora político, maçã, carbonário; aprendeu a manejar melhor as armas do que a ferramenta, e, em vez de formar pacificamente sob a honrada bandeira do seu mester, enfileira em pé de guerra nos batalhões voluntários. Para defender a sua pátria? Não. Para ajudar a espingardear os seus compatriotas. Fadista, julgando-se com inauferíveis direitos a ser amado, e algumas vezes também mantido, pelos seus lindos olhos, dando, de quando em quando, facadas por ciúme ou em despique de pontos de honra, namorado de viela, cantador de fados ao perfume das murtas e laranjeiras do Ribatejo, ou às fogueiras do S. João, em aluaradas vigílias de touros, ocioso, apaixonado e poeta, interessante espécime da sua raça amouriscada, armou agora à francesa em *apache*, ensinaram-lhe a fazer bombas de dinamite e acabará, seguramente, em bandido como Bonnot, como Garnier, como Vallet.

E a função prossegue.

Tribunos da plebe celebram matinas retóricas, de protesto, contra todas as velhas crenças religiosas nas antigas catedrais, a que a República chama agora suas, alugando-as à troça dos ateus e dos livres-passadores, na razão de 4\$000 réis, por afronta à piedade dos que as edificaram.

Coreias de crianças, conduzidas pelas suas preceptoras laicas, sócias prendadas da Associação do Registo Civil, visitam, pelas festas do ano, as campas dos assassinos ilustres, cantando motetes cívicos e regando, com virginais lágrimas de ternura, os goivos destinados a enflorar imarcescivelmente epitáfios de facínoras.

Damas elegantes, catitamente vestidas a meios preços,

pela liberdade republicana em comemoração do primeiro aniversário das leis da separação e do divórcio, pavoneiam-se jubilosamente pelas ruas, pelos cinematógrafos e pelos teatros, exprimindo, com veemência, o prestígio e a pompa do madamismo adstrito às instituições novas. E consta que as mesmas damas ensaiam tendenciosas sarabandas e expressivos batuques, que, por ocasião das próximas primeiras festas da República, bailarão nos Armazéns Grandela, mediante um bônus especial com que a aludida loja então reforçará o abatimento cívico de quinze tostões feito no preço de cada farpela.

Pelo meio simpático desta garrida comparsaria perpassam jucundos, rodeados pelo acatamento público, insignes padres recém-casados, segundo o rito republicano, de bigode e pêra e chapéu à banda, com as suas desvanecidas esposas pelo braço, seguindo-os as suas respectivas amas de leite, vestidas de sobrepeliz e estola, com as crias sacerdotais ao colo.

Indubitavelmente muito curioso e muito bonito tudo!

Tão-somente o que me quer parecer é que nos estamos divertindo um pouco de mais, talvez.

Um país não pode ficar assim toda a vida, num pátio de comédia.

A representação arrasta-se prolongadamente, porque os cómicos não querem abandonar a cena. Espectadores das cadeiras bocejam escancaradamente um aborrecimento de jacarés. Das torrinhas ouvem-se vozes de animais domésticos. Canta-se de galo e grita-se: — Isto não é da peça! Não é o que vinha no cartaz! — Basta! Basta! — Pano abaixo, e restituam as entradas ao público! — Fora, burros!

No tablado há tumulto. Ouvem-se os bofetões, uns aos outros, dos interlocutores que não sabem os papéis e erram as deixas e as entradas. Ao longe estalam bombas e ferve a lambada. Desarrollam-se garrações de arnica e recortam-se peças de pano adesivado entre os actores. O contra-regra deu parte de doente e nunca mais apareceu. O ponto fugiu. Um dos empresários vem ao proscénio e tenta explicar os acontecimentos. Mas vozes eșganiçadas de entre os bastidores guincham: — Mentira! — Do galinheiro berram: — Fora, trapaceiro! — Projécteis cruzam-se na cena. Um sujeito de chapéu alto na cabeça tange uma campainha freneticamente, como quem toca a fogo. No meio da vozeria enorme o empresário

retira velozmente pelo fundo, dizem que com olho atingido por uma batata.

Tais resultados, que eu acho melhor encarar pelo lado cómico que pelo lado trágico, demonstram, com a evidência científica de uma operação química, que a experiência política da Rotunda prolongada até hoje não está deixando, no fundo das retortas, senão indisciplina, desordem, deseducação, desnacionalização, imoralidade, irreligião, empobrecimento, charlatanismo, cabotinismo e miséria.

Evaporada a infantil e burlesca ilusão de que um país pode continuar a viver, como vive uma minhoca em postas, uma vez esartejado nas suas tradições, nas suas crenças, nos seus usos e costumes, na continuidade de sua experiência histórica, governado por um pessoal improvisado pelo favoritismo político, com uma instrução pública de pedantes, uma religião de ateus, uma polícia de sicários, uma maioria parlamentar de ineptos, um ministério de energúmenos, uma burocracia de vagabundos e uma diplomacia de curiosos, da qual só é dado esperar através das chancelarias e dos salões da Europa a mais estercorária pingadeira de *gaffes*.

Ora a gente tem mais que fazer do que ficar a assistir indefinidamente ao repisamento de uma demonstração feita. O público está inteirado, e são horas, para que se não extinga de todo a decência nacional, de ir cada um para sua casa tratar honestamente da sua vida.

Façam os governantes outro tanto, e acabem daí com isso por uma vez!

XII

UMA SESSÃO PARLAMENTAR

Incidente hilariantemente molieresco e castiçamente pourceagnáquico na assembleia do Senado. Nele tem o primeiro papel o illustre senador Mata (Nunes), nome que ordinariamente e abusivamente vejo escrito com dois *tt* apesar de as letras dobradas se acharem banidas da grafia portuguesa pelo novo regime ortográfico decretado pela República. Por minha parte eu escreveria o nome de Mata com um *t* só, aliviado do outro, porque me prezo de respeitar as leis. A esse nome, aguerrido e simbólico, me abstenho de engatar supérfluos adjectivos encomiásticos, porque quem é que não conhece hoje na América, assim como nas demais partes do Mundo, o nosso único e grande Mata?... Mata... e esfola, como verberantemente ele se revelou na sua última catilinária consagrada à classe médica. Mata, pois, segundo regista o *Diário de Notícias* no seu fidedigno boletim parlamentar, ao qual textualmente me reporto salpicando-o apenas de alguns leves e fugidios desenvolvimentos pessoais, Mata — digo, *fala na sua anterior orientação e acentua que não pode aplicar-se aos médicos a teoria das pensões de sangue atribuídas às famílias dos militares, pois estes não podem furtar-se às balas e aqueles têm obrigação de evitar o contágio.*

Ó Mata, em que te meteste! Ó Mata, que tal disseste!... Saltam-lhe em cima os médicos, que são quase que os senadores todós, e ó lancetas, ó cáusticos, ó ventosas, ó sanguesugas, ó tremendas purgas de jalapa, para que vos quero!

Feroz e canibalesca, como bem se pode conjecturar, foi essa trepa oratória entre matasanos e Mata.

Sigamos o boletim da sessão:

Sr. José de Pádua (exclamativo e contundente) — *Sim! os*

militares têm uma batalha na vida e os médicos têm uma vida que é uma batalha.

Esta primeira biscoita de trocadilho gongórico estala como uma bomba sobre o crânio de Mata, o qual delicadamente anestesia o accípio por meio de uma subtil fricção digital, e, à falta de água de vegeto, reclama dos contínuos o copo de água comum, conferido pelas praxes da eloquência ao orador engasgado.

Sr. Santos Moita (desembainhando estrategicamente o seu apelido e atirando desassombadamente com ele ao peito da assembleia) — *Sr. Presidente! protesto energeticamente contra as palavras do Sr. Mata.*

Sr. Mata (mais aliviado do seu incómodo e olhando de revés e esgazeadamente para os clínicos) — *Têm os desinfectantes, têm as luvas, têm as máscaras...*

Ouvem-se numerosas vozes de médicos, todos justamene ressentidos e espantados de que numa assembleia culta como a do Parlamento republicano haja um palerma tão nojosa-mente destituído de senso comum que ouse ainda acreditar na eficácia dos desinfectantes e das medidas profilácticas que os médicos — evidentemente por mera chalaça — costumam receitar para os outros.

Vozes — *Ora! ora! ora!*

Sr. Sousa Júnior (pretendendo demonstrar a Mata que, apesar da tenra verdura dos seus anos, ele tem já, tanto como Sousa Sénior, o espevitamento preciso para pulverizar Mata com a mais irrespondível piada) — *Também os militares têm as couraças e as trincheiras.*

Mata (Nunes), inteiramente recobrado do seu passageiro delíquio, mostra-se apirético e declara insistir pederneiramente nos seus primeiros argumentos, voltando assim à carga com uma energia que constringe a crítica imparcial a considerá-lo, para todos os efeitos, de uma cana.

Sr. Sousa Júnior (segundo sempre o já aludido e autêntico boletim parlamentar) — *define as suas ideias.* Suponho que no honroso intuito de habilitar a posteridade a jamais poder confundir equivocadamente as ideias dele, Sousa Júnior, com as do seu menos conhecido predecessor, Sousa Sénior.

Enfim o culto Sr. Bernardino Roque, queimando o último e definitivo cartucho em defesa da classe médica, afirma cientificamente *que ainda é pior o combate contra um inimigo que se não vê*

do que com *aquella que se vê, e o médico tem de defender-se dos infinitamente pequenos*. Ao que o Sr. Ladislau Piçarra replica chãmente, com o pachorrento e barrigudo bom senso de um Sancho Pança, *que os infinitamente pequenos se vêem com o microscópio*. Mas o illustre e severo entomólogo Roque devolve repulsivamente, de arremesso ao ventre de Piçarra, esse inoportuno instrumento óptico, tão descabidamente trazido à baila neste debate legislativo, afirmando, à Câmara e à República, *que, perante uma tal observação do senador Sr. Piçarra, elle, senador Sr. Roque, acha preferível não acrescentar uma única palavra mais*.

Depois do que foi o projecto da pensão aos médicos votado por grande maioria, e em seguida encerrada a sessão não sem que previamente se houvesse retirado da sala, saindo abrupta e claudicantemente pelo fundo, descadeirado pelos seus contendores, o senador Mata, ao qual parecera mais judicioso do que prolongar a discussão ir para casa pôr papa de linhaça nos rins... sem consultar os médicos.

O debate a que aludo, e que fielmente transcrevo dos registos officiaes, é realmente jocoso e denota da parte dos poderes constituídos os mais patrióticos e louváveis desejos de bem divertir a Nação. Enquanto a bem governar, que têm com isso os poderes públicos? Nada, coisíssima nenhuma. E o povo não levaria a bem que os ditos poderes se metessem com aquilo a que não são chamados. *Cada um que se governe!* é a sólida e expressa doutrina em que educaram o povo, ensinando-lhe — e com que trabalho! — o que é verdadeiramente a democracia, do grego *demos*, o povo, e *kratos*, autoridade. Não nos faltaria mais nada senão que nos caísse agora em cima da cabeça um Governo que nos governasse! Para que se fez então a República? Quem governa agora somos nós. Eles que nos recreiem, que é para isso que se lhes paga.

Pela parte que me toca confesso-me comovidamente agrado. Vi aqui este Inverno *La présidente* no Palais Royal, vi *L'habit vert*, nas Variétés, vi as desopilantes *revues* de Montmartre, da Scala, da Sala *des Capucines* e das *Folies Bergère*, e ri bastante, ao calor quase intolerável dos irradiadores, entre preciosas rendas e lindos decotes perfumados pelas novas essências capitosas de Coty, perante a desenfreada troça rabelaisiana com que vi corridos, com aplauso geral de todas as luvas brancas, o chefe do Estado com todos os seus políticos

e todos os seus detestandos deputados; mas, com patriótico orgulho o digo, muito mais me rio em cada manhã, de chinelas e pijama, defronte da chaminé do meu quarto, lendo as sessões do Parlamento da minha terra que o boletim do benquisto *Diário de Notícias* quotidianamente me ministra. Imparcialmente me sinto forçado a afirmar que se o Parlamento português, numa das suas férias, se resolve patrioticamente a vir a Paris, em *tournee* de província, dar alguma das peças do seu repertório, ele salva, economicamente, as finanças do Estado e, artisticamente, enterra tudo quanto em Paris em cada Inverno se inventa de pilhéria.

O que algum cuidado me dá não é o êxito das peças, é o resultado ulterior do seu desfecho.

Da sessão, por exemplo, a que hoje me refiro, o resultado final da votação é ser hoje lei do País o direito dos militares a uma pensão de sangue pelo facto estabelecido e assente de que médicos e militares arriscam uns e outros igualmente a sua vida em defesa da sociedade e da Pátria. Isto é que não percebo bem e me parece um precedente perigoso. Teremos então de admitir que os militares portugueses arriscam mais a sua vida do que o resto dos seus concidadãos? Reflectamos. Os nossos regimentos de linha, juntamente com os batalhões voluntários e com a carbonária militante integrada no exército, constituem hoje o que em Portugal se chama conglobadamente — a tropa. Ora é essa tropa que dispõe de toda a ferramenta ofensiva de que podem ser vítimas os outros. A tropa tem os canhões, tem os torpedos, tem as metralhadoras, tem as espingardas, tem os revólveres, tem as baionetas, tem os sabres, tem o cartuchame e tem os cavalos-marinhos. A gente nem tem nem se lhe permite ter mais do que uma frágil vergasta ou um triste chapéu-de-chuva. Nestas condições, se a gente manifesta *pelo facto* uma opinião contrária à dos cavalheiros que se apropriaram do encargo de mandar a tropa, a tropa marcha, e espatifa a gente, a tiro, à cutilada e à coronhada.

Se a gente se exprime por simples palavras em escrita ou em letra de forma, os cavalos-marinhos avançavam acompanhados dos empasteladores de tipografia, o escriba é espancado e a imprensa é desfeita.

É a tropa que nos acusa, que nos prende, que nos julga, que nos sentencia e que a seu livre capricho, sem mais apela-

ção nem agravo, nos condena à prisão, à fome, à loucura ou ao degredo. Em resultado final quem morre é a gente — de graça. Quem *arrisca a vida* — verdade seja que por dinheiro — é a tropa. Assim, segundo a justiça distributiva da pensão de sangue decretada pela lei, quem cobra é a tropa, quem dá o sangue é a gente.

Pelo que diz respeito aos riscos da classe médica coloque-me inteiramente ao lado de Mata (Nunes). Se os seus colegas do Senado insistem em que são os médicos que arriscam a vida, pergunte-lhes o amigo Mata para onde é que ficam então os doentes!... Porque é de saber que morrem incomparavelmente muito mais enfermos das receitas dos médicos do que morrem médicos do contágio dos enfermos.

Infelizmente Mata (Nunes), como bom republicano que é, e como tal separado da Igreja e não reconhecendo no universo, como já fez favor de explicar, outra divindade que não seja a do presidente da sua câmara na terra, e nas alturas a de Sua Excelência o Senhor Presidente da República, Mata não pode ver do problema de que se trata mais que a sua parte material e subalterna.

No Parlamento francês, apesar de republicano como o de Lisboa, questões desta ordem tratam-se de modo algum tanto diferente.

Quando na Câmara dos Deputados em Paris se discutiu a lei de 1901 contra as congregações religiosas, o deputado Sr. Le Myre de Vilers ocupou-se, como o Sr. Mata, da questão dos médicos e dos enfermos. O Sr. de Vilers narrou os estragos da lepra em Madagáscar. Tornara-se indispensável para confirmar a epidemia transformar os hospitais em prisões. Os médicos naturalmente se retraíram. Onde encontrar entes humanos capazes de se sacrificarem a substituir os médicos e os enfermeiros? O Sr. Decrais, então ministro dos Negócios Estrangeiros, perguntou-o, a quem? Às Irmãs Fransicanas de Maria. Essas mulheres, congreganistas, aceitaram sem hesitar a missão de que se tratava, e, interrogadas pelo ministro acerca das condições que punham a tão precioso socorro prestado à França e à humanidade, elas exigiram apenas — diz o Sr. de Vilers e repetia-o há poucos dias o senador Lamarzelle — a alimentação quotidiana, alguns *sous* por uma só vez e um bilhete de *ida* para Madagáscar, porque o de volta seria inútil. Quase todas essas religiosas foram

atingidas pela lepra e preferiram morrer no meio dos seus enfermos a voltar à França, onde seriam um objecto de horror e se arriscariam a comprometer pelo seu contacto a saúde pública. O Sr. Le Myre de Villers acrescenta: *Arriscar a vida durante alguns dias ou algumas horas no campo de batalha ou numa epidemia é um sacrificio a que de boa vontade se presta todo homem de coração, mas entrar vivo num sepulcro onde a morte constantemente vos fiza e fatalmente vos atingirá é de uma coragem superior à coragem humana.*

Não foram somente as Irmãs Franciscanas de Maria que deram em Madagáscar um tal exemplo de heroísmo. O senador Sr. de Lamarzelle a este propósito contava há dias a história de dois padres jesuítas. Um deles é francês, o padre Isidoro Dupuy. Parte para Madagáscar em 1892. É missionário na Imerina quando rebentou a guerra com a França. Em 1894 sai de Tananarive com a escolta de Le Myre de Vilers. No primeiro dia de marcha cede o seu cavalo a um soldado mais fátigado do que ele e faz a pé o resto do caminho. Capelão intérprete da divisão do general Voyron, é em seguida adido à coluna volante que parte de Andriba em 14 de Setembro de 1894. Entra em Tananarive com as tropas francesas em 30 de Setembro e canta na catedral o *Te Deum* da vitória. No fim da campanha este jesuíta é condecorado pelo Governo francês com a Legião de Honra, e parte em seguida a retomar a sua vida de missionário ao sul de Imerina entre os Betsileos. O distrito d'Ambohimahazo, que lhe confiam, está cheio de leprosos. O padre Dupuy sepulta-se numa gafaria a tratar e a consolar lázaros, e nos braços dos seus amados companheiros de infortúnio morre do mesmo incurável mal que os consome a 9 de Outubro do ano findo.

Poucos dias antes, no dia 1 do mês, morria em Marana um irmão em religião do padre Isidoro Dupuy, outro jesuíta, o padre Beysin, oriundo de uma das mais nobres e mais ricas famílias da Polónia. Obtém dos superiores da Companhia de Jesus a promessa de ser empregado no serviço dos leprosos com a expressa cláusula de se separar para sempre da gente sã. Entra na mais sórdida e miserável leprosaria de Marana. Faz-se enfermeiro e cozinheiro; mendiga de porta em porta, e aspira a transformar a pobre gafaria num grande hospital-modelo. Os seus parentes e amigos polacos cobrem-no de dinheiro. Edifica a grandiosa casa com que sonhava. Reduz a mortali-

dade dos leprosos, que era regularmente de cinco a sete óbitos por semana, a uma média de cinco enterros por ano. E morre de lepra, jazendo sepultado no cemitério dos leprosos, a quem tão altamente ensinou, em troco da sua vida, a consolar-se com o seu exemplo, a crer, a esperar e a saber morrer.

Não sei se nas precedentes linhas consegui lançar alguma luz sobre a diferença que há entre o senador De Lamarzelle, que nos faz a narrativa a que me refiro, e o senador Mata, que humilde e contritamente se roja aos pés do Senado e lhe pede perdão de ter por lastimável *gaffe* falado em Deus no seu discurso. Essa diferença é a do ponto de vista religioso. De Lamarzelle professa a religião cristã. Mata professa a religião presidencial. Como não discuto nem impugno as crenças de ninguém, não direi que a religião de Mata seja pior nem seja melhor do que a dos simples cristãos. Figura-se-me que ela é unicamente algum tanto mais curta do que todas as demais religiões que conheço, podendo talvez vir a ser classificada, não digo pelos teólogos, mas pelos psicólogos e pelos psiquiatras, como doutrina de dois dedos adiante do nariz apenas.

Dessa curteza de crenças não provirá porventura, no espírito de Mata e no dos seus correligionários, a indigente limitação de ideias, de sentimentos, de princípios e de opiniões em que se debate o Senado?

Janeiro de 1913.

XIII

UMA LEI

A mim, a mim, ó manes da extinta chacota lusitana! A mim, Mendes Enxúndia e Bertoldinho! A mim, Vicente Marujo e Anões de Calais! A mim, Zés-Pereiras e zabumbas das romarias minhotas! A mim, fagotes, serpentões, relas, matracas e assobios! A mim, bombas reais! A mim, morteiros estrondeantes e foguetes de sete estalos! A mim, antigos fogos-presos que se queimavam de dia, como o *homem matando o boi*, a *mulher a fiar na roca* e o *barbeiro ao rebolo*, em que tudo bufava e andava à roda, no alto de uma vara, e acabava rebentandô tudo aos estouros! A mim, ó Judas da aleluia, bobos, palhaços, gigantões de feira e espantalhos dos pomares e das hortas! A mim, valentes entrudadas com ovos de gema, bisnagas e limões de cheiro! A mim, ó Terça-Feira Gorda, com todos os teus adminículos e atributos, vasos de noite, abanos, chavelhos, rabos-leva, esguichos, pós de sapatos, filhós e coscorões recheados de estopa, trambolhos para atar aos artelhos e tachadas de breu para pegar fundilhos às cadeiras! A mim, palavrões, gibadas, pés-de-nariz e cambalhotas! A mim, toda a pilhéria e toda a laracha do tempo em que Lisboa ria! A mim, as noites à viola do Baldansa, do Colete Encarnado e do Perna-de-Pau! A mim, as olímpicas piadas do sol, em tardes de touros no Campo Grande e nas apartações e nas ferras do Castelo Melhor ou dos campos de Alfeizerão! A mim, os seringões de Molière, os cancãs de Lécocq, as charivaris de Offenbach e as *boutades* todas do *Chat Noir*, do *Rat Mort* e da *Boite à Foursi*! A mim, ó gloriosos e imortais humoristas de todos os tempos: Aristófanés e Plauto, Rabelais, Quevedo, Cervantes, Gil Vicente e Tolentino!

Em alas tudo e a postos, que através de Lisboa, pelo meu

rico Poço do Borratém abaixo, pelo meu dilecto Pote das Almas acima, em estado, escoltada por saltitantes xexés, por escoucinhantes bois de canastra e por empinados cavalinhos de pasta, vai passar a Lei.

— Que lei? me perguntarão talvez do fundo de remotos continentes, a que chegam sempre com atraso os clamores da fama. Que lei! A lei única, nova em folha, a única lei original e privativa do nosso novo regime, pois todas as demais são leis velhas, leis caídas, leis safadas, de baiúca de ferro-velho, agora modernamente retingidas, atamancadas, refundilhadas de novo e viradas do avesso. Esta é que genuinamente reflecte, saída quente do cunho, a effigie do sistema que felizmente (sobretudo para ele) nos rege e nos corrige. Esta é a que há-de ficar, para exemplo e para recreio dos pósteros, nas tábuas do Capitólio, em frente da estátua de Palas, entre as varas dos lictores e as águias dos Césares.

Refiro-me à tão recente e já tão famosa lei dos ratos. Não confundir com o rato de sacristia, com o rato de biblioteca ou com o rato de hotel. Trata-se unicamente do bem conhecido mamífero roedor, o rato vulgar, de Lineu.

Acha-se exuberantemente demonstrado que Portugal tem a vida rija. Ele dá-se lindamente no convívio familiar dos agentes mais destrutivos da vida, da saúde, do bem-estar. Compraz-se com o analfabetismo, com a tuberculose, com o impaludismo, com a Penitenciária, com o Aljube, com o Limoeiro, com o presídio, com a indigência, com a maçonaria e com a carbonária.

Acha-se satisfeito com a companhia de todos os animais daninhos, com as víboras, com os gafanhotos, com as vespas, com as traças, com as pulgas, com as moscas, com os percevejos e com os políticos.

Com o rato, não!

O rato vai-lhe ao pão e ao queijo. O rato empobrece-o. O rato bestifica-o. O rato avilta-o. O rato desonra-o.

Retirem o rato da sua presença e o país inteiro ressurgirá acordado do letargo em que por tantos séculos o prostraram a monarquia e o rato.

Já cataram o País da tinha da monarquia, libertem-no agora do parasitismo do rato, e Portugal volverá a ser grande como foi outrora. Tornará a atirar-se aos mouros, a derrotar castelhanos em Aljubarrota, a mandar Afonso de Albuquerque

que para Goa e D. João de Castro para Diu; volverá a conquistar o senhorio da Guiné, da Etiópia, da Arábia e da Pérsia, e, se à falsa fé lhe não meterem medo, mostrando-lhe algum murganho (que capazes disso são os talassas) Portugal tornará ainda a apontar às caravelas de Pedro Álvares Cabral o caminho de além dos mares, e, se daqui até lá continuar a velar por ele a República, e sem ratos, Portugal resurgido será muito capaz de ainda obrigar a exclamar, o Brasil, maçado: — *Ora cá estamos outra vez descobertos! Maldição!*

No fim de contas, quem é que de há muitos reinados para cá tão exploradamente tem arratazanado a Nação? O rato.

Para dar cabo do rato havia-se já inventado, no obscurantismo do passado, um maquinismo, aliás engenhoso, denominado ratoeira. Por intrigas, porém, dos políticos da monarquia, as ratoeiras caíram e os ratos roeram-nas.

Havia também os gatos, mas os gatos incompatibilizaram-se com a República, pelo seu mau costume de andarem pelos telhados a desencaminhar gatas, assim como os jesuítas, nos famosos subterrâneos do Quelhas e de Campolide, desencaminhavam donzelas, para as levar para freiras.

Restavam apenas as cheirosas iscas de toucinho frito embrulhado em rosalgar e bem assim os bolos de estricnina, mas estes processos combativos comparados com os que geralmente empregam as autoridades constituídas, pareceram anódinos e suaves de mais para eficazmente se solucionar a crise.

Em conjuntura tão dramática, o Governo, em luta de gigantes, frente a frente com o rato, chamou a capítulo todas as suas *supremas lucilações de cerebração universal*, por ter tido, como disse Junqueiro aos da Suíça, a precaução de facultar a subida ao poder de todos os intelectuais do País. Assim foi que todas as capacidades mentais de que dispomos se constituíram em comissão de defesa nacional para estudar o rato.

Por longo tempo, assim como os próprios ratos, se conservavam calados os ilustres representantes da intelectualidade portuguesa. Muita gente começava já a considerá-los ou pura invenção hiperbólica de Junqueiro ou cocos laureados, sim, mas inteiramente chochos e falidos para a grande tarefa do ressurgimento nacional a que o dito Junqueiro os atrelara em Berna. Ilusão e quimera. O que eles estavam era encafua-dos, em seus laboratórios e gabinetes de estudo, versando

com mão diurna e nocturna os expositores da matéria, coligindo notas e esgaravinhando verbetes para atingirem o mais profundo conhecimento do rato.

Eis senão quando eles se reúnem no espaçoso edifício do Senado de Lisboa e, com pasmo do universo, apresentam sobre o culminante problema do rato a maravilhosa solução seguinte:

O flagelo rato não se combate vitoriosamente nem pela obsoleta ratoeira, nem pelo petisco envenenado, nem pelo gato. Cientificamente observado, o rato unicamente se subjuga e aniquila por meio da *desratização*.

Ouvindo ecoar na sala este portentoso vocábulo, imediatamente a veneranda assembleia puxou a si os seus tinteiros e, de acordo com a comissão do pelouro intelectual, imediatamente lavrou a lei e o regulamento do novo processo destinado a substituir doravante, no seio da sociedade e da família, todos os mata-ratos até hoje conhecidos na terra. É do mais simples que há a lei que o *Diário do Governo*, no dia imediato, publicou sob a devida chancela ministerial.

Todo o contribuinte é obrigado, por ocasião do pagamento regular da sua respectiva décima, a apresentar ao recebedor da Fazenda um número de ratos mortos correspondente, segundo a taxa de tantos ratos por cento, à importância total dos seus demais impostos. No caso de não ter suficiente número de ratos, pagará uma proporcional quantia em dinheiro. Para todos os efeitos do pagamento do novo imposto, a apresentação de rabos de rato corresponde perante o fisco à apresentação do rato todo.

Não se percebe bem como, para o intuito de salvar a pátria pela *desratização*, o pagamento em numerário possa inteiramente equiparar-se ao pagamento em rabos. Em todo o caso fica estabelecido que a moeda corrente pode substituir legalmente o rabo de rato, o que envolve a correspondente e lógica afirmativa recíproca de que o rabo de rato igualmente substitui a moeda corrente, nas relações entre o contribuinte e o Estado. O rabo de rato atinge assim a categoria de um valor fiduciário como o da nota.

Indubitavelmente os bancos e cambista se habilitarão a trocar escudos da República em rabos de ratos e rabos de rato em escudos da República. Valem o mesmo. Transformação enorme da riqueza pública. Aqueles que até hoje não

conseguiram juntar dinheiro conseguirão, talvez com mais facilidade, juntar rabos de ratos, e, para arrecadar fortunas de milhões, não faltarão encomendas de cofres fortes à prova de fogo em rabos de rato.

Farsa administrativa mais divertida não há. Chalaças legislativas mais jocosas nunca se viram. Somente o que lhes dá um certo ar sinistro é que tais chalaças lembram, um tanto de mais talvez, dando as sete voltas da Bíblia em torno da cidade condenada, as trombetas de Jericó — tocando o *Vira*.

Janeiro de 1913.

XIV

EMBAIXADORES DE LETRAS BRASILEIRAS NA EUROPA — MEDEIROS E ALBUQUERQUE — CONFERÊNCIA BRASILEIRA NA SORBOÑA

A crónica das ideias, o mais precioso título da glória dum povo, tem, em contraposição a datas funestas, datas juncundadas, as quais, pelo que respeita ao Brasil, à Imprensa brasileira cabe assinalar nas suas efemérides por meio de uma pedra branca. São, no fim de contas, as puras ideias, apesar da deterioração por que geralmente elas passam desde que se produzem até que chegam a penetrar, tantas vezes desnaturadas e pervertidas, no cérebro renitente e crasso das multidões, são as ideias — digo — que definitivamente governam o mundo através de todos os efémeros e variados acidentes da força militarmente, financeiramente ou revolucionariamente organizada.

Virgílio o disse: *mens agitat molem*. É com efeito o pensamento que move o mundo. O sentido político deste aforismo explicou-o Proudhon no derradeiro dos seus livros, hoje pouco lido, constituindo para lição das gerações novas como que o testamento filosófico do grande polemista que tão radicalmente alvoroçou a imaginação dos rapazes do meu tempo. Dirigindo-se ao *povo soberano*, legítimo filho da Revolução, cuja marcha ele tanto contribuiu para acelerar, Proudhon, o esforçado tratadista da *Capacidade Política das Classes Operárias*, diz-lhes estas solenes palavras, dignas de serem inscritas em letras indeléveis no pórtico de todas as democracias: *Povo soberano, triunfas. Tens neste momento por ti a força e tens o número. Enquanto porém não tiveres igualmente a Ideia tu não governarás jamais. Continuarás simplesmente a ser, como até aqui tens sido, a poderosa besta de carga.*

Prestando à história das ideias em movimento o preito que lhe devo, é uma das pedras brancas a que acima me refiro

que eu hoje me permito colocar nos registros da *Gazeta de Notícias* em comemoração, na travessia mental entre o Brasil e a Europa, da passagem de mais um dos seus embaixadores de letras.

É já considerável o grupo dos homens desta espécie que desde o último quartel do século XIX até hoje o Brasil periodicamente expede para aquém do Equador em permuta, pelo que toca a Portugal, daqueles outros homens que há cerca de cem anos, com o séquito de D. João VI, tanto depauperaram a metrópole para irem liberalmente enxertar na simbólica árvore brasílica, a que os colonos até então chamavam a *árvore das patacas*, a mais fina e a mais aristocrática flor da mentalidade lusitana. Foi dessa delicada transplantação que resultou no Rio de Janeiro o estranho fenómeno de desabrocharem aí, quase repentinamente, como frutos exóticos originários das mais estranhas e remotas regiões, as escolas superiores, os museus, os laboratórios, as colecções de arte, tapeçarias, jóias, brocados, guadamecins, porcelanas, pratos cinzeladas dos séculos XV e XVI, a melhor parte, enfim, do sumptuoso recheio dos paços reais da Bemposta, de Maфра, de Sintra, da Ajuda, subitamente transferida ao Brasil como por um golpe de vara mágica. A relação dessa culminante época da história luso-brasileira nunca a souberam fazer os modernos historiógrafos portugueses, de critério lastimosamente combalido pelas alucinadoras quimeras da nossa revolução liberal. A história da influência que teve a política de D. João VI sobre os brilhantes destinos da civilização brasileira são os novos escritores brasileiros que presentemente a estão fazendo, prestando assim à literatura portuguesa um tributo de talento, de erudição e de crítica histórica equivalente àquele com que tão copiosamente têm enriquecido a literatura inglesa os seus colaboradores anglo-americanos.

Como se tivesse por insuficientes esses testemunhos de confraternização intelectual, além dos seus livros e dos seus jornais, o Brasil envia-nos vivos espécimenes dos seus mais ponderados pensadores, missionários de uma civilização nova operada pela preponderância das *élites* sobre o amorfismo das massas, e representando na evolução da raça latina, através do oceano, uma espécie de refluxo pendular da sua radiosa tradição. Quem não recordará dessa pléiade de nomes tão memoráveis alguns para mim tão enternecida-

mente saudosos, como são, destacados de vários outros, os de Joaquim Nabuco, Eduardo Prado, Oliveira Lima, Graça Aranha, Rui Barbosa, Rio Branco, Domício da Gama, José Carlos Rodrigues, Arrojado Lisboa?... O mais recente da série é o Sr. Medeiros e Albuquerque, que pessoalmente não conheço mas de cuja apresentação ao público de Paris, numa das salas da Sorbona, eu hoje me proponho dar conta ao leitor. Viria a ter remorsos se no meu carinhoso de estudante deixasse sepultadas as notas que no mês de Junho passado tomei da conferência que lhe ouvi.

Chego à Sorbona no momento preciso em que o discurso começa. Um bedel meu conhecido do anfiteatro Richelieu, onde durante o Inverno precedente eu seguira as admiráveis lições do Sr. Croiset sobre a história da moral grega, introduz-me por uma porta lateral na primeira bancada da aula repleta de ouvintes. Encontro-me em frente e na maior proximidade do conferente.

Há apenas quarenta anos que o tipo consagrado do brasileiro em França, o qual de resto pouca gente via senão interpretado por algum cómico francês nas farsas e nas operetas do *Palais Royal* ou dos *Bouffes Parisiens*, era um homem suspeitosamente escuro de pele, cabelo crespo, negro bigode retorcido, vestido quanto possível de todas as cores do íris, resplandecente de brilhantes desde os dedos até o peito da camisa, desfrechando as mais comedidas gorjetas para cima de toda a gente, rebolando etiopicamente os olhos à passagem de mulheres bonitas, e falando espanhol, digo o espanhol familiar aos parisienses e sobriamente composto de dois vocábulos únicos mas bons: *bolero*, *caramba*. O brasileiro que temos agora presente perdeu inteiramente o brilho do seu exotismo, dos seus diamantes e das suas gorjetas. Tem a simples configuração comum a todos os homens civilizados, cada vez mais parecidos uns com os outros em todo o mundo. Ninguém distinguirá se ele vem de Botafogo, de Regent Street ou da Avenue des Champs Elysées. Tem a pele branca, o cabelo liso e a cara nitidamente rapada, o que lhe põe em completo relevo o contraste do olhar e do sorriso, um olhar que afirma quase irreconciliavelmente e um sorriso que parece entreabrir-se num acolhimento benévolo a toda a atenuante ou a toda a adversativa da afirmação emitida, como na fisionomia literária de Renan ou de Anatole France.

Há assim um brasileiro do século xx, e já ninguém se admira, nem na Sorbona, nem no Colégio de França, nem na *pesage* de Longchamp, nem nas *premières* da Ópera, nem nos jantares do Ritz, nem nas conferências do Foyer, nem nos chás de Rumpelmayer, de que sejam assim os brasileiros todos. Como os tempos mudam! Como a civilização se universaliza! Como se rasoura e se banaliza tudo, costumes, *toilette*, maneiras, estilos e expressões fisionómicas!

O conferente principiou acusando-se de falar *patrioticamente* mal, como preceituava Queirós, a língua francesa em que se exprime. A continuação do discurso revela que são da mais elegante correcção a linguagem e o estilo da composição. Dada porém a teoria de Eça perfilhada pelo conferente acerca do modo de falar as línguas estrangeiras, eu vacilo em classificar a aplicação que ele faz dessa teoria porque receio de todo modo melindrá-lo, ou seja na sua capacidade de poliglota ou seja no seu patriotismo de brasileiro. Constrangedor dilema!

O Sr. Medeiros tomara para tema da sua conferência: *A literatura brasileira e as suas relações com a França*. Subordinando os fenómenos a que tem de se referir à lei dos três factores de Taine — o meio, o momento, a raça — o conferente dá à sua exposição, dividida em três correlativos capítulos, uma nitidez de processo coordenador e mnemorzante que permite ao ouvinte seguir, reter e recompor com aprazível facilidade a doutrina que se lhe oferece.

Neste processo expositivo principia o Sr. Medeiros por nos revelar o tacto de um professor excelente.

Enquanto ao *meio*, refutação cabal da teoria de Buckle, segundo a qual as hostilidades da natureza tornaram o Brasil para todo sempre refractário à civilização. Contraposta pelo conferente ao diagnóstico de Buckle, já em tempo refutado por Eduardo Prado, a doutrina contrária ainda mui recentemente foi preleccionada num curso professado na Sorbona pelo Sr. Arrojado Lisboa acerca do meio físico no território brasileiro.

Enquanto ao *momento*, delimitação analítica das sucessivas etapas em que se desdobra a civilização brasileira.

No século xv, vasto domínio mudo do índio inteiramente inculto, contemplativo e manso, de mentalidade pouco adiantada à da idade da pedra. Incomensurado território,

ocupado por selvagens de raças diversas, sem vestígio algum de grandes e misteriosas civilizações primitivas, como as do México ou do Peru. Raças mescladas divididas numa infinidade de tribos falando centenaes de dialectos diferentes.

No século XVI, intervenção do português. *Brave petit peuple heroi'que*, exclama o Sr. Medeiros; povozinho minúsculo, que abriu ao mundo um horizonte imenso. Mas ficou sempre cisrador, poético, idealista, apático, quase indiferente à realidade prática e à positividade material da vida. Foram essas qualidades e esses defeitos que determinaram sem excessiva violência a sobreposição do carácter português ao carácter imprevidente, resignado e dócil da grande maioria dos indígenas sul-americanos. Fundação do regime colonial nesta época. Fácil subordinação dos aborígenes.

No século XVII, alvorecer da literatura brasileira. O conferente não quer considerar brasileira a obra do insigne Padre Anchieta, poeta e epistológrafo do século anterior, e data do aparecimento de Gregório de Matos, poeta baiano, o advento de uma grande literatura genuinamente regional. Matos, dotado de grande veia satírica, é de uma mordacidade implacável para com os colonizadores. É condenado pelas autoridades eclesiásticas da Baía, o que consagra o seu talento, levando o Sr. Medeiros a compará-lo, não sem algum fundamento, a Clement Marot.

No século XVIII, formação do primeiro agrupamento literário do Brasil pela criação da chamada Escola de Minas, da qual sobressai o poeta Gonzaga, autor da *Marília de Dirceu*, cuja influência considerável se repercutiu na ingénua, açucarada e dengosa poesia do tempo, beliscada à viola e à espineta nos outeiros, nos serões e nas merendas da metrópole.

No século XIX, enfim, súbita criação de todos os elementos da mais alta cultura intelectual e desabrochamento pleno e glorioso da já hoje brilhante literatura brasileira, especialmente determinado pela influência que exerceu no Brasil, sobre a coesão e a integridade do território, sobre a polidez dos costumes e das maneiras, sobre a expansão do comércio e da riqueza pública, o estabelecimento no Rio de Janeiro da corte de D. João VI.

Enquanto à *raça*, o conferente deslinda com o mais esclarecido critério cada um dos três elementos que a constituem: o elemento índio, o elemento negro e o elemento português,

absorvendo este todos os resíduos infinitesimais das raças inferiores e dando à população do Brasil o seu actual e definitivo carácter psicológico de povo latino.

Sobre a trajectória da raça negra na América do Sul projecta a conferência do Sr. Medeiros um grande clarão de simpatia. Dentro de muito breve tempo terá inteiramente desaparecido o negro do Brasil. A emancipação excluindo-o da intimidade da raça branca, desenraizou-o da disciplina da família, entregando-o a si mesmo. A liberdade, bebida forte de mais para as suas forças digestivas, matou-o, demonstrando este acidente que para os indivíduos, assim como para as nações, não é sem perigo de vida que repentinamente se transforma um regime, substituindo pelas provisões ainda as mais generosas do intellectualismo a obra da tradição cimentada na experiência de muitas gerações que o tempo longamente jungiu e solidarizou em vista de um destino comum. Sempre que não emigra para os sertões de África, o preto liberto soçobra esmagado pela civilização que o rodeia e extingue-se pelo alcoolismo ou pela tuberculose. A liberdade é, como o dinheiro, um valor puramente convencional e abstracto, sem nenhum outro préstimo senão o de nos permitir obter o que por meio dele se nos faculta. Se se fizesse conta dos fins para que cada um apetece a liberdade ter-se-ia o rol completo de todas as virtudes e de todos os vícios, de todas as clemências e de todos os rancores de que é capaz a humanidade. Dos negros do Brasil somente se soube o que eles queriam da liberdade depois que lha deram. Queriam-na para dormir e para beber cachaça. Por esse facto eles conquistam toda a minha simpatia. São ao menos inquietos, os menos berradores e os menos embriagados de todos os libertários que conheço. O Sr. Medeiros diz-lhes um comovido adeus, contando-nos em apoteose da raça negra o fim dessa efémera república dos Palmares, heróico episódio da sua resistência à invasão dos conquistadores. Exauridos os derradeiros esforços de uma luta implacável, os negros dos Palmares, preferindo o suicídio ao cativoiro, seguem o seu chefe de guerra precipitando-se, desde o primeiro até ao último, do alto de um morro cortado a pique sobre o profundo abismo. O Sr. Medeiros desencarrega ainda o infeliz negro da acusação de simiesca lubricidade que muitos brancos lhe atribuem, afirmando sob a autori-

dade de Havelock Ellis que no ponto de vista sexual o europeu civilizado é muito mais gorilha em Paris, em Londres ou em Viena do que o preto selvagem na espessura do mato virgem.

Expondo esquematicamente a evolução da moderna literatura brasileira, o Sr. Medeiros assinala a invasiva influência do espírito francês sobre a mentalidade do Brasil, mostrando como na literatura do seu país se sucedem as mesmas fases por que passou a literatura da França, tendo as letras brasileiras o seu *romantismo*, o seu *naturalismo* e o seu *simbolismo*.

É especialmente engenhoso o modo como o douto conferente explica a criação dos grandes institutos de ensino coincidindo no Rio de Janeiro com a residência ali de D. João VI. «*Le roi n'était pas d'une grande intelligence. Au contraire.*» Todavia — acrescenta o Sr. Medeiros por meio destes ou equivalentes termos —, como rei ele trazia consigo toda uma corte que inesperadamente nos caiu em cima: nobreza de sangue e nobreza de inteligência, o que havia de melhor no reino. Como toda esta gente nada tinha que fazer no Brasil, tornava-se indispensável dar-lhe ocupação. Foi assim que os primeiros cursos jurídicos, as primeiras altas escolas de ciência e de arte se fundaram no Rio...

Esta explicação do Sr. Medeiros patenteia — para mim pelo menos — ponto de vista inteiramente novo na história das origens da civilização brasileira. Tal interpretação dos factos faz desaparecer, sob a imposição do mais impenetrável mosquiteiro, a iniciativa pessoal do príncipe, que, segundo o Sr. Medeiros, tinha um único ideal: o de comer. D. João VI, no entanto, recrutava o pessoal das sua comitiva assim como o da sua mais íntima convivência entre os homens mais sábios do seu tempo, e desembarcava no Brasil fazendo-se acompanhar dos melhores dos seus livros e dos seus mais preciosos manuscritos, que ele aí arrecadava, segundo de lá nos contou o seu bibliotecário, Marrocos, nas casas contíguas à do seu quarto de dormir como sendo esse o depósito das mais valiosas jóias da sua coroa.

Não há muitos anos ainda que o erudito Sr. Ramis Galvão, antigo director da Biblioteca Nacional do Rio, criada com os livros que D. João lhe levou da sua livraria da Ajuda, encontrou entre as obras que o príncipe lhe doara uma

esquecida e primorosa colecção de gravuras de Alberto Dürer — o que denota da parte do doador tão nobres gostos de arte como de erudição.

Para comilão pareceu-me justo advertir que eis aqui um que sabia bem sacrificar a voracidade dos seus apetites gastronómicos aos mais altos interesses do espírito a que se pode dedicar um grande rei. Se a gula fosse com efeito a faculdade dirigente desse organismo pantagruélico a lógica exigiria que o seu incontestável amor aos brasileiros se manifestasse pedagogicamente no Brasil por meio de um supremo esforço de ideal substituindo todas as suas demais fundações pela de um laboratório de augusta feijoada ou de real baba-de-moça. É de lastimar que um testemunho histórico deste género não confirme mais concretamente uma reputação de simples glutão com que a posteridade agradecida brindou o grande civilizador do Brasil. O exagero da gratidão tem consigo um perigo: o de apoucar o benefício pela desproporção do agradecimento. Se o intento crítico do Sr. Medeiros foi o de evitar esse escolho de uma abusiva lisonja póstuma ao delinear-nos o perfil histórico de D. João VI, confessemos que Sua Excelência o conseguiu com a mais delicada perícia.

Herculano, sintetizando numa só frase a política de D. João VI no Brasil, disse um dia que, durante os doze anos da residência do príncipe no Rio de Janeiro, o Brasil fora a metrópole e Portugal a colónia. É de advertir que o enorme desenvolvimento dado ao progresso nacional do Brasil durante os primeiros anos do século XIX não subalternizou a tal ponto a importância de Portugal no concerto europeu que logo em 1814, no Congresso de Viena, demolido o império napoleónico, Portugal não fosse incluído no rol das oito principais potências da Europa, classificação que me permite duvidar pudessem hoje alcançar de um acordo internacional os mais argutos diplomatas da jovem democracia portuguesa.

O Sr. Medeiros, reproduzindo a frase de Herculano, considera: que a língua portuguesa é falada em Portugal e no Brasil; que o Brasil conta hoje vinte e cinco milhões de habitantes, ao passo que Portugal não conta mais de seis milhões, dos quais, segundo as estatísticas oficiais, por não caberem lá todos, cerca de noventa mil emigraram durante o corrente ano; que o movimento literário do Brasil é já consideravelmente superior ao de Portugal. Destas considerações, su-

gerindo várias outras que seria indesejável enumerar, conclui o Sr. Medeiros que a afirmação de Herculano assume um valor profético.

O eixo da literatura portuguesa evidentemente se desloca, e em breve tempo, inevitavelmente, será o Brasil a metrópole da nossa língua.

Para um país cuja profunda desordem política, económica e moral é talvez neste momento um princípio de agonia, a hipótese do Sr. Medeiros é menos o prenúncio de um desastre do que o lenitivo de uma compensação. Terá para nós a melancólica doçura de a transmissão de um legado de família ver assim passar da mão dos avós combalidos para a dos netos emancipados o estandarte hegemónico da sua missão de beleza, de aventura, de poesia, de fé, de entusiasmo e de glória, através da história comum da sua raça.

XV

A RAÇA

Logo a seguir à proclamação da República e à publicação das suas primeiras leis em Lisboa, o *Times*, num artigo proficientemente raciocinado, applicava aos destinos de Portugal uma t oria que, ao que me recordo, se poderia resumir:

Quando, em resultado de profundas discórdias de princípios e ideias, de sentimentos e crenças irreconciliáveis, um país perde o sentimento colectivo da sua unidade, a nacionalidade naturalmente se desfaz pela desagrega o dos elementos que a constituíam, sobrevivendo unicamente a raça na continuidade da família. Se, porém, a família carece dessa forte e excepcional homogeneidade espiritual que, por exemplo, caracteriza a família judaica, a raça por seu turno   rapidamente absorvida por outras raças mais poderosas, e do que foi uma na o florescente e gloriosa no mundo nada mais restará que um vago nome na história.

  com efeito possível que Portugal se ache destinado às mais destrutivas prova es.   possível talvez que, como diz o *Times*, a nacionalidade se dissolva e se extinga.   possível que, por caducidade dos mesmos motivos que invoc mos para, há oito séculos, nos desagregarmos do reino de Leão, tenhamos ainda de restituir   *Hispania Mater* o território que lhe cerce mos, e no qual   ponta de espada implant mos a independência e a autonomia a que nos davam direito a maravilhosa coesão, a inquebrantável disciplina, o saber administrativo, o poder der comando e a fé profunda numa divina missão de proselitismo, de resgate e de justiça, através do mundo.

Assim transform mos num poderoso reino o primitivo condado portugalense, conquistando sucessivamente o terreno

que pisávamos na divagação da nossa índole aventureira, e vendo dia a dia alargar-se, no continente peninsular e para além do mar, adiante do galope das nossas hostes e da proa das nossas caravelas, o exíguo domínio da velha suserania leonesa.

Que estranhar se houvermos ainda de retroceder por um trágico recuo de civilização ao ponto de que partimos! Não é um axioma rigorosamente matemático que, para transformar uma quantidade negativa em quantidade positiva, é indispensável começar por a reduzir transitoriamente a zero?

Uma vez postergadas e dissolvidas as altas virtudes cívicas que foram a base e a razão moral e jurídica da nossa posse, não será porventura inteiramente quimérica a hipótese de que um dia nos obriguem, como ao expirar dos contratos enfitêuticos, a restituir ao primitivo senhor a terra que possuímos e ocupámos, juntamente com as delicadas e sentidas obras com que durante oitocentos anos a enriqueceram e sublimaram o esforço, o engenho, o trabalho de tantas gerações de homens.

Até aí alguma plausibilidade pode ter a tremenda teoria formulada pelo *Times*.

Enquanto à absorção da nossa raça, não. A raça portuguesa, por mais decaída que a consideremos pelo abastardamento dos elementos que a formaram, é ainda hoje consideravelmente menos absorvível do que absorvente. Que essa raça realmente existe é para mim uma verdade que de balde têm por vezes contestado alguns dos nossos próprios e pessimistas etnógrafos. Não é pela dedução secamente científica dos atavismos e das hereditariedades dos grandes agrupamentos humanos, nem tão-pouco pelos seus caracteres anatómicos, senão pelos elementos psicológicos da sua mentalidade, que hoje historicamente se diferenciam, se dividem e subdividem as raças. Neste ponto de vista, que é aquele em que eu me coloco, o português constitui um tipo inteiramente especial no grupo indo-europeu.

Ele é sentimentalista, idealista, galã, dado a aventuras e a viagens como o Preste João, como Fernão Mendes, como o infante D. Pedro, como Camões. É sóbrio e é rijo. Tem o dom sociável e fecundo de amar e se fazer amado, e é singular a sua facilidade de adaptação a todos os meios biológicos e sociais, bem como a sua enorme força de resistência à fadiga,

à fome, a todas as privações da vida e a todas as hostilidades da natureza. De resto, propenso à rebeldia, leviano, gastador, volúvel e inconstante. Durante o século xvii, depois de célebre pelos seus grandes feitos de guerra, de navegação e de conquista, era proverbial em Espanha a sua *melosidad y derretimiento* em amores. Quevedo dizia que de portugueses não ficariam torresmos no fogo do inferno, porque, havendo lá mulheres, os portugueses derreteriam completamente, não deixando como vestígio mais que uma simples nódoa no chão.

Na nossa *História Trágico-Marítima*, livro composto, sob um título de convenção retórica, pelas autênticas narrativas marítimas dos nossos soldados e marinheiros da Índia — livro sem rival em nenhuma outra literatura do mundo —, conta-se que os naufragos de um dos nossos galeões se encontraram na costa de Moçambique com uma hoste guerreira de negros selvagens, da qual se reconheceu que fazia parte um soldado português, que alguns anos antes, por ocasião de outro naufrágio, ali dera à costa e ficara cativo. Em pouco tempo ele aprendeu a língua da tribo, impusera-se à obediência dos nómadas que o haviam capturado e fizera-se inteiramente tão negro como eles. Eis um característico espécime da raça.

O mesmo poder de adaptabilidade que no sertão de África o fizera um preto teria igualmente feito dele em Londres um *gentleman* e em Paris um *dandy*.

Um dos seis ou oito primitivos fundadores do Jockey Club em Paris era português. Um dos mais *excêntricos* dos parisienses registados na conhecida galeria de Champfleury era português. O elegante cavalheiro e o dono dos mais belos cavalos que ainda no fim do século passado escarvavam o solo de Longchamps, no Bois de Boulogne, era português. O mais elegante palacete dos Campos Elísios, notável pelo seu tipo architectónico, no estilo de Segundo Império, famoso pela sua escadaria de ónix, no qual ao presente se acha instalado um dos mais selectos *cercles* de Paris, o *Vauclers Club*, foi construído pela viúva de um janota portuense, hoje condessa de Donesmark, por afinidade prima milionária de Bismarck.

Raras são as interrupções em que Portugal tem deixado de ter um representante seu no Jockey Club e bem assim no Instituto de França. Um desses *clubmen* português pagou de

uma vez, segundo consta das *Memórias* de Henri Villemessant, fundador do *Figaro*, cem mil francos pela nota de uma ceia que ofereceu aos seus consócios e que ele terminou atirando à rua com toda a baixela da mesa.

A par destes atestados de puro chique, os portugueses devem à congénita rusticidade da sua robusta constituição e do seu aguerrido temperamento o privilégio de terem sido os melhores soldados de Napoleão na campanha da Rússia e de serem ainda hoje os mais invencíveis soldados de África.

Há poucos anos ainda, o imperador da Alemanha, Guilherme II, explicando amavelmente a alguns generais estrangeiros reunidos num banquete em Potsdam as razões por que havia sido dado o primeiro lugar à mesa a um simples major, Mouzinho de Albuquerque, lhes dizia que ele era ali o único chefe de exército que, tendo combatido em África, contava as vitórias pelas batalhas.

Os exércitos modernos dispõem hoje de uma nova e formidável força: o aeroplano. Não será talvez descabido lembrar que essa maravilhosa máquina de guerra provém do invento de um português, que criou o aeróstato, e o consecutivo encaminhamento dessa descoberta, devido a um garfo ilustre da nossa raça, a um brasileiro, que tornou dirigível o balão.

Em Inglaterra é bem sabido que era, ainda há dois anos, português o diplomata de mais prestígio junto do Ministério dos Estrangeiros e da corte de Eduardo VII.

Por esse mesmop tempo era secretário de Estado em Londres outro português.

Era também português o engenheiro encarregado pelo Governo britânico de fazer a primeira organização dos serviços telegráficos na China.

Na Itália é ainda um português o chefe de todos os serviços de arte.

Mais longe, no Uruguai, por exemplo, é português o venerando decano da Universidade de Montevidéu.

Nos concursos de esgrima de 1909, em Nice, em Monte Carlo e em Paris, esgrimistas portugueses obtêm os primeiros prémios do torneio.

Em todos os concursos hípicas internacionais os oficiais portugueses se distinguem entre os mais perfeitos cavaleiros.

Entre os primeiros médicos de Paris citam-se nomes de portugueses.

Nas escolas estrangeiras são em geral distintamente notados os estudantes portugueses. Há dois anos dizia-me em Lausana o director da Escola Normal que eram conhecidos pela sua aplicação e pelo seu talento todos os operários portugueses pensionistas do Estado que ali se achavam em curso de aperfeiçoamento. Tinham rapidamente aprendido a falar alemão e francês. Um ou dois iam casar-se com mulheres suíças.

Não há muito que da escola de engenheiros de Berlim saía um português condecorado pelo imperador com a medalha destinada ao primeiro aluno do seu curso.

Tem-se a impressão de que os portugueses precisam de emigrar para desenvolverem todos os recursos da sua nativa e latente capacidade. Porquê? Porque na sua terra a casta dos políticos, *a mais vil de todas as castas*, como diz Paul Adam, predomina; absorve as energias nacionais, na mísera ambição e na reles intriga de partidos; revoluciona; revolve até os seus mais profundos alicerces o equilíbrio social; perturba e enxovalha a serenidade da aplicação e do trabalho; em nome de uma quimérica *igualdade* com que incendeia a brutalidade das multidões, decapita e destrói a influência ponderadora das *élites* e deturpa, avilta, emporcalha tudo, afogando num cataclismo de lama a dignidade de um país inteiro. Mas não é da pútrida infecção da política, é da sã resistência da raça que eu hoje me ocupo. Prossigamos.

XVI

A NOVA LISBOA

Seu aspecto — Seus habitantes — Operários — Carbonários — Funcionários públicos — Lojistas — Senadores e deputados — Os militares — Os janotas — As meninas elegantes — As esposas dos ministros — As transformações da cidade e do País — As pequenas pátrias — O meu gato e o de Rochefort — A minha casa e eu

Evian, 30 de Julho de 1913.

Em Lisboa, que saudosamente eu voltara a ver depois de dois anos de ausência, e onde acabo de passar quatro estirados meses, apáticos, aturdidos e mudos, transformou-se tudo durante os últimos dois a três anos.

A primeira vaga impressão que o contacto da rua produz no espírito dum recém-chegado é a de que há talvez na cidade mais gente do que dantes.

Encontro-me com um multidão espessa, mesclada, heterogénea e confusa, lembrando o excepcional movimento hebdomadário de uma populosa vila de província em dias de mercado.

Figura-se-me que na massa de transeuntes predominam operários não em traje de trabalho, de blusa e calças de bombazina, como nas cidades industriais e laboriosas, mas quase burguêsmente vestidos, de gravata La Valière e bengala de passeio. A sua expressão fisionómica nada tem de provocadora, nem de hostil, nem sequer de particularmente grosseira. Se foram algum dia arruaceiros, e espancadores de ofício, mudaram de modo de vida.

Os antigos carbonários, de cujas proezas tanto ouvi falar com geral pânico, conjecturo que desapareceram. É possível

também que, perante a vitória da causa popular, tendo ao presente no Governo a força que eles exerciam por traumatismo na rua, os carbonários houvessem porventura desmobilizado, ensarilhando os seus cavalos-marinhos ou depondo-os até nova chamada no bengaleiro do poder.

É o que mui aprazivelmente comunico aos viajantes transatlânticos que nos seus roteiros de viagem à Europa por algum tempo assinalaram Lisboa como um escolho temeroso a todos aqueles que não quisessem muito intimamente familiarizar-se com essa especial forma terapêutica da massagem denominada a sova.

É certo que, no decorrer do meu primeiro passeio pelas ruas mais concorridas e centrais, muitas vozes bradaram: *Olha o talassa! Cá está o talassa!* Admirado de que tanta gente me conhecesse e aclamasse, vim a saber mais tarde que tal apóstrofe era apenas o pregão de um novo jornal à venda.

Aos numerosos magotes dos operários em folga segue-se como elemento componente do pessoal lisbonense a legião considerável dos empregados públicos, dos deputados e dos senadores do novo regime. Todos estes cavalheiros patenteiam o ar regozijado e feliz de quem tem assegurado o seu talher de conviva à mesa redonda ou às pequenas mesas floridas do Orçamento Geral do Estado.

Dos seus olhos, do seu sorriso, de todos os poros da sua pele, reluzente e nédia, aflora a convicta afirmação daquele princípio que tão bem define a essência do regime democrático representativo e que um parlamentar ilustre tão profunda e tão concisamente formulou nesta síntese imortal: — Mudar de opinião mudarei eu, de voto nunca!

O sorriso dos lojistas, no Chiado e na Rua do Ouro, é um pouco mais hesitante e amarelecido. Tal sorriso, se bem o interpreto, quer pouco mais ou menos dizer: — O meu belo sortido aí está! As minhas letras de câmbio estão lá dentro em caixa. Que me comprem o sortido e me não protestem as letras, eis o meu entusiástico voto como patriota e como republicano. Festas, muitas festas, é — a meu ver — do que o País precisa para fazer andar o comércio. Acendam as luminárias e toque a música!

Oficiais do exército velhos ou de meia-idade não sei se há. Não vi nenhum: apenas vi uns jovens oficiais, numerosos e lindos, lindos de indumentária guerreira e de garbo marcial.

Não sei se têm ou não um bom ministro da Guerra. É indubitável que têm um ótimo alfaiate. Põem, muito bem todos, ou quase todos, o seu elegante uniforme, o seu correcto calção Saumur e as suas perfeitas botas. Chantilly. Suspendem o fino e longo sabre, largamente empunhado, de alta esgrima, e entalam na órbita o monóculo regulamentar com uma graça militar e uma firmeza mavórtica que jamais vi excedida, nem na Alemanha, nem na Espanha, nem em Inglaterra, por nenhum dos mais primorosos e requintados figurinos de guerra.

São estes jovens e galantes filhos de Marte os únicos personagens que alguma honra fazem ao quase exausto mundanismo lisboeta.

Enquanto não houver guerras em África ou combates na fronteira contra invasores estrangeiros, desejo que a disciplina não obrigue nunca belos militares a baptizarem de sangue as suas espadas furando sordidamente ventres de compatriotas. Enquanto não se lhes ofereça oportunidade de conduzirem os seus esquadrões à glória pela defesa da sua pátria, melhor seria para eles, do que conduzir bisonhos recrutas à chacina fratricida inglória e iníqua, conduzir apenas à valsa, em elegantes *cotillons*, finas, esbeltas mulheres espirituosas, de patente superior, podendo ser, às da invejável Liga das Republicanas Portuguesas.

Há também alguns civis, e numerosos meninas chiques.

Os jovens janotas, de calças arregaçadas, chapéu de coco atirado para a nuca, bengala agarrada pelo meio, e pés curtos de bicos para dentro, sempre que não estão parados às esquinas, caminham rija e desenganadamente para a frente, parecendo quererem a cada passada carambolar com as duas bolas de bilhar que todos trazem metidas por dentro nas biqueiras dos seus sapatos americanos. Todos eles se penteiam (nenhum à Capoul como os do meu tempo) à moda nova, a quem em Montmartre chamam a *coiffure casquette*: risca ao meio, e todos os cabelos, escorridos e lustrosos, achatados a toda a redondeza do crânio. E isso lhes dá o ar interessantíssimo de outros tantos náufragos acabando de emergir das vagas e aguardando os acontecimentos filosoficamente do alto de uma rocha.

Estão vendo, meus senhores, o minudente escrúpulo absolutamente imparcial com que, à devida distância do mo-

delo para conveniente campo de visão, eu estou escrevendo, ainda nos detalhes aparentemente mais ínfimos, realmente os mais característicos, a fisionomia actual da terra a que mais quero, e por isso mesmo, talvez, aquela de que mais me queixo.

A moderna menina chique de Lisboa usa, como todas as parisienses de Paris, de Carpentras e de todo o resto do mundo, a saia *entravée* moldando-lhe às formas o mais cingidamente possível, o cabelo encrespado ao canto de cada olho, e o *réticule*, em forma de carteira oblonga, debaixo do braço esquerdo. *Allure* correspondente à moda. Vê-se que a lisboeta chique está sofrivelmente informada da maneira de andar, do dandinamento, do meneio, um tanto de *pas-de-l'ours* e um tanto de valsa de *apaches*, que os manequins de Paquin exibem com os vestidos de cada estação e comunicam como um segredo maçónico da elegância feminina à sua mais selecta clientela.

Ter o vestido do dia e não ter a adstrita *maneira* correlativa — *gaffe* medonha.

A lisboeta elegante tem o vestido e tem a *maneira* algum tanto retardatariamente talvez, o que não é de estranhar, por mais exigente que se queira ser, dada a inevitável diferença de latitude entre a Rue de la Paix e o Pote das Almas.

Assim não poderemos garantidamente afirmar que a elegância feminina de Lisboa, tal como a moderna Lisboa presentemente a compreende, seria precisamente a do último *rendez-vous* de Bagatelle ou de Longchamps. O que me parece que sem favoritismo se pode dizer é que a moda lisboeta em que essa elegância exclusivamente se estriba não está longe de ser a penúltima ou antepenúltima do *boulevard* Poissonière. O que já é um bem bonito chique para cá dos Pirinéus!

Mas, para chegar a este honroso resultado, que luta heroicamente nos lares recentemente enobrecidos e acatifados!

Esposas de ministros, esposas de diplomatas, esposas de deputados e de senadores e damas do paço... presidencial, em que roda-viva têm repentinamente de se mexer para arrostar vitoriosamente com todos os encargos sociais e todas as responsabilidades mundanas da alta posição que desde ontem ocupam perante a República, perante a Europa, perante o mundo todo, que nelas tem postos inquisitorial-

mente os olhos arregalados e atónitos! Ai de mim, muito custa a ser grande, sobretudo de repente!

Da República Francesa dissera desalentadamente Gambetta: «*Elle manque de femmes*». É forçoso que se não diga o mesmo da República Portuguesa, a qual, segundo Teófilo muito bem explicou aos críticos estrangeiros, é inquestionavelmente a primeira do orbe. Convém, pois, não recair mais naquele funesto equívoco das damas oficiais que, no fim do primeiro jantar diplomático a que assistiram, beberam, como cálice da amargura oficial, a taça de água morna com uma talhada de limão que criados insidiosos lhes puseram na frente para lavar os dedos.

Pobres simpáticas senhoras! Para elas toda a minha sincera simpatia e todo o meu affecto compadecido. Quantas delas, recolhidas ao leito conjugal, clandestinamente, no mistério imperscrutável da alcova, não farão à velha Providência dos regímenes retrógrados, hoje demissionária, a seguinte dolorosa pergunta: Deus do céu, por que destes vós a meu marido um laureado talento tão incomportavelmente enorme como o que tem, para meu desassossego e amargura nesta vida?

Em todos os demais pontos de vista, enquanto eu me mudara para Paris, a minha tão doce Lisboa mudou também, e muito mais e para muito mais longe do que eu.

Dentro de dois a três anos, tanto fisicamente como imoralmente, mudou tudo. Mudaram os nomes das ruas, das praças, dos jardins, dos teatros, dos periódicos. Mudou a moeda. Mudou a hora. Mudou o tipo, o programa e a denominação das escolas. Mudou a ortografia da língua. Mudaram os dicionários. Mudaram os compêndios escolares da história pátria. Mudaram os tribunais. Mudaram as repartições do Estado. Mudou a já remota noção do direito e da liberdade. Mudou a tropa. Mudou a bandeira. Mudaram as atribuições dos três poderes do Estado, o legislativo, o executivo e o moderador — passando o veto para a alçada do executivo, reduzindo-se o legislativo à missão oca e honorífica de um moinho em giro e sem grão, moendo-se a si mesmo, e houve por bem desaparecer da cena por inútil o caduco poder moderador. Mudou o nome, insufficientemente respeitoso, de *bombas de dinamite* para o nome oficial de *artilharia civil*, consignado nas etiquetas do novo Museu da Revolução. Por meio da profanação das igrejas, da secularização dos cemitérios,

da instituição das associações culturais e dos padres casados, de bigode e pêra, e com mulher e filhos, mudou para a prática dos nossos filhos a religião dos nossos pais. Mudou, enfim, no público a expressão das fisionomias, mudou a gente, mudou o próprio solo, porque o pavimento das ruas se revirou com o debaixo para cima. E até por último mudou o céu, o nosso apregoado *belo céu*, porque as autoridades competentes aboliram o infinito azul e mandaram apagar as estrelas.

Assim demudada até os seus mais profundos fundamentos, dá-me Lisboa a impressão da cidade mais estranha e, portanto, a mais esquiva e a mais hostil de quantas tenho visto no mundo. Como Ovídio, o poeta das *Metamorfoses* e dos *Tristes*, bem pudera eu, no seio da minha própria pátria, exclamar como ele no seu desterro da Mesia: — Sou aqui um bárbaro, porque me não entende ninguém!

Nessa Lisboa tão revoltantemente metamorfoseada eu tinha, porém, como inviolável tabernáculo, o recluso e modesto refúgio da mansarda que habito há cinquenta anos, tão longe da rua e tão perto da Via Láctea, alto ninho por sua obscuridade apropriado a encaixilhar a pacificante divisa de Descartes: «*Bene vivit qui bene latuit*».

Fui, portanto, para casa, onde tornei a ver o meu gato e meu companheiro com a mesma alegria épica como Ulisses, de regresso a Ítaca, viu de novo o seu cão, segundo Homero.

As odisseias não são precisamente a mesma espécie. A minha difere da de Ulisses enquanto à espécie dos animais domésticos no lar do peregrino.

Entendo dever esta menção da fidelidade caseira dos gatos à memória do gato de Rochefort, que há poucos dias se deixou morrer de pena pelo falecimento do seu dono.

Pobre velho Rochefort, meu tão acolhedor e simpático amigo! Eloquentes, sarcástico, romanesco espadachim, cavalheiroso e pródigo, ele foi o primeiro dos paladinos na Imprensa, ele foi o prestigioso Cyrano de Bergerac do jornalismo do seu tempo. Paris amara-o ilimitadamente e fizera-o um pontentado. «A uma palavra minha — dizia ele — faço sair à rua cem mil homens.» O seu jornal, o *Intransigeant*, rendeu-lhe por muito tempo 200 mil francos por ano. É este ídolo da França acabou os seus últimos dias trabalhando como um aprendiz, assediado pelo terror de vir a morrer de

fome! Só a afeição do seu gato se lhe conservou fiel até além da campa. Melancólico documento da instabilidade da glória na carreira das letras! Cruel testemunho da versatilidade dos homens e da fidelidade dos gatos!

Revertendo ainda ao meu caso, é certo que todos têm, além da grande pátria, a sua pátria pequena.

Para uns ela é a sua província natal, para outros a sua vila ou a sua aldeia; para alguns — e são esses talvez os que mais a amam — a terrinha querida e o solo em que se plantou o simples casal desagremiado e só no monte com o seu exíguo pinhal, a sua hortazinha toscamente ajardinada, mas onde medram repolhos e alfaces, cantam melros, zumbem abelhas e voejam borboletas por cima das sebes dos malmequeres e da alfazema. E, dominando a humilde herdade, envolto em musgo e coroado de abóboras, o casinhoto paterno, com o assento de pedra à porta debaixo do parreiral, e dentro, cheirando ao fumo do pinheiro bravo, do alecrim e da urze, a borralheira enegrecida com os seus dois bancos em que se sentavam os *velhos!*

Se todos têm pois a sua patriazinha especial dentro de um maior ou menor espaço sobre a terra, por que não há-de ter um por pátria pequena, e amá-la, a simples casa de renda que serena e longamente habitou e onde, se não plantou a árvore como queria Goethe, cumpriu pelo menos submissamente o resto do destino humano, criando o filho e escrevendo o livro em serviço da pátria grande?

Assim deliberei eu refugiar-me da Lisboa grande na minha Lisboa pequena — o que Faguet chamaria *emigrar para o interior* —, enclausurando-me e cortando todo o meu convívio com um agressivo mundo estranho que desconheço e que me não conhece.

«*Para andar comigo* — dizia Lope de Vega — *me bastan mis pensamientos.*» De mim mesmo julguei eu poder dizer outro tanto. Grande ilusão minha, ilusão de Lope de Vega, ilusão de nós ambos, ilusão de muita gente! Não. Os meus últimos meses de solidão em Lisboa acabam de demonstrar-me que é Spinosa afinal que tem razão. Há um determinismo mental de que ninguém se liberta. Ninguém tem pensamentos exclusivamente próprios. Ninguém pensa o que quer. Muita vez nem sequer se consegue querer aquilo que mais se deseja querer. A mesma volição, tão frequentemente em conflito

com a vontade, é em nosso espírito um facto condicionado com o raciocínio. São as condições exteriores do ambiente que por intermédio dos sentidos nos governam a inteligência e daí o aforismo «*Nihil in intellectu quod non erat in sensu*». A sociabilidade e a convivência são elementos de conduta mental essenciais ao homem.

Demais toda a perturbação da rua tem a sua repercussão no interior do lar. Na minha casa de Lisboa, por exemplo, a revolução imprimiu, como em tudo mais, a sua pegada esterilizadora e destrutiva.

A minha cozinheira, depositária na família dos segredos tradicionais da nossa culinária doméstica, despediu-se para casar com um carbonário.

Defronte das minhas janelas, no Conservatório dramático, a República está construindo um novo teatro cuja criação irresistivelmente se impunha aos desvelados reformadores da nossa capital, desde que o antigo teatro do mesmo Conservatório não era senão tão grande como o do Conservatório de Paris, e que os demais teatros de Lisboa se acham mais do que nunca às moscas, e se encontra fechado o de S. Carlos por falta de companhia na cena e, ainda mais sensivelmente, por falta de companhia na sala.

Uma larga empena da obra desfalca-me de uma considerável parte da vista que eu tinha sobre o Tejo.

O rebuliço dos materiais cobre incessantemente de poeira os meus livros e os meus papéis, e, conquanto, felizmente, os operários por falta de numerário para o pagamento integral da fêria semanal, não trabalhem senão alternadamente três ou quatro dias por semana, o barulho estonteador da carpintaria amotina tudo. Duas cantoras toutinegras, que todos os anos vinham regularmente veraneiar nas laranjeiras do jardim silencioso do antigo convento, fugiram espavoridas para regiões mais propícias à construção dos ninhos, bem como ao labor das letras.

Em tal conjuntura não recorri como Lope de Vega à companhia dos meus pensamentos, porque cessei de pensar; e, tendo por mais indicado consultar um médico, fui ter com o Doutor Moreira, meu amigo e meu assistente na única enfermidade que durante a minha vida lhe dei o incómodo de ter há quinze anos. O doutor, depois de medir a minha tensão arterial e de se inteirar dos diversos sintomas da minha psi-

castenia, mandou-me sair desde logo de Lisboa e ir fazer uma cura de espírito na oxigenada serenidade da floresta do Tirol ou junto da comunicativa mansidão dos lagos na Itália ou na Suíça.

Eis aí toda a história, prolixa e fastidiosa, da minha vinda para Evian, à beira do lago Léman e na vizinhança do Monte Branco, de Chamonix e do Grande S. Bernardo, procurando aprender humildemente, na passageira mudança de ares e na suprema e inquebrantável beleza das coisas, a suportar mais docemente os homens ou a viver sem eles. Até amanhã.

XVII

EL-REI D. CARLOS

A data de 1 de Fevereiro de 1908, que este jornal piedosamente comemora, é a mais negra de toda a nossa história. Sabe-se que o duplo regicídio de D. Carlos e do príncipe real seu filho não foi a obra individual de um facínora, de um niilista ou de um doido. Foi a tremenda execução de uma sentença friamente lavrada por um conluio revolucionário.

Alguns indivíduos aparentemente normais, serenos, senhores de si, tendo talvez um lar, tendo uma família, gozando amplamente a saúde, a liberdade, a alegria de viver, reunem-se em tertúlia política e por uma dissidência de partido resolvem por unanimidade matar um homem e uma criança.

O rei D. Carlos poderia ter fraquezas como toda a criatura humana, mas não tinha crimes, e tinha os mais altos dons do coração e de espírito que enobrecem a humanidade. Tinha a honradez, tinha a indulgência, tinha o bom humor, tinha a benignidade, tinha o talento, tinha a coragem, e, como emanação dessas qualidades juntas, tinha e exercia sobre todos aqueles que o conheceram e trataram em Portugal e nas cortes estrangeiras essa espécie de sortilégio a que se chama prestígio.

Amava a sua terra como rei, e amava-a talvez mais ternamente ainda como paisagista, como proprietário rural, como lavrador, como caçador, como excursionista.

Curioso bibliófilo, falando com correção e virtuosismo cinco línguas, formara nos seus aposentos, nas Necessidades, perto do seu *atelier* de pintura, uma copiosa biblioteca abrangendo toda a erudição moderna, além dos milhares de volumes da colecção de seu pai e de seu tio D. Pedro V, que

adquiriu do seu bolso no inventário do rei D. Luís e depositou para uso dos estudiosos na real biblioteca do Paço da Ajuda.

Na aludida livraria particular das Necessidades coligira ainda grande número de incunábulo, de manuscritos preciosos e de livros raros portugueses.

Pela sua índole, pelo seu temperamento, pelos atavismos da sua cerebração, esse alentado homem louro, de aspecto físico tão acentuadamente saxónico, era psicologicamente o português mais genuinamente português que jamais conheci. A sua linguagem familiar na convivência dos seus íntimos era pitorescamente esmaltada de todos os modismos regionais, de todos os anexins e de todos os prólóquios e estribilhos populares do seu tempo.

Sem embargo da polidez do seu trato e da elegância das suas maneiras, ele foi sempre, pela molecular predilecção dos seus gostos, mais um simples e chão lavrador alentejano do que um homem de corte. Uma vez jubilosamente liberto da etiqueta palaciana, e só nas suas herdades, nunca mais se vestia senão como os seus abegões e os seus maiorais, de jaleca curta e camisa grossa sem goma e sem gravata. Não montava mais senão cavalos campinos afeitos a saltar valados e arreados de almatriza e estribos de madeira com manta alentejana afivelada ao arção. Da sua culinária rural eram então rigorosamente banidos os *memus* franceses do paço, substituídos pelos da rústica e tradicional cozinha popular da região.

Conhecia-o de muito novo, não como áulico ou cortesão, que nunca fui, mas como amigo particular do seu avô paterno.

Com a maior parte dos *Vencidos da Vida*, dos quais ele folgava de se dizer *confrade suplente*, frequentei a sua casa de príncipe no paço de Belém e na Quinta do Relógio em Sintra, onde a princesa mesma decorava as suas salas com festões de hortênsias azuis e brancas, e fazia servir aos seus convivas um *cup* de sua invenção composto de vinho tinto do Dão com água e açúcar e rodela de pêssegos célebres de Alcobaca. Não se poderia ver lar mais simples, mais risonho e de mais íntimo encanto. Era o seu ano de noivado. A princesa, quase uma jovem educanda, estudava com ardor a língua da sua nova pátria e dançava as suas primeiras valsas.

Para festejar os noivos a duquesa de Palmela deu então na

sua bela vivenda de Sintra o mais lindo baile. Da porta da casa até à grade do parque iluminado à veneziana, sob um toldo de seda às listas azuis e brancas, estendia-se um tapete em que faziam alas, empunhando candelabros, os criados da casa Palmela, em grande libré, agaloados de ouro, calção curto de veludo verde, luvas brancas e cabelo empoado. Deu sinal da entrada dos príncipes no parque uma orquestra aérea de violinos empoleirados na copa do arvoredo.

Nesse baile uma contradança de lanceiros foi caprichosamente improvisada num quadro de dancistas de que eu fazia parte, cabendo-me a honra de ter por par a distinta e elegante esposa do meu amigo e ilustre arqueólogo Anselmo Braamcamp Freire, então par do reino, hoje, segundo me dizem, presidente do Senado.

No fim dessa incoerente contradança ouvimos todos dizer a princesa à dona da casa: — *Oh! ma foi, je m'amuse comme une petite folle!*

Das três ilustres senhoras a que me refiro uma morreu, fenecendo com ela a mais fina, a mais delicada, a mais preciosa flor da antiga elegância e da antiga nobreza de Portugal. A segunda é hoje uma rainha viúva no exílio. A terceira, transplantada para uma sociedade nova bem diferente daquela em que nasceu e em que viveu os mais floridos anos de sua juventude, nunca mais — estou certo disso —, nem pela caricatural violência dos contrastes, tornará, como a princesa, a divertir-se tanto como nesse esvaído sonho de Verão, sob o luar de Sintra.

Sunt lacrymae rerum.

A esses dias tão desanuviados e tão serenamente felizes seguiram-se os anos pouco risonhos de um reinado malfadado.

Não quero nesta efêmera página exclusivamente consagrada a saudosas recordações tocar por mais levemente que seja no conflito político. Fujo de aprofundar antigas feridas destinadas talvez a não se fecharem nunca. Cumpro modestamente apenas um dever de honra e de fidelidade depondo como testemunha de defesa no processo histórico do mais caluniado e todavia do mais afectivo, do mais indulgente, do mais bondoso dos homens. Alguma vez, porventura, desdenhoso ou altivo com os poderosos e os soberbos, ele foi sempre e invariavelmente da mais terna, da mais carinhosa, da mais cristã afabilidade para com todos os humildes.

Do rei que ele foi me permito consignar apenas que monstruosamente o assassinaram no preciso momento culminante em que, perante o abjecto rebaixamento dos costumes políticos do seu tempo, ele empreendia como chefe do Estado a mais profunda, a mais decisiva obra de remodelação administrativa, de renovação moral e de saneamento público de que jamais fora objecto, desde a sua origem até então, o corrompido e viciado regime constitucional.

Lucidamente cõscio de que nesse aventureiro lance arriscava talvez a coroa e a vida, ele não vacilou um instante e, encarando a morte, caminhou firme e resolutamente para ela, amortalhado, como os heróis e os mártires, na resplandecente convicção do dever cumprido.,

Em torno do pavoroso atentado do 1.º de Fevereiro houve na Imprensa e nas assembleias parlamentares um silêncio sinistro. Dor, espanto ou desdém? Di-lo-á mais tarde a justiça da posteridade, a qual, longínquo mas incorruptível eco na terra da justiça de Deus, um dia designará a cada um o lugar que lhe cabe na perpetração e na cumplicidade deste crime.

A mim, que na Câmara dos Pares do reino ouvi uma única voz clamar justiça para o regicídio, a altiva, a intermerata, a quase espectral figura do nobre conde de Arnoso, descarnado, pálido, rapidamente envelhecido, atingido já do mal de viver a que pouco depois tinha de sucumbir, pareceu-me ser então a única figura viva e em pé no meio duma sociedade morta.

Escrevo de Paris estas melancólicas linhas a 21 de Janeiro de 1913, dia aniversário da morte de Luís XVI sobre o cada-falso da Place de la Révolution. Numerosas e profundas analogias ligam um ao outro os ensanguentados destinos dos dois soberanos. De Luís XVI nos deixou um poeta francês esta breve síntese, que em nossa história, por enquanto imperfeita, poderá ser um dia o epitáfio de D. Carlos: *Teria sabido inteiramente reinar se houvesse sabido punir.*

XVIII

CARTA DE UM VELHO A UM NOVO

Meu jovem camarada e amigo: — Pede-me V. um artigo para o seu jornal *A Restauração*. Esse pedido eu o agradeço e me apresso a satisfazê-lo porque o considero um testemunho de solidariedade e de simpatia prestado pela sua valorosa e combativa geração, que é a geração dos meus netos, à encarrecida e aposentada geração a que eu pertença.

A orientação mental da mocidade contemporânea comparada à orientação dos rapazes do meu tempo estabelece entre as nossas respectivas cerebrações uma diferença de nível que desloca o eixo do respeito na sociedade em que vivemos obrigando a *élite* dos velhos a inclinar-se rendidamente perante a *élite* dos novos.

Em face da batalha de sentimentos e de ideias no conflito português dos nossos dias entendo que à ala dos veteranos cabe o dever marcial de apresentar as suas antigas armas a essa nova ala de namorados, que se não batem já pelo precível prestígio da sua dama mas pela beleza imortal da sua convicção, e batem-se não em combate fortuito, de torneio de gala, mas em pugnas regulares e sucessivas em que quotidianamente arriscam os seus interesses, a sua liberdade e a sua vida os redactores dos modernos jornais monárquicos e os de publicações periódicas de tão considerável importância filosófica e educativa como a *Lusitânia*, a *Nação Portuguesa*, *Aqui d'El-Rei*, os *Cadernos de Mariotte*, a *Alma Portuguesa*, a *Crónica Política*, a *Entrevista*, etc.

A incontestável superioridade dessa pléiade estudiosa consiste em ter admiravelmente pressentido a necessidade culminante da reeducação integral do povo português.

Combater apenas o analfabetismo do povo por meio de

escolas primárias e de escolas infantis sem religião e sem Deus, não é salvar uma civilização, é derruí-la pela base por meio do pedantismo da incompetência, da materialização dos sentimentos e do envenenamento das ideias. Quem ignora hoje que foi a perseguição religiosa e o domínio mental da escola laica o que retalhou e fraccionou em França a alma da nação? Quem é que nesse tão amado, tão generoso e tão atribulado país não está vendo hoje objectivar-se praticamente o profético aforismo de Le Bon: «É sobretudo depois de destruídos os deuses que se reconhece a utilidade deles!»

Quanto é comovente e elucidativo comparar as nossas modernas instituições com o quadro da evolução da terceira República Francesa ainda há pouco delineado por Paulo Bourget, o eminente pensador de quem disse Anatole France: «Ele é o mais filósofo de todos nós».

«Como não cotejar — escrevia muito recentemente Bourget — o programa da terceira República, idealizado por tantos patriotas sinceros, com o quadro da nossa presente decadência! Um parlamento tão impotente como desonrado; costumes públicos dia a dia mais degradados; a perseguição religiosa alternativamente a mais brutal e a mais hipócrita; um corpo de mestres envenenando as gerações novas, essa reserva viva do futuro, por meio de um ensino de demissão colectiva e de nefasta utopia; o exército sistematicamente corrompido pela política, humilhado em trabalhos de baixa política, enfraquecido pelo sobrelanço eleitoral, a ponto de que os chefes mais respeitadas desaparecem para não serem cúmplices de um atentado contínuo contra a defesa nacional; a guerra social incessantemente prestes a rebentar em episódios sangrentos; a anarquia moral precedendo e anunciando a anarquia civil e administrativa, cujos pródromos são sensíveis por toda a parte... Enfim, para que prolongar este paralelo entre a República tal como ela funciona, como não poderia deixar de funcionar, e a República tal como a sonharam os melhores dos nossos antepassados?»

Em Portugal somos hoje um povo medonhamente deseducado pela inepta pedagogia que nos intoxica desde o princípio do século XIX até os nossos dias.

O Marquês de Pombal teve a previsão desta crise quando por ocasião da expulsão dos jesuítas ele procurou explicar que o aniquilamento da Companhia de Jesus não decapitaria

a educação nacional porque os eruditos padres da Congregação do Oratório vantajosamente substituiriam, como educadores os jesuítas expulsos.

Com a influência intelectual dos oratorianos, introdutores do espírito criticante de Port Royal na renovação da mentalidade portuguesa, condisse realmente o advento de um dos mais brilhantes períodos da nossa erudição.

Vieram, porém, mais tarde os revolucionários liberais de 34, os quais condenaram, espoliaram e baniram os padres da Congregação do Oratório como Pombal espoliara e banira os padres da Companhia de Jesus.

A obra liberal de 1834 — convém nunca o perder de vista — foi inteiramente semelhanté à obra republicana de 1910. Nos homens dessas duas invasões é idêntico o espírito de violência, de anarquismo e de extorsão. Dá-se todavia entre uns e outros uma considerável diferença de capacidade.

Os de 34, de que faziam parte Herculano, Garrett e Castilho, eram espíritos oriundos da Academia da História, da livraria das Necessidades e do colégio de S. Roque.

Tinham tido por mestres ou por companheiros de estudo homens tais como António Caetano de Sousa, o autor da *História Genealógica*; Barbosa Machado, o autor da *Biblioteca Lusitana*; Bluteau e os colaboradores do seu Vocabulário; Santa Rosa de Viterbo, o autor do *Elucidário*; João Pedro Ribeiro, o admirável erudito iniciador dos altos estudos da nossa história e percursor de Herculano; António Caetano do Amaral, o infatigável investigador da *História da Lusitânia*; D. Frei Caetano Brandão, seguramente o mais elevado espírito e a mais formosa alma que deitou o século XVIII em Portugal; o padre Cenáculo, o mais prodigioso sementeiro de bibliotecas; o padre António Pereira de Figueiredo, o autor do famoso *Método de Estudar*; Félix de Avelar Brotero, o insigne naturalista; o polígrafo abade Correia da Serra, e outros que não menciono porque teria de reproduzir um copioso catálogo se quisesse dar mais completa ideia do que foi a cultura portuguesa nessa fase da nossa evolução literária.

Os novos revolucionários de 1910, com excepção honrosa dos que não sabem ler, não tiveram por decuriões senão os seus predecessores revolucionários liberais de 34. E daí para trás — o que quer dizer daí para cima — nunca abriram um

livro com medo da infecção clerical, porque todos eles acreditam com fetichístico ardor que o *clericalismo e o inimigo*, segundo a fórmula célebre com que o príncipe de Bismarck conseguiu suggestionar Gambetta para a irremediável desmembração moral da França.

Tal a razão por que os raros homens de letras que a nossa República conseguiu mobilizar dia a dia se desagregam da hoste refugiando-se no anacoretismo filosófico, enojados da crassa ignorância dos sarrafaçais a que o regime os emparelhou. Como Nietzsche, perante a grosseira petulância da Alemanha depois da hegemonia que lhe conferiu a vitória de 1870, os desiludidos da República Portuguesa apeteçam, como requeria Nietzsche, que se criem novos ermitérios onde os homens que pensam se enclausurem e se separem para todo sempre dos homens que governam.

Atolados há mais de um século no mais funesto dos ilogismos políticos, esquecemo-nos de que a unidade nacional, a harmonia, a paz, a felicidade e a força de um povo não têm por base senão o rigoroso e exacto cumprimento colectivo dos deveres do cidadão perante a inviolabilidade sagrada da família, que é a célula da sociedade; perante o culto da religião, que é a alma ancestral da comunidade, e perante o culto da bandeira, que é o símbolo da honra e da integridade da Pátria. Em pleno século xx, muito depois de inteiramente refutada pela moderna crítica histórica a supersticiosa lenda da Revolução Francesa, revulocionámo-nos nós para o fim de abolir todos esses velhos deveres e de adoptar como um evangelho novo a estafada, ensanguentada e enlameada *Declaração dos Direitos do Homem*, como se à frágil e efémera criatura humana fosse lícito invocar qualquer espécie de direitos perante as leis inexoráveis e eternas que implacavelmente regem toda a ordem universal! E para o fim de pormos em plena evidência essa ilusão retórica aclamamos uma sexta República nova dezenas de anos depois de sucessivamente abolidas as outras cinco a cuja existência deu origem o extinto prestígio da Revolução, e das quais nem sequer já sobrevivem os nomes. Quem se lembra hoje do que foram a Batávica, a Cisalpina, a Ligúrica ou a Partenopeia?

Quebramos estouvadamente o fio da nossa missão histórica. Desmoralizamo-nos, enxovalhamo-nos, desapareguesamo-nos.

Pelos processos improvisados e caóticos em que vivemos sucessivamente nos desenraizamos do torrão paterno, desandando e retrocedendo da ordem ascendente e lógica de toda a evolução social, principiando por substituir o interesse da Pátria pelo interesse do partido, depois o interesse do partido pelo interesse do grupo e por fim o interesse do grupo pelo interesse individual de cada um. É a marcha da dissolução, marcha rapidíssima para o aniquilamento, porque é inteiramente aplicável à vida social a lei biológica de que toda a decomposição orgânica dá origem a seres parasitários cuja função é acelerar e completar a decomposição.

Escrevo estas linhas em face da mais pavorosa onda de sangue e de lágrimas que parece encapelar-se das profundezas do desconhecido para subverter o mundo. Perante um tão descomunal conflito de violência e de força parece-me indubitável que o desfecho da actual conflagração europeia não poderá ser senão a refutação absoluta do dogma democrático da liberdade, da igualdade e da fraternidade humana. A lição final da guerra será na humanidade assim como o é na natureza o simples triunfo implacável do que pode mais sobre o que pode menos.

Não nos precipitemos a amaldiçoar a brutalidade de um tal destino enquanto não reflectirmos no que é realmente a força e de que natureza são os tão complexos elementos integrados nesse fenómeno global.

De quantos vícios e de quantas farroncas se compõe uma fraqueza? De quantas virtudes ignoradas e recônditas se constitui uma força humana?

Bem exíguo, bem frágil, bem desacompanhado do mundo era o pequeno Portugal que no espaço de cem anos, entre o século xv e o século xvi, se assenhoreou no globo de um império territorial e marítimo consideravelmente superior àquele a que aspira a hegemonia germânica dos nossos dias.

À ponta da espada Portugal submeteu nada menos de trinta e três reinos, a que ditou a lei e que tornou tributários do seu soberano; dilatou o domínio português às mais vastas regiões da Ásia e da América, deixando ainda aos seus missionários e aos seus portadores de civilização através do mundo o tempo e a serenidade precisa para concomitantemente escreverem doze gramáticas e dezassete dicionários de línguas orientais até então desconhecidas, além de muitas

dezenas de obras diversas, por meio das quais, antes de mais ninguém ele ensinou à Europa a geografia física e a geografia política do Oriente e da África.

Porquê? Porque pelas virtudes guerreiras dos seus navegadores e dos seus soldados, pelo saber dos seus letrados e dos seus monges, pela disciplina do seu povo, pelo exemplo dos seus reis no campo de batalha, a Portugal coube então o privilégio desse direito que tanto nos confrange quando exercido pelos outros — o direito da força.

Defenda-nos Deus por sua misericórdia da hora de perigo nacional em que tenhamos de perguntar onde estão os descendentes e os representantes dos antigos homens de Ourique, de Aljubarrota, de Ceuta e de Diu.

Bem sei que nesse transe o actual chefe do Estado será bastante competente para desembainhar a sua espada de guerra e de justiça, abotoar a sua sobrecasaca de comparecer e proclamar às tropas que, através da batalha, no caminho do dever e da honra elas sigam os oito reflexos do seu mavórcio e reluzente chapéu alto.

Presumo que S. Ex.^a é tão idoso como eu. Creio porém que esta circunstância em nada alterará o belo gesto patriótico que confiadamente espero do seu valor. Quando a Pátria chame às armas os seus filhos, que importa a idade! Não são os mais ou menos breves dias que cada um tem para existir o que Pátria nos requer, é simplesmente a vida, a vida do indivíduo, que é da raça e da nação que o criou, assim como a seiva da árvore é da terra em que vive.

De cabelos brancos — ruços, como diz Azurara — eram todos os chefes militares da expedição de Ceuta. No Conselho que D. João I reuniu em Torres Vedras para expor o seu plano de conquista, João Gomes da Silva notando que todas as cabeças eram brancas, exclamou: *Quando eu, Senhor, não sei al que diga senão — ruços alem!* O que equivalia a dizer: *Avante os velhos!*

E foi com esse entusiástico grito de guerra que se levantou o Conselho.

Mais tarde, quando no Porto o infante D. Henrique recebia os contingentes da expedição, os batalhões dos besteiros com os seus anadéis, as levas dos concelhos e as mesnadas dos fidalgos, apresentou-se-lhe, à frente dos seus homens, o meu conterrâneo Aires Gonçalves de Figueiredo, que então

contava noventa anos de idade, e vestia as armas de ponto em branco, lança em punho, cota resplandescente ao sol, pluma do elmo ondulando ao vento.

Notando o Infante a desproporção entre o cansaço dos seus dias e o esforço do seu ânimo, Aires Gonçalves respondeu:

— Sei bem que estou mais para morrer que para batalhar, mas fui companheiro de armas de El-Rei vosso pai e as exéquias que para mim mais desejo são as de ter acabado combatendo ao seu lado.

Assim se passavam as coisas no tempo em que havia reis e vassallos, ricos-homens, cavaleiros, peões e besteiros, prelados e monges, mosteiros e solares, estradas com cruzeiros e igrejas com santos.

Não calculo bem como em análoga contingência as coisas passariam hoje ou como passarão amanhã sob a égide de um governo aperfeiçoado, em companhia dos seus senadores, dos seus deputados, dos seus ministros, dos seus livres-pensadores, dos seus pedreiros-livres e da sua *formiga branca*.

E com esta incerteza me recolho ao meu buraco — *in angello cum libello*. Adeus, meu amigo. Lembre-me afectuosamente a todos os seus esforçados companheiros de luta e a todos comunique o estreito e comovido abraço que lhe envia o seu dedicado confrade.

Cascais, 7 de Setembro de 1914.

APÊNDICE

REI D. CARLOS, «O MARTIRIZADO»

*Les morts que l'on fait saigner dans leur tombe
Se vengent toujours.*

PAUL VERLAINE.

O Rei — Política portuguesa durante o seu reinado — Deterioração do sistema parlamentar — Contaminação social — A corrente das ideias — A ditadura — João Franco e Turgot — Luís XVI e o Rei D. Carlos — O homem — Seu lugar na ciência e na arte portuguesa — Seu carácter — Seu talento — Sua convicção — Seu fim

«Tenho grandes imperfeições como homem e como rei. Os meus defeitos procedem de duas causas: a primeira, a hereditariedade na gestação do meu ser; a segunda, a influência do meio em que nasci e me criei. Considero como primeiro dos meus deveres de pai eliminar ou, quando menos, restringir, por meio da educação mais atenta e escrupulosa, no temperamento, no carácter e na inteligência dos meus filhos, a intervenção dos elementos que actuaram na minha tão imperfeita compleição.»

Estas austeras palavras, que poderiam ser lema de todos os que têm a missão de criar homens e de educar nações, são do rei D. Carlos, por ele dirigidas a Mouzinho de Albuquerque no dia em que na cidadela de Cascais, o nomeou aio do príncipe que hoje repousa com ele na imobilidade eterna.

Mouzinho preparava a esse tempo a história que projectava escrever de seu glorioso avô. Eu fornecera-lhe da Biblioteca Real da Ajuda e da minha exígua coleção particular várias obras, que depois da morte dele pela sua viúva me foram restituídas. Repetidas comunicações de estudo sobre a história do nosso tempo haviam estabelecido entre nós íntimas relações de espírito que me autorizam a afirmar que são absolutamente verídicas, se porventura não são textualmente

autênticas, as palavras que reproduzo como esquema da biografia do finado rei, por ele mesmo delineada em dois traços: influências herdadas, influências adquiridas. Tais serão os dois capítulos que a História terá de preencher antes de evocar a revelada figura daquele que, vítima do inflexível dever, morto no seu posto de honra, hoje entra na posteridade pelo pórtico do martírio.

É muito avançada a minha idade, e são muito recentes os factos sobre que terá de elaborar-se a história do reinado findo, para que jamais possa eu fazê-la documentalmente.

Ai dos velhos que, violando as leis providenciais que regulam o equilíbrio e a evolução do sentimento humano, se arrojam a tomar parte no conflito das opiniões militantes! A missão dos da minha idade é guardar a torre ebúrnea, onde das pelejas e dos naufrágios da vida se recolhem os dispersos elementos de serenidade, de poesia e de beleza que são o património ideal do homem e a dignificação da vida.

Oiço, porém, e leio nas gazetas, que, a seguir ao acto canibalesco de serem espingardeados como feras à esquina de uma rua de Lisboa o rei D. Carlos I e o rei (por alguns momentos) seu filho D. Luís II, se acha regulado, por acordo comum das opiniões, um salutar regime de «acalmção geral.» Creio — se ainda bem compreendo a língua dos periódicos — que sinceramente se trata de rejeitar todos os ódios e de acolher todas as simpatias. Esta consideração me anima, sem receio de melindrar os que me são indiferentes, a consagrar estas linhas unicamente àqueles que estimo. — *«On ne doit écrire que de ce qu'on aime»* — diz um dos mestres do meu espírito.

Era, até há cerca de dois anos, voz corrente, expressão, ao que parece, de um convencimento geral, que a política portuguesa desgarrara do seu rumo.

O acordo de dois partidos, revezando-se sucessivamente no poder, dizendo-se um liberal e outro conservador, segundo o regime inglês, falhara inteiramente na sua reiterada aplicação prática.

O jogo permanente dessa rotatividade representativa, com vinte anos de funcionamento automático, desgastara todas as engrenagens, boleara todos os ângulos, puíra todas as arestas, safara todos os cunhos que caracterizavam o sistema. Quem eram os liberais que pela contribuição de novas

ideias se propunham acelerar a energia-propulsora do parlamentarismo no sentido do mais rápido progresso? Quem eram os conservadores incumbidos de coordenar a marcha e de manobrar os travões do maquinismo?... Ninguém o saberia dizer, porque nenhum dos dois partidos a si mesmo se distinguia do outro, a não ser pelo nome do respectivo chefe, politicamente diferenciado, quando muito, pela ênfase pessoal de mandar para a mesa o orçamento ou de pedir o copo de água aos contínuos.

Um facto sumamente grave preocupava, no entanto, a atenção dos que isoladamente contemplavam a integral concatenação dos acontecimentos. Esse facto era a decomposição da sociedade, lentamente, surdamente, progressivamente contaminada pela mansa e sinuosa corrupção política. Quantos sintomas inquietantes! a indisciplina geral, o progressivo rebaixamento dos caracteres, a desqualificação do mérito, o descomedimento das ambições, o espírito de insubordinação, a decadência mental da Imprensa, a pusilanimidade da opinião, o rareamento dos homens modulares, o abastardamento das letras, a anarquia da arte, o desgosto do trabalho, a irreligião, e, finalmente, a pavorosa inconsciência do povo.

Contra esta ordem de coisas, a que se chamou o «progresso da decadência», era unânime a opinião do público, incluindo a dos mais íntimos amigos do rei, que o acusavam de indolentemente se abandonar ao «não-me-importismo» constitucional, dando-lhe como exemplo e estímulo a voluntariosa intervenção nos negócios públicos de seu prestigioso tio, D. Pedro V. A teoria do «engrandecimento do poder real», enunciada por alguns intelectuais do grupo a que pertencia Oliveira Martins, o que era, no íntimo da sua palpável inconstitucionalidade, senão um desenvolvimento da convicção de todos os espíritos independentes acerca da estéril e perigosa passividade do poder moderador? O erro da neutralidade monárquica perante o escândalo da administração pública corrigia-se coerentemente com a rectificação atrevida de uma fórmula consagrada: «O rei reina e tem obrigação de governar».

Cumprе consignar ainda, em complemento da história dos últimos vinte anos, a que tão resumidamente me refiro, que nunca o supremo e dominante facho da ciência se ergueu tão alto e alumiu tão longe.

A síntese sociológica acompanhara em sua luminosa órbita a ascensão maravilhosa da síntese orgânica.

A crítica histórica exercera-se particularmente na correcção de numerosas teorizações deduzidas de uma errada observação de fenómenos. Assim, por exemplo, a da Revolução Francesa, de que nitidamente se separou a parte declamativa, a parte lendária e a parte filosófica.

A Revolução foi a ablação formidável da gangrena que devorava o velho mundo, mas não passou de uma tentativa malograda como reconstituição social do mundo moderno.

A Declaração dos Direitos do Homem — uma utopia. A liberdade como alicerce fundamental de qualquer espécie de governo — um equívoco grosseiro e funesto. Só o princípio da autoridade técnica, culta, esclarecida e honesta prevalece e dirige. Os povos modernos não se governam por anacrónicas constituições e por importunos códigos. Não se contentam com palavras. Governam-se por interesses. Integrar os interesses económicos com os interesses morais e com os interesses estéticos, e pôr quanto possível de acordo o interesse de cada um com o interesse de todos, eis a missão da política.

Estudou-se clinicamente a psicologia dos parlamentos e Nordau demonstrou com exactidão algébrica que o resultado de votos nunca pode representar senão uma opinião de médiocres. O sufrágio é a indirecta exclusão da superioridade. Por isso, a tendência da sociologia moderna é para combater a tirania dos parlamentos, estabelecendo tribunais supremos encarregados de manter a lei fundamental, alargando os régimes provinciais e conferindo aos municípios a faculdade do referendo.

Fez-se ainda o processo histórico das ditaduras, resultando que as há de várias espécies. Há ditaduras «funestas» como a de Robespierre. Há ditaduras «reparadoras» como a de Turgot. Há ditaduras «fatais» como a que Rousseau no *Contrato Social* prevê como desenlace impreterível de toda a democracia absoluta. A ditadura tanto pode, pois, ser um mal como ser um bem, segundo as circunstâncias que a determinam e as condições em que ela se exerce.

Devo dizer ainda que, durante o período histórico a que me estou referindo, se fundou nas mais poderosas nações da Europa, na Inglaterra e na Alemanha a nova doutrina polí-

tica do «Imperialismo», um de cujos traços mais característicos é subordinar à interferência directa da opinião pública a fiscalização das assembleias representativas.

Tal é — creio — sobre a base dos factos, a perspectiva de ideias em que se produz o último ministério do rei D. Carlos e se destaca a figura do ditador João Franco.

«É um selvagem, desajeitado para as cortesias palacianas, sem brilho pessoal que desperte emulações ou invejas. Não quer nada para si. É um trabalhador terrível. O rei aperta-lhe a mão. Adopta incondicionalmente o seu plano de governo. Promete-lhe ter coragem. Ambos se enternecem. Quanto à sua política, propriamente dita, quem a saberá? Quem ousará dizer o que ele faria se durasse? O seu ministério foi evidentemente um prefácio. O seu defeito é um ardor descomunal e selvático. Foi um tirano, um déspota, quase um rei. O seu trabalho, a sua rigidez impôs-se de tal modo ao rei e aos ministros que teve carta branca para fazer o que quis. Quis fazer em três anos toda a sua revolução e tentou realizá-la demasiadamente à pressa: reformas económicas, reformas políticas, reformas municipais, refundição da Instrução Pública, severo regime de contabilidade, supressão de adiantamentos e de antecipações orçamentais, todas as portas do favoritismo do Estado implacavelmente cerradas não só à influência dos políticos mas até ao prestígio das senhoras. Para curar as chagas sociais ele principia por as pôr à vista; descaroamento contra o qual os feridos oportunamente invocam a sensibilidade das almas delicadas e compadecidas. Ousa levantar a vista para a organização e para o regime tributário da Casa Real. Foram tais os gritos que não se prosseguiu. O Parlamento, intratável, resistindo às reformas mais úteis, deu-lhe o primeiro golpe. Então se constituiu a liga geral dos seus inimigos e se fechou em torno dele o círculo do ódio. Fizeram-se todas as pressões sobre o ânimo do rei. Era forçoso enforçar o déspota. Tudo o hostiliza. São todos toureadores, ele só o touro. Um amigo diz-lhe: Serenidade, prudência! Não é o amor do bem público que tu tens, é a raiva. (Impulsividade, vesânia, epilepsia.) Ele respondia: — «Durarei pouco». — É manifesto que ninguém está contente, nem sequer o próprio rei, que se mostra apreensivo e sombrio. Ele queria sobretudo ser amado. Ao amor do seu

povo, sinceramente, honradamente, se consagrara, e o povo não lhe tributa senão desgosto. Contraste curioso: o estrangeiro admira e mostra-se convencido de que o país encontrou pela primeira vez um homem que o dirija.»

Os que acabam de ler as precedentes linhas me farão talvez a imerecida honra de supor que nelas se contém, a feição por feição, delineado por mim, o retrato de João Franco. Não. As linhas que intercalo em aspas na minha narrativa são meramente, palavra a palavra, o retrato de Turgot, traçado por Michelet («*Histoire de France* — Tome xvii. — Louis XV et Louis XVI. — Chapitre xiii. — Ministère Turgot»). Para rectificação de qualquer equívoco dou em nota as palavras de Michelet na mesma língua em que ele as escreveu.

Quem foi Turgot, o original desse retrato devido àquele dos historiadores franceses que mais fervorosamente amou o povo e com mais apaixonada e épica eloquência defendeu as liberdades da sua pátria?

Turgot, um dos santos do calendário dos positivistas, cuja comemoração eles celebram, juntamente com a de Campanes, no dia 20 do mês de Dezembro de cada ano, foi como ministro de Luís XVI um dos maiores benfeitores da humanidade e dos melhores amigos da França. A história política do mundo inclina-se reverentemente perante a sua imaculada memória, e o mesmo Michelet, num belo gesto de piedosa genuflexão, inicia o capítulo que na sua obra lhe consagra por estas comovidas palavras: «*Une voix intérieure m'avertit et me dit: qui est digne aujourd'hui de parler de Turgot?*»

Se a obra do seu ministério, extraparlamentar e despótico, se houvesse consumado, se não houvesse trepidado e succumbido a coragem que Luís XVI lhe prometera ter, o eixo da história moderna se haveria necessariamente deslocado, e à humanidade se pouparia talvez o sangue derramado nos patibulos da Revolução.

Turgot não passou pelo martírio infligido a João Franco. Caiu menos tragicamente que ele. O rei D. Carlos não era o tíbio e pusilânime Luís XVI. E toda a sua definitiva glória reside nessa diferença entre o rei de França e o rei português. No meio da hostilidade geral Luís XVI, apavorado e lacrimoso, abraçado ao seu primeiro-ministro, perguntava:

«Não haverá com efeito de que nos acusem, razão por que nos condenem?» D. Carlos não precisa de que o amparem e lhe acalentem o brio. Este homem raro, verdadeiro temperamento de herói, que em qualquer disposição de espírito ou de corpo, sem a mais leve trepidação de nervos, enfiava à pistola sucessivas balas por buracos de fechaduras, era, assim como refractário à fadiga, inacessível ao susto. Perfeito cavaleiro à Bayard, sem medo e sem mancha, firme na consciência do dever cumprido, e fiel à palavra dada, profundamente convicto de que mais uma vez servia o bem da sua Pátria mantendo inexoravelmente no poder o último ministério do seu reinado, ele transpõe o Rubicão, intemerato e sorridente. E, decerto, nunca boca mais pura e mais firme repetiu a heróica palavra de César: «*Alea jacta est*».

Luís XVI fizera a Turgot no princípio do seu governo a solene promessa de nunca mais requerer do erário adiantamentos de dinheiro. Apesar desse compromisso, num dia do mês de Maio de 1776, uma pessoa da corte apresenta-se no Tesouro com um vale do rei na importância de meio milhão. Turgot, não querendo pagar, vai ter com o soberano, que lhe diz, vexado: — «Arrancaram a minha assinatura. Não pude negar-me». — «E agora?» pergunta Turgot. — «Não pague», resolve o rei. Turgot não pagou. Três dias depois achava-se destituído.

Por que morreu na guilhotina Luís XVI? Temerária pergunta, porque não é lícito a ninguém afirmar seguramente o que sucederia no futuro, uma vez alterados os factores que o determinaram no passado. A História, porém, mostrando-nos que o Governo de Turgot poderia ter evitado a Revolução Francesa, permite-nos com alguma plausibilidade dizer: Luís XVI morreu por demitir Turgot, entregando assim a coroa à camarilha, que por seu turno a entregou ao Terror.

Contradição flagrante na lógica das coisas: em circunstâncias análogas, Luís XVI morre por ter tido a fraqueza de demitir Turgot; D. Carlos morre por ter cumprido o arriscado mas patriótico dever de não demitir João Franco.

Disse que por «mais uma vez», arriscando a vida, o rei D. Carlos julgou servir a sua Pátria, porque de outros precedentes serviços a Pátria lhe deve reconhecimento e gratidão.

Foi ele que, em sucessivas viagens a nações estrangeiras,

pela variedade dos seus conhecimentos e das suas ideias gerais, pela facilidade em falar as línguas, pelo envolvente encanto do seu trato, pela sua bondade ilimitada e pela despresumida e primorosa elegância das suas maneiras, em contacto não só com os chefes de Estado, com soberanos e com príncipes, mas com sábios e artistas, estabeleceu entre o espírito português e o espírito europeu um conhecimento recíproco, uma affectuosidade carinhosa, uma «*entente cordiale*» enfim, que nunca outrora se deu. Neste ponto de vista, a sua projectada viagem ao Brasil seria o mais belo coroamento da sua obra de internacionalidade, de simpatia e de paz. Nenhuma dúvida de que o seu exemplo seria seguido por outros chefes de Estado, e esta seria a mais doce maneira de modificar a fórmula um tanto restrita e antiquada de Monroe — «a América aos americanos», anteponto-lhe o aforismo mais lato, mais sociável e mais fraternal — «o mundo aos homens».

É inteiramente incontestável que a nossa política externa, na qual a sua influência pessoal actuou mais directa e desafogadamente do que na política interna, foi durante o seu reinado habilissimamente conduzida, fazendo subida honra à diplomacia portuguesa em todas as chancelarias da Europa e da América. Confirmação póstuma: Morre em Lisboa o chefe de um dos Estados mais pobres e mais humildes, ainda há pouco manifestamente desdenhado da amizade de todas as potências, e em torno desse ataúde reúne-se o mais numeroso concurso de príncipes e de embaixadores que tem visto o mundo. A que se deve o incomparável tributo de uma tal homenagem senão ao incomparável prestígio do que morreu?

Foi ele de todos os poderes do Estado o que mais se interessou pela cultura e pelos progressos da ciência moderna, não só favorecendo pela sua simpatia e dedicação os altos estudos experimentais mas colaborando pessoalmente neles com aturada diligência e exemplar ardor. A especialização científica é um dos seus títulos à consideração do futuro. A sua obra de naturalista, compreendendo as preciosas colecções zoológicas e de aparelhos de pesca exposta ao público em Portugal e no estrangeiro, bem como os seus livros *Investigações Científicas a Bordo do Iate Amélia*, faz subida honra ao seu método científico e à gravidade dos seus estudos. Os inventários das suas explorações oceanográficas, das suas

pescas e das suas sondagens nos mares de Portugal, cujas profundidades determinou e descreveu, compreendem numerosas espécies, umas raríssimas e outras inteiramente novas, na nossa fauna abissal, de capital interesse para a história da vida na profundidade das águas. É certamente de considerável brilho para a mentalidade de um rei a honra de concorrer com tão valiosa contribuição para a obra colectiva de companheiros que se chamam Humbolt, Darwin, Jussieu, Agassiz, Geoffroy Saint-Hilaire. Das «Investigações Científicas por Carlos de Bragança», a Academia Real das Ciências ainda há poucos dias recebia notificação de haver ficado completo e inteiramente escrito do punho de El-Rei o terceiro e último volume da série.

Ocioso acrescentar que foi ele ainda quem deu às ciências e às instituições militares os principais impulsos que fizeram do exército português o brilhante exemplar de disciplina, de perícia e de intrepidez que em mais de um lance da nossa história contemporânea tem admirado o mundo.

Da sua influência pessoal provém ainda o revivido culto da bandeira, a estima da marcialidade, o amor e a honra da farda, virtudes militares que antes do seu reinado se tinham consideravelmente abastardado.

Ninguém mais escrupulosamente do que ele soube evitar um dos escolhos da realeza: o abuso da sumptuosidade dispendiosa. Nunca foi dissipador, nem perdulário, nem libertino. Afortunadamente casado por amor com uma Senhora exemplar, em quem a virtude é um nunca desmentido atributo de família e de raça, a sua casa foi sempre um inexcusável modelo de ordem, mantida pelos mais rigorosos regulamentos, definindo todas as atribuições e todas as responsabilidades perante os mais minuciosos inventários. Era a revivescência contemporânea da administração famosa da antiga Casa de Bragança, da qual D. António Caetano de Sousa tão curiosas regras de economia doméstica coligiu e publicou nas «Provas» da sua *História Genealógica*.

Com o produto do último corte de cortiça nas suas herdades do Alentejo, D. Carlos pagara, bem recentemente ainda, os últimos encargos da casa ducal, que herdara empenhadíssima e lega inteiramente desafrontada aos seus sucessores.

A educação de seus filhos, da qual tão grande e brilhante parte cabe à rainha, é claro testemunho da mais alta perfei-

ção que pode atingir a puericultura e a pedagogia na criação de dois homens. A escolha das suas aias, do seu insigne preceptor Kerausch e dos seus mestres recaiu na flor da competência. Nos exames periódicos das disciplinas que estudavam e a que os dois príncipes anualmente satisfaziam em patriarcais solenidades de família, o que escreve estas linhas teve, como honra inerente ao cargo literário que exercia, ocasião de admirar a poderosa seiva de conhecimentos que progressivamente desenvolviam a capacidade mental desses dois espíritos. Na que tinha de ser a última dessas provas ouvi largamente discorrer aquele que o destino tão sacrilegamente roubou à glória do seu reino e à mocidade do seu tempo, aquele que sua mãe com tão justificado orgulho podia, como obra-prima da sua esclarecida ternura, dar por exemplo a todas as mães portuguesas.

O ponto proposto eram «os grandes efeitos de pequenas causas na história da civilização». Esse moço, a quem mal pungia a barba, alentadamente constituído, posto que ainda rosado e louro como um menino, falando correntemente quatro ou cinco línguas, acabando de passar por brilhantes exames de física e de matemática, gravemente incluso, refletido, concentrado, velando o olhar, como um mármore em que as pupilas parece verem unicamente para dentro, e de quando em quando comprimindo na mão a testa vincada, num gesto de contenção profunda, esclareceu pausadamente, prolongadamente, a sua tese, com a mais variada profusão de ideias, de factos e de raciocínios. Erudição assombrosa na sua idade. Lembro-me de que ele principiou por estabelecer, com desenvolvimento de muitos dados técnicos, a influência do primitivo uso da roupa branca, origem do trapo, na fabricação do papel, na indústria do livro, na irradiação do pensamento impresso. Terminou, ao findar o prazo da sua prova, referindo-se à acção das enfermidades físicas sobre a mentalidade humana, analisando pormenorizadamente, para esse efeito, a história do pensamento monárquico de Luís XIV — antes e depois da fistula. Refiro-me a este pormenor porque ele claramente revela que da educação dos novos príncipes portugueses absolutamente se banira a cláusula «Ad usum Delphini». No século de Luís, o Grande, Bossuet recuava oratoriamente perante a trivialidade da expressão «caldo de galinha». Numa corte do século xx, louvores a Deus, o pró-

prio Delfim, com a mesma simples indiferença com que discutiria um assunto de cortesia ou de protocolo, não hesita em enumerar e discutir como factor histórico a mais secreta afecção mórbida do Rei Sol. E é sob este rigoroso critério de completo exame e de inteira crítica que se ensinam estudantes e se educam homens.

Havia na personalidade do rei D. Carlos um fundo singular de acanhamento orgânico, que ele publicamente encontrava sob a máscara de uma altivez postiça. Na convivência íntima ele era mais do que afável, era terno, e a sua bondade chegava a ser humilde. Todos os seus criados o atestam: ele era o amo «que nunca ralhou».

Idealmente refugiado no culto da pintura, em que foi exímio, atingiu uma das mais altas eminências a que pode ascender o espírito: foi consagrado «artista». O que distingue o artista dos outros homens não é, em rigor, o modo como executa um dado trabalho técnico, mas sim o modo como demonstra pensar e sentir. Artista é aquele que, ou por um maravilhoso instinto nativo que se chama génio, ou por uma intensa, humilde e profunda contemplação da natureza eterna, consegue reduzir o vago e poético sentimento da beleza a uma noção sintética, dominativa e irrevogável. Artista é aquele que, pela exteriorização concreta do seu sentimento individual, verdadeiramente «reina» sobre o sentimento informe, abstracto e disperso da multidão, guiando-a e conduzindo-a pela concórdia estética à simpatia universal.

Nunca as pompas da realeza e os cerimoniais da corte captaram a predilecção dos seus gostos simples. A sua casa do Vidigal, que ele mesmo edificou e em cujo retiro rural tanto se comprazia, em nada se diferencia da de qualquer mediano lavrador alentejano. Aí frugalmente se alimentava da rude cozinha local e habitualmente vestia, como os seus abegões, a jaqueta de burel e os ceifões de pele de borrego, podendo dizer na língua chã, predilecta do fundador da sua dinastia: — «A mim, todo o alimento me sustenta, todo o pano me cobre, toda a roupa me serve».

Muitas outras afinidades de temperamento e de espírito o assemelhavam em bonomia àquele dos Braganças que a João Pinto Ribeiro, anunciando-lhe em Vila Viçosa que em poucos dias seria rei e procurando como vassalo beijar-lhe a mão, respondia: — «Não, João Pinto, por enquanto não...

Não compremos a couve enquanto não tivermos a carne para a panela».

Não quis, de resto, D. Carlos I, como D. João IV, ser, no último período do seu reinado, o «procurador dos desperdícios do reino», «o mais zeloso homem do bem público»?

É certo que num momento trágico, pasmo e horror do mundo, todo o seu programa soçobrou inundado no seu próprio sangue. Mas para o valor de sentimentos e para o valor de ideias que importância tem o êxito, o contingente, o falaz, o estúpido êxito?... Quantas e quantas vezes, através das imaneses justiça da História, não tem sido a derrota dos vencidos a condenação dos vencedores! Cumpre saber esperar. O Evangelho o ensina: «A árvore não dá flor enquanto a semente não tenha apodrecido no seio da terra».

Não terminarei sem comovidamente agradecer à *Gazeta de Notícias* ter-se de tão longe lembrado de mim, seu antigo colaborador, para no dia seguinte ao do assassinato do rei e do príncipe me pedir pelo telégrafo o presente artigo. Trata-se de um bem modesto tributo de saudade a dois mortos e de homenagem a um vivo, depois de vencido insultado ferozmente na derrota, escarnecido na dor, ultrajado na desgraça. Da pena de um escritor que jamais, em vida deles, exaltou potentados ou cortejou triunfadores, não poderia em verdade confiar-se encargo mais do que este honroso e belo.

NOTA — *Palavras de Michelet*

«... C'était un sauvage, un homme gauche, impropre à la cour, qui ne pouvait porter ombrage, un travailleur terrible, mais ne visant à rien. — Le jeune roi lui pressa les mains, lui dit qu'il entrerait dans ses vues, promit qu'il aurait du courage. Tous deux furent très émus. — Quant a sa politique proprement dite qui la sait? Qui osera dire ce qu'il eut fait, s'il eut duré? Son ministère de dix-huit mois ne fut évidemment qu'une préface. — Il avait, dit Monthion, une confiance excessive, présomptueuse dans la sagesse populaire. — Le caractère unique de ce grande stoïcien, absolu de vertu, de force et de lumière, n'offre qu'un seul défaut: une ardeur sans mesure qu'on trouvait sauvage. — En dix-huit mois il fit

l'oeuvre des siècles. — Malesherbes, son collègue, étonné: «Vous vous imaginez, disait-il, avoir l'amour du bien public. Vous en avez la rage. Il faut être enragé pour forcer à la fois la main au Roi, à Maurepas, à la cour et au parlement». Turgot répondait gravement: «Je vivrai peu». — C'était un roi ou à peu près. — Quelqu'un a très bien dit que, depuis Richelieu, notre gouvernement était celui des trente tyrans. Turgot le fut dans un sens admirable. Son labeur, sa rigidité, s'imposèrent tellement qu'il obtint carte blanche et fit ce qu'il voulut. Turgot en trois années voulut faire sa révolution. Tout cela trop hâté? Oui, mais il le fallait. Il sentait sous les pieds les rats qui lui creusaient le sol pour le faire bientôt enfoncer. — Le parlement rentra, hautain, hargneux et résistant aux réformes les plus utiles. Première défaite de Turgot. L'hiver se fit la ligue générale de ses ennemis. — Il avait commencé par frapper la finance, ne voulant plus d'avances et d'anticipations. — Enfin l'afreux tyran avait posé qu'à l'avenir, la cour, les seigneurs, les grandes dames ne seraient plus croupières (pensionnaires) des fermiers généraux. Il avait fait une charge sur la maison du roi. Les cris furent si perçants qu'on resta à moitié chemin. La capitation des princes, ducs, etc., pour la première fois fut levée, leurs carrosses visités, comme tous, par l'octroi. — En guérissant les plaies il les avait montrées. — Contre un pareil ministre la route était toute tracée, 1.^e rappel du parlement, 2.^e attaque violent sur le point où Turgot était plus vulnérable. — On travaillait le roi de très près. — Necker, adversaire de Turgot, fit paraître un livre ridicule à l'usage des âmes sensibles. — Des agents ameutèrent des masses crédules. — Il restait de faire pendre Turgot. — Celui-ci avait contre lui tout le monde, le roi même, qui avait les larmes aux yeux. — On vit alors la force de la foi. On vit ce que pouvait la colère d'un homme de bien. Il accourt à Versailles, change tout, se fait autoriser à donner des ordres à la troupe. Donc le cercle se ferme autour de lui. Tous sont taureadors, et il est le taureau. Rien de plus grand que ce spectacle. — On sent à l'attitude de Miromesnil qu'il a un monde derrière lui. Turgot tout au contraire est seul. — Le roi apparemment doit être bien joyeux? Au contraire, de plus en plus sombre. Il avait dit à son événement: «Je voudrais être aimé!» Et il ne voit que mécontents. «M. Turgot, dit-il, ne se fait aimer de personne». Ce ministère tout entier

déplait. — Contraste curieux. L'étranger admirait. En France tout paraissait hostile. — Marie Thérèse elle même est frappée de la grandeur des résultats. La Hollande rend à Turgot un hommage significatif. Elle montre sa confiance, offre ses capitaux. Ce sage peuple, voyant en dix-huit mois l'ordre merveilleusement revenu, sent bien que pour la première fois c'est un homme qui conduit la France.»

Não é verdadeiramente esta, substituídos os nomes próprios de pessoas e lugares, e retocados detalhes mínimos, a história flagrante do ministério de João Franco, antecipadamente escrita pelo mais eloquente dos cronistas como profética lição de crítica?

ÍNDICE

Dedicatória	5
A Revolução de Outubro	7
Portugal antigo	17
O sebastianismo nacional	27
A comédia política	35
Em trânsito	43
Breve recapitulação	51
Bom ano!	59
O natalício da República — A menina-deusa	65
O figurino francês	71
Como nós éramos — Como eles são	79
Experiência feita	85
Uma sessão parlamentar	93
Uma lei	101
Embaixadores de letras brasileiras na Europa — Medeiros e Albuquerque — Conferência brasileira na Sorbona	107
A raça	117
A nova Lisboa	123
El-Rei D. Carlos	133
Carta de um velho a um novo	137

APÊNDICE

Rei D. Carlos, «o Martirizado»	147
NOTA	158

A GERAÇÃO DE 70

Primeiro volume

«A Geração de 70»

por Álvaro Manuel Machado

Antero de Quental: *Textos Doutrinários e Correspondência*

Segundo volume

Antero de Quental: *Sonetos*

Terceiro volume

Teófilo Braga: *História do Romantismo em Portugal I*

Quarto volume

Teófilo Braga: *História do Romantismo em Portugal II*

Quinto volume

Oliveira Martins: *Portugal Contemporâneo I*

Sexto volume

Oliveira Martins: *Portugal Contemporâneo II*

Sétimo volume

Oliveira Martins: *História da Civilização Ibérica*

Oitavo volume

Oliveira Martins: *Portugal nos Mares* (antologia)

Nono volume

Ramalho Ortigão: *Holanda*

Décimo volume

Ramalho Ortigão: *As Farpas I* (antologia)

Décimo primeiro volume

Ramalho Ortigão: *As Farpas II* (antologia)

Décimo segundo volume

Gomes Leal: *Poemas Escolhidos* (antologia)

Décimo terceiro volume
Fialho de Almeida: *Contos*

Décimo quarto volume
Fialho de Almeida: *Os Gatos* (antologia)

Décimo quinto volume
Conde de Ficalho: *Uma Eleição Perdida*

Décimo sexto volume
Eça de Queirós: *Os Maias*

Décimo sétimo volume
Eça de Queirós: *Correspondência de Fradique Mendes*

Décimo oitavo volume
Eça de Queirós: *Notas Contemporâneas*

